

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

GRAZIELA ACQUAVIVA

**VÍTIMAS INDIRETAS DOS HOMICÍDIOS:
TESTEMUNHO DE MULHERES EM SÃO PAULO/SP**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

GRAZIELA ACQUAVIVA

**VÍTIMAS INDIRETAS DOS HOMICÍDIOS:
TESTEMUNHO DE MULHERES EM SÃO PAULO/SP**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para o título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação da profa. Dra. Regina Maria Giffoni Marsiglia

SÃO PAULO

2015

Acquaviva, Graziela. **Vítimas indiretas dos homicídios: testemunho de mulheres em São Paulo/SP.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura:

Data: 27/01/2015

E-mail: acquaviva09@gmail.com

A186

Acquaviva, Graziela

Vítimas indiretas dos homicídios: testemunhos de mulheres em São Paulo/SP/ Graziela Acquaviva. – São Paulo: s.n., 2015.

169 p. ; 30 cm.

Referências: 150-153

Orientadora: Profa. Dra. Regina Maria Giffoni Marsiglia

Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015.

1. Serviço Social, Política Social e Movimentos Sociais (Área de Concentração)

2. Política Social, Estado, Movimentos Sociais e Associativismo Civil (Linha de pesquisa)

1. Violência 2. Homicídios 3. Mulheres: vítimas indiretas. I. Regina Maria Giffoni Marsiglia. II. Título

CDD 361.3

AGRADECIMENTOS

A todos os entrevistados da pesquisa FAPESP/PUCSP/CRAVI, enquanto sujeitos participantes que confiaram em ceder seus relatos, depoimentos e conhecimentos do cotidiano da violência para estudo e melhor compreensão dos meandros das relações violentas a que estão submetidos. Dar voz a eles e a elas é um dos compromissos éticos de quem se vale desse conteúdo para pesquisar, estudar e atuar.

À professora Regina Maria Giffoni Marsiglia, pela sua determinação, perseverança e muita paciência com esta orientanda. Como docente de disciplinas cursadas, durante o doutorado e, principalmente, pelo exemplo de docência com o rigor de uma professora qualificada em metodologia de pesquisa e pela socialização do conhecimento adquirido ao longo de sua trajetória profissional, conosco, os alunos e os colegas de equipe.

Às professoras da banca examinadora de qualificação Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Rodrigues, deste Programa, e a Prof.^a Dr.^a Patricia Montanari, da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa, pelas críticas, orientações e novas possibilidades de análises.

A todos os alunos que vem integrando o Núcleo de Violência e Justiça do Curso de Serviço Social da PUCSP, em especial à turma de 2006, por terem participado de estudos e análises de parte do material trazido para este doutorado, com o compromisso ético do sigilo profissional no trato dessas vidas.

À amiga Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira, pela parceria nos trabalhos, pesquisas, estudos sobre violência. Pelo companheirismo, apoio, carinho e disponibilidade. Pela divisão da coordenação do Núcleo de Violência e Justiça.

À Marli Pitarello, pela amizade, interlocução crítica e incentivo constantes.

À Marilda Lemos, pela escuta e diálogos em momentos de crise, pela solidariedade feminista.

À Solange Monteiro, Keila Costa, Eliana Aparecida, Vera Oliveira, que nos encontros e desencontros da vida, primeiro como alunas, depois como colegas profissionais e hoje como amigas do coração sempre estiveram disponíveis e solidárias.

À Eliana Pereira da Silva por todo apoio e escuta durante este doutorado, pelos diálogos críticos em relação à violência, ao gênero e às mulheres.

À minha família, Leonardo, pela verve crítica. Ao Gabriel, pela assessoria, consultoria, no trato digitalizado de toda a base documental deste estudo. A Alessandra, pela compreensão nas horas em que capturei seu marido, meu filho. À Carolina e a meu neto Giovanni, pacienciosos com mãe e a avó envolta nos estudos.

A todos os demais amigos e amigas não citados, mas presentes na memória seletiva de uma canceriana, na vida, no cotidiano.

Reinvenção

*A vida só é possível
reinventada.*

*Anda o sol pelas campinas
e passeia a mão dourada
pelas águas, pelas folhas...
Ah! tudo bolhas
que vem de fundas piscinas
de ilusionismo... — mais nada.*

*Mas a vida, a vida, a vida,
a vida só é possível
reinventada.*

*Vem a lua, vem, retira
as algemas dos meus braços.
Projeto-me por espaços
cheios da tua Figura.
Tudo mentira! Mentira
da lua, na noite escura.*

*Não te encontro, não te alcanço...
Só — no tempo equilibrada,
desprendo-me do balanço
que além do tempo me leva.
Só — na treva,
fico: recebida e dada.*

*Porque a vida, a vida, a vida,
a vida só é possível
reinventada.*

Cecília Meireles

Acquaviva, Graziela. **Vítimas indiretas dos homicídios: testemunho de mulheres em São Paulo/SP**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

Resumo

Trata-se de um estudo sobre o impacto dos homicídios nas vítimas indiretas destes crimes, principalmente os familiares e, dentre estes, as mulheres. Partiu-se de resultados e registros de pesquisa anterior, realizada no Programa de Políticas Públicas da FAPESP, entre 1998 e 2003, quando se investigou as necessidades e demandas das famílias com vítimas fatais e se identificou que 81% dos entrevistados eram mulheres. À partir desse dado e, principalmente do significado social e político que representa, considerando a perspectiva dominante de gênero, em que a casa e a família são femininas. A exposição cotidiana aos territórios violentos perpassa essas moradias e famílias e, portanto as mulheres. Metodologicamente, os dados foram elaborados através da reorganização da base documental, de natureza secundária, composta de arquivos digitalizados das entrevistas semiestruturadas, dos diários de campo e dos relatórios sobre os processos criminais das vítimas. A amostra deste estudo reúne documentação comum a 80 casos. As análises referem-se ao traçado do perfil dos entrevistados e articulação destes com as vítimas, tanto nas casas como em relação ao sistema de segurança e justiça. Num segundo momento, análises em maior profundidade, são realizadas tendo como referência os diários de pesquisa, considerando-se a riqueza desta fonte, em termos do impacto da violência fatal, sobre os familiares, mas também sobre os pesquisadores. A articulação entre as três fontes, diários, entrevistas e processos é realizada apontando a importância da contribuição entre estas, nos estudos sobre violência, no contato direto com os sujeitos envolvidos e, especialmente com as vítimas indiretas, ocultadas nas pesquisas sobre mortes violentas. A presença das mulheres foi demarcada tanto nas casas e nas famílias, quanto nas relações institucionais, na abertura dos inquéritos e processos judiciais. Elas estavam antes, durante e depois dos homicídios, condição objetiva de vida, naturalizada, invisibilizada e, confortavelmente, adequada à omissão do Estado.

Palavras chaves: Violência; homicídios; vítimas indiretas; mulheres; fontes de pesquisa.

Acquaviva, Graziela. **Vítimas indiretas dos homicídios: testemunho de mulheres em São Paulo/SP**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

ABSTRACT

This is a study about the impact of homicides in the indirect victims of these crimes, especially the family and among these, women. Starting from previous research results and records, performed in FAPESP Program of Public Policy, between 1998 and 2003, when it investigated the needs and demands of families with fatal victims and identified that 81% of respondents were women. From such data, and especially the social and political significance that is, considering the dominant gender perspective, where the house and the family are female. Daily exposure to violent territories pervades these houses and families and therefore women. Methodologically, the data were produced by reorganization of the evidence base, secondary in nature, consisting of digitized files of semi - structured interviews, field diaries and reports on criminal cases of the victims. The sample gathers common documentation of 80 cases. The analyzes refer to the profile of tracing of respondents and link between these and the many victims in the homes and in relation to security and justice system. Secondly, analyzes in greater depth, are made with reference to the daily research, considering the wealth of this source, in terms of the impact of fatal violence on the family, but also researchers. The link between the three sources, diaries, interviews and processes is undertaken by emphasizing the importance of the contribution of these in studies on violence, in direct contact with the individuals involved and, in this, especially on the indirect victims, hidden in research on deaths violent. The presence of women was marked in the houses, families and institutional relations with the opening of judicial investigations and processes. They were before, during and after the murders, objective living conditions, natural and invisible and comfortably, appropriate to State omission.

Keywords: Violence, violence, murders, indirect victims, women, research sources

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade e Percentual de Entrevistados segundo Sexo e Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta.

Tabela 2: Percentual de Entrevistados segundo Sexo, Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta e Faixa Etária do Entrevistado.

Tabela 3: Quantidade de Entrevistados segundo Sexo, Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta e Faixa Etária do Entrevistado por Sexo e Faixa Etária da Vítima.

Tabela 4: Quantidade de Entrevistados segundo Sexo, Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta e Faixa Etária do Entrevistado por Sexo e Faixa Etária da Vítima.

Tabela 5: Quantidade e Percentual de Entrevistados segundo Sexo e Cor Autodeclarada do Entrevistado.

Tabela 6: Quantidade e Percentual de Entrevistados segundo Sexo e Escolaridade do Entrevistado com as Vítimas de Morte Violenta.

Tabela 7: Quantidade e Percentual de Entrevistados segundo Sexo e Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta por Estado Civil do Entrevistado.

Tabela 8: Quantidade de Entrevistados, segundo Sexo e Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta, e Estado Civil do Entrevistado por Estado Afetivo do Entrevistado.

Tabela 9: Percentual de Entrevistados, segundo Sexo e Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta, e Estado Civil do Entrevistado por Estado Afetivo do Entrevistado.

Tabela 10: Quantidade e Percentual de Entrevistados segundo Seccional e Autoria da Morte Violenta por Sexo e Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Universo e Amostra de vítimas fatais e indiretas de homicídios. São Paulo: (1998-2003).

LISTA DE SIGLAS

- FAPESP:** FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO
- CRAVI:** CENTRO DE REFERÊNCIA É APOIO ÀS VITIMAS
- DEPT:** DESORDENS DO ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO
- PRO-AIM:** PROGRAMA DE APRIMORAMENTO E INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE
- SMS:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO PAULO
- DHPP:** DEPARTAMENTO DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA DA SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
- OMS:** ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
- CID-10:** CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - A DISCUSSÃO TEÓRICO-POLÍTICA SOBRE VIOLÊNCIA: UM DESTAQUE AOS HOMICÍDIOS.....	9
1.1 Mortes violentas.....	32
1.2 Vítimas diretas, indiretas, sobreviventes de homicídios.....	39
1.3. Permanência invisível das mulheres no “antes, durante e depois” das mortes violentas.....	43
CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO: POSSIBILIDADES DE TRABALHO COM DIFERENTES FONTES SECUNDÁRIAS.....	54
2.1 Registro livre, autonomia relativa.....	59
2.2 Roteiro dirigido, aplicação “ <i>ma non troppo</i> ”	73
2.3 Inquérito policial, processo criminal: o registro oficial e oficializado do emudecimento frente ao crime.....	78
2.4 Do universo da pesquisa FAPESP/PUCSP/CRAVI (1998 a 2003) à amostra deste estudo.....	81
2.4.1. Análise descritiva do perfil dos 80 entrevistados que compuseram essa amostra.....	82
2.4.2. Análise em profundidade.....	83

CAPÍTULO III - DADOS "ANTIGOS", TRATOS DIFERENCIADOS, CENÁRIOS SEMELHANTES.....	85
3.1 Sobre entrevistas e processos judiciais: ao conhecimento das vítimas indiretas, as mortes violentas e o descaso estatal.....	85
3.2 Sobre diários de pesquisa, entrevistas e processos: articulação entre violência fatal e as repercussões desta nas vítimas indiretas.....	100
3.2.1. Fragmentos da vida real, contribuição diferenciada das fontes de pesquisa.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	150
APÊNDICES.....	154

INTRODUÇÃO

Estudar, trabalhar e pesquisar expressões de violência tem sido um traço forte na minha trajetória profissional. Realizar este estudo tem um significado especial porque acredito no investimento teórico, político e metodológico quando se trata da violência e de suas manifestações.

Entre 1996/97, a Faculdade de Serviço Social da PUCSP foi convidada a participar do planejamento e criação de um serviço especial de atendimento às vítimas de violência, junto à Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo, numa parceria entre Estado e Universidades¹. No processo de análises e negociações, optou-se por priorizar os familiares de vítimas de homicídios, considerando que, naquela década, a morte violenta por causas externas, leia-se homicídios, ocupava o primeiro lugar dessa classificação internacional de doenças, o CID-10, na cidade de São Paulo. Foi criado, então, o Centro de Atendimento às vítimas de violência – CRAVI.

Entre 1998 e 2003, essa extensão foi articulada a uma proposta de pesquisa sobre violência, no programa inaugural de Políticas Públicas, da FAPESP, cujas características principais eram as de transferência de conhecimentos, tecnologia e metodologias de trabalho entre a academia e os órgãos governamentais da administração pública estadual do Governo do Estado de São Paulo ou das administrações municipais, via processos investigativos de natureza científica.

O projeto foi denominado Consolidação da Política de Atendimento às Vítimas da Violência Urbana, baseado na demanda real e na ação articulada entre os diversos setores do governo do Estado de São Paulo e da Sociedade²,

¹ O Secretário de Estado dessa pasta era o Dr. Belizário dos Santos Júnior, foi o responsável por essa criação e para isso convidou três cursos de universidades diferentes para compor essa parceria: nós do Curso de Serviço Social, pela PUCSP, Curso de Psicologia, pela FMU e o de Direito, pela USP. Os dois primeiros responderam afirmativamente e participaram dessa estruturação.

² Projeto nº 98/ 13982-4, cuja responsabilidade e coordenação ficou com a Prof.^a Dr.^a Marta da Silva Campos e as pesquisadoras Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira e Graziela

sendo executado no período³ já citado. Procuramos construir uma metodologia de intervenção como uma das pilastras de uma possível política pública estadual para os familiares dos crimes fatais. Familiares, vítimas indiretas enquanto Sujeitos de direitos, respeitando as demandas reais, diante do impacto dos homicídios em suas vidas e consequentes desdobramentos entre os demais familiares, a vizinhança, o bairro, o distrito, a cidade.

O universo da pesquisa (FAPESP)⁴ foi delimitado em três regiões da cidade de São Paulo, tendo como referência as Delegacias Seccionais da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Isso significa dizer que corresponde aos locais de registros dos Boletins de Ocorrência sobre os homicídios. Escolhemos a que tinha maior quantidade de registros desses crimes: a 6ª, na zona sul, a 3ª, da zona Oeste e a 4ª da zona Norte, por referirem-se à abrangência de atendimento do Centro de Referência e Atendimento às Vítimas - CRAVI. Essas três seccionais aglutinavam 41 distritos policiais, e entre outubro de 1998 e setembro de 1999 foram registradas 3415 mortes. Esse contingente foi verificado um a um com as planilhas do PRO-AIM⁵, elaboradas a partir dos atestados de óbito do Serviço Funerário de São Paulo. A conferência foi feita para confirmar cada um dos nomes das vítimas, indicadas nos registros policiais, nome da mãe, endereço de moradia e de morte, causa da morte. Duas bases de dados oficiais⁶ sobre a

Acquaviva Pavez, posteriormente, a coordenação ficou sob a responsabilidade da Prof.^a Dr.^a Regina Maria Giffoni Marsiglia.

³ Nesse período, conseguimos realizar os eixos centrais da vida universitária, na medida em que estávamos, como docentes, na assessoria de um novo serviço, supervisão aos profissionais, abertura de campo de estágio para alunos de Serviço Social. O planejamento e execução da pesquisa e a articulação com o ensino, via Núcleo de Violência e Justiça, da graduação, incentivando a participação dos integrantes nas pesquisas de campo como as relativas ao conhecimento: dos serviços nos distritos regionais do referido projeto, atuação dos assistentes sociais diante das expressões de violência nesses territórios, elaboração de TCCs sobre temáticas relativas ao trabalho social com vítimas; revisão da bibliografia sobre violência e Serviço Social.

⁴ Vou tomar a liberdade de sempre que me referir a esta pesquisa, poder utilizar denominações semelhantes: pesquisa FAPESP, pesquisa fonte; pesquisa FAPESP/PUCSP/CRAVI... todas referem-se a esse processo investigativo que possibilitou outro tratamento dos dados coletados, como o faço neste estudo.

⁵ PROGRAMA DE APRIMORAMENTO SOBRE MORTALIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.

⁶ Existia na década de 1990, uma discrepância estatística entre a Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo e o PRO-AIM, da Secretaria Municipal de Saúde, da capital. A quantidade de Boletins de Ocorrência sobre os homicídios, as vítimas fatais e os sobreviventes falecidos, posteriormente à data do crime. Sobre estes últimos, não havia

mesma vítima, uma da Segurança Pública com o registro do crime e outra da Saúde, com a causa da morte. Os problemas mais sérios dessa confrontação referiam-se aos endereçamentos, cujos registros que eram malfeitos (problemas de escrita e grafia, impossibilitando a leitura correta dos nomes das ruas), prejudicavam essa conferência e o geo-referenciamento. A consequência imediata, para a pesquisa de campo, seriam as dificuldades para se encontrar as moradias e realizar as entrevistas com os familiares.

Desse universo (3415 BOs), foram sorteadas 815, correspondente às vítimas e, dessas, partiu-se para conhecer seus familiares no domicílio indicado visando conhecer as condições de vida e, principalmente, as necessidades e demandas, considerando o impacto da violência fatal sobre as famílias.

O plano de coleta de dados foi composto por três fontes: os processos judiciais instaurados a partir dos inquéritos policiais; entrevistas com 178 questões abertas, fechadas e mistas, junto aos familiares das vítimas; e diários de campo elaborados pelos pesquisadores de campo. (Principais resultados da PESQUISA FAPESP/PUCSP/CRAVI 98/03 - Apêndice I)

Chamou atenção que 86% eram mulheres e é delas que retiramos a maioria das informações: concomitantemente às mortes arbitrárias, injustas, absurdas dos homens, como vítimas fatais, constatamos mulheres, entre as vítimas indiretas ou ocultas desses homicídios. Essa concentração feminina é uma das justificativas dos propósitos deste estudo.

Sempre onde há violência, para além da relação restrita entre autor/algoz/agressor – vítima, o impacto, o desdobramento desta afeta desde os sujeitos, das relações primárias com maior ou menor proximidade, os

segurança de sua inscrição na lista de vítimas fatais por homicídio. Para o serviço da Saúde, que tinha como referência a Classificação Internacional de Doenças - CID-10 -, as mortes violentas eram classificadas pela causa primeira, neste caso, por violência, o homicídio, mesmo que o falecimento tivesse ocorrido por infecção generalizada. A morte teria sido provocada por causa externa, a perfuração por arma branca (facas, canivetes...) ou por arma de fogo, ou por espancamentos, fraturas advindas de lutas pessoais. Para evitar equívocos futuros, o planejamento previu essa conferência sobre as listas oficiais das duas secretarias, a Estadual e a municipal. No campo da referida pesquisa, mesmo assim, foram encontradas 11 vítimas sobreviventes dos homicídios múltiplos, as chacinas.

familiares, os da intimidade, os amigos, os colegas de trabalho, a vizinhança, o entorno. Ninguém passa ileso pelas consequências de tamanho aviltamento de direitos e banalização da vida humana em sociedade. Nem os profissionais, nesse tipo de atendimento, e nem os pesquisadores. A violência nos atravessa enquanto sujeitos dotados de autonomia (relativa, que seja) e liberdade. A humanidade em nós é ferida.

Nessa mesma direção, Soares (2006) publicou um estudo sobre vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro, e analisou que:

As pesquisas não são feitas num vazio cognitivo, não começam do zero. Existe uma herança deixada por outras pesquisas, teóricos, pensadores [...]. Muitos países com altas taxas de mortes violentas não estudam o problema porque sua *intelligentzia* não está capacitada para pesquisar. (SOARES, 2006, p. 197)

Nessa esteira, o estudioso cita o investimento feito, em pesquisa, por países ricos e que passaram pelas guerras mundiais e que foram obrigados a responder aos veteranos de guerra, aos sobreviventes de catástrofes e às vítimas de estupro e violência doméstica, parentes e amigos de suicidas. Realçando que: "A ênfase em vítimas de homicídio e de acidentes evitáveis é claramente menor. Por isso precisamos treinar nossos especialistas para que possam pesquisar e tratar as vítimas de trauma tal qual ocorrem no Brasil." (SOARES, 2006, p. 197)

Pesquisadores cariocas realizaram um estudo das vítimas indiretas, tendo por base que o impacto causado pelas mortes violentas teria provocado um trauma e, por essa razão, poderiam ser analisadas a partir das desordens de estresse pós-traumático (DEPT), enquadramento feito sobre essas situações na área da Saúde.

Nesse estudo, pretende-se dar visibilidade aos familiares, especialmente às mulheres, enquanto vítimas indiretas dos crimes de homicídio na cidade de São Paulo, no final da última década do século passado. Essa metrópole tinha como primeira causa de morte a externa e violenta praticada por

desconhecidos. As vítimas, homens, pobres, jovens, negros, moradores de regiões desprovidas de toda série e espécie de serviços urbanos, e que viviam sob o anonimato social, estavam inclusos em famílias. É a partir dessa constatação que se vislumbra um conjunto enorme de sujeitos impactados com esse crime e tudo o que este envolve na vida, “antes, durante e depois” dessa morte violenta. Mulheres, especialmente, no exercício da maternidade, ou como esposas/parceiras/ companheiras, irmãs, tias têm presença maciça na trajetória de vida dessas vítimas e nesse cotidiano violento. Participaram da criação, educação desses jovens, dividiram projetos de vida, tiveram filhos na convivência conjugal e familiar, participaram do processo de instrução escolar com alguma proximidade, conviveram como irmãos, primos, sobrinhos... É sobre esse grupo de vítimas secundárias que se priorizam análises e interpretações deste estudo.

Homicídios não são configurados como um evento qualquer, nem isolado. Repetem-se e, assim, permanecem no cotidiano, a tal ponto que corremos o risco de os naturalizarmos. No final do século passado, na quarta metrópole do mundo, São Paulo, havia uma média de 500 mortes por homicídio por mês, 16 por dia. Em 2014, essa quantidade passou para uma dezena a cada 24 horas. Na atualidade, o país é o sétimo no mundo, nas estatísticas sobre violência fatal. Nosso produto, ao final de cada ano, soma mais de 55 000⁷ crimes dessa natureza, sem que tenhamos qualquer guerra declarada de natureza étnico-racial, religiosa. Nos últimos 30 anos, matamos mais de 1 milhão de jovens, segundo Mapa da Violência de 2012. (Instituto Sangari). As últimas estatísticas sobre expectativa de vida têm denunciado a forma abrupta como essa mortandade tem afetado esses jovens, prioritariamente, a ponto de alterar os índices de expectativa de vida dessa faixa etária.

⁷Soma semelhante, para mortes também violentas e por causas externas, mas provocadas nos acidentes de trânsito.

Justificativa

No relatório final da pesquisa, em 2003, incorporamos homens e mulheres nas denominações “familiares” ou “famílias” e, com uma possível igualdade, quando se trata das relações de parentesco e da constituição familiar. Priorizamos família por entender que, naquele momento, o mais importante era demonstrar quem eram os mortos e qual era o conhecimento dos familiares sobre as circunstâncias dessa morte e suas principais demandas. Neste enfoque, estávamos com a exigência do Programa de Políticas Públicas da FAPESP de elaborar uma metodologia interdisciplinar de natureza interventiva na política pública, centrada no atendimento especial para familiares de crimes com vítimas fatais – os homicídios.

Para o estudo atual, dar-se-á continuidade às análises dos dados obtidos naquela pesquisa, buscando entender as diferenças entre homens e mulheres enquanto familiares na condição de vítimas indiretas dos homicídios, centralizando o estudo nas mulheres.

No traçado do perfil das vítimas, a informação sobre o sexo confirmou a matança dos homens jovens (92%), já evidenciada nos Boletins de Ocorrência, ponto de partida daquela pesquisa. Já o perfil dos entrevistados, apontou para uma concentração de mulheres, mães, esposas, irmãs, tias, filhas, sobrinhas, de oito para cada dez entrevistados.

Interessa neste estudo qualificar o impacto desses crimes fatais nas vidas dos familiares dando destaque especial para as mulheres no exercício da cidadania, na subjetividade e na forma como a impotência e o emudecimento foram se delineando a partir das respostas estatais, principalmente as relativas ao sistema de segurança e justiça. Parte considerável desses familiares não foi procurada pela Polícia depois do crime, os processos, concentradamente, foram arquivados e considerados, dentro do uso estrito da lei, como legalmente resolvidos.

Mas, contrariamente, na vida cotidiana, o sentimento de injustiça e impunidade parecia prevalecer e se disseminar fortemente nessas famílias. Entre esses familiares, especialmente as mulheres estavam inseridas no fogo cruzado, entre viver num território sem lei e sem apoio estatal e serem as maiores responsáveis pela educação e criação das crianças e jovens e, ao mesmo tempo, responder pela sobrevivência das famílias, principalmente por conviver em proximidade com autores e o crime organizado.

Objetivo geral

Dar visibilidade às repercussões dos homicídios sobre os familiares, enquanto vítimas indiretas desses crimes.

Objetivos específicos

1. Analisar as repercussões das mortes violentas entre familiares do sexo masculino e feminino.
2. Demonstrar a contribuição de diferentes fontes de pesquisa nos estudos de violência.

Organização da tese:

Primeiro capítulo: ampliação e aprofundamento das reflexões sobre violência, mortes violentas e vítimas indiretas, tendo por base os autores: Chauí (1985, 1998); Wieviorka (1997); Saffioti (2004); Minayo, (2003, 2006); Moura (2007); Kamimura (2009).

Segundo capítulo: discussão da dimensão metodológica, realizando a análise através da triangulação das fontes. A quantidade de dados, a delicadeza necessária para garantir consistência e fundamentação para atingir os propósitos definidos exige rigor no trato dessa documentação. A estratégia da triangulação de fontes veio se apresentando como a mais adequada na medida

em que há elementos retirados de forma direta e presencial dos sujeitos entrevistados, registros das observações e impressões dos entrevistadores sobre essa coleta do caminho percorrido entre os pontos de apoio da pesquisa e a casa desses familiares. Conta-se ainda com o registro dos pesquisadores e com a leitura dos documentos judiciais.

Terceiro capítulo: Análise de uma amostra de 80 casos do universo da Pesquisa FAPESP/PUCSP/CRAVI, para os quais havia base documental registrada em diários de pesquisa, relatórios de entrevistas domiciliares e processos criminais. Procurou-se, inicialmente, descrever o perfil dos familiares entrevistados articulados com dados existentes nos processos. Em seguida, analisaram-se os registros dos diários de pesquisa relativos ao impacto dos territórios violentos e dos homicídios sobre os entrevistados e sobre os entrevistadores.

CAPÍTULO I A DISCUSSÃO TEÓRICO-POLÍTICA SOBRE VIOLÊNCIA: UM DESTAQUE AOS HOMICÍDIOS

A busca por uma compreensão de relações violentas entre sujeitos historicamente situados e delineados por determinações sociais, cujas consequências e sequelas se apresentam no *balcão de atendimento* dos assistentes sociais, tem se posto como um desafio constante e instigante em nossas práticas, enquanto profissionais, docentes e pesquisadores. Desafio que é, ao mesmo tempo, um norte, na medida em que a busca pela conceituação orientadora é tarefa complexa, exige escolhas teóricas e políticas e, provavelmente, o sentido do vocábulo no plural parece mais apropriado e elucidador/orientador da prática cotidiana de, nós, assistentes sociais.

A procura por um porto seguro é incessante, emoldura o horizonte, no ancoradouro da Filosofia, da Antropologia, do Direito, das Ciências Humanas e Sociais, da Saúde que pavimentam e fundamentam a ação profissional pautada na competência teórica e técnica operativa; e no compromisso ético político de contribuir para a conquista de liberdade e igualdade para todos.

Chauí (1985; 1998) elaborou conceituações sobre violência, sendo que em seu primeiro artigo, a violência, mais do que uma transgressão, passa a ser configurada como a conversão da diferença em desigualdade e o trato do outro, como coisa:

Entenderemos por violência uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença em desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão de diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

[...] A pura relação de força visa, em última instância, a aniquilar-se como relação pela destruição de uma das partes. A violência, pelo contrário, visa a manter a relação mantendo as partes presentes uma para outra, porem uma delas anulada em sua diferença e submetida à vontade e à ação da outra. A violência deseja a sujeição consentida ou a supressão mediatizada pela vontade do outro que consente em ser suprimido na sua diferença. Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronímia que não se percebe enquanto tal. Em outros termos, a violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária que a dominam. Sob esse aspecto, podemos falar em sociedade violenta e em Estado violento, mas não é possível um poder violento, desde que entendamos o poder como exercício e reconhecimento efetivo de direitos e da prática política. O poder não exclui a luta. A violência sim. (CHAUI, 1985, p. 34/35)

No meio da produção intelectual sobre violência contra as mulheres, essa conceituação provocou polêmica considerável, na medida em que apontava uma concepção de vítima inerte, passiva. Uma década após, Saffioti (1994) faz uma distinção importante, em relação a essa concepção da filósofa. Demarca na sua argumentação mulheres enquanto sujeitos, mesmo que alienados, assujeitados, fragilizados nas relações violentas, que cedem para permanecer vivas, sendo diferente de consentir. Consentir requer igualdade nas relações de poder entre homens e mulheres, o que não ocorre desde a instituição do patriarcado e nas alianças forjadas com o sistema capitalista, as possibilidades se tornam mais restritas. Na discordância com a filósofa, a pesquisadora sobre violência de gênero praticada contra as mulheres alerta para os cuidados da análise. Do ponto de vista do gênero, enquanto categoria social, empírica, as mulheres sempre tiveram um prejuízo maior em relação aos homens, fosse ao acesso e manutenção do poder, na política ou inserção e remuneração no mercado de trabalho. Historicamente, esse dado percorre os séculos, desde a divisão sexual do trabalho, da institucionalização da monogamia para as mulheres, aprisionando a liberdade da vida sexual feminina à reprodução humana, articulada à herança e à propriedade, elementos fundantes da ordem econômica e da vida em sociedade.

A publicação dessa discordância teórica e política chamou atenção porque acompanhava de perto e participava das organizações relativas à participação do Brasil nas conferências internacionais e, nesse sentido, de alguma maneira, o texto de Chauí, da década anterior, distanciava-se do "pensamento feminista contemporâneo" (SAFFIOTI, 1994, p. 446) e das lutas sociais em andamento.

Entre os anos de 1960 até o final do século, foram 40 anos de mobilização, organização e conquista de direitos, visando à igualdade entre homens e mulheres. Houve a organização realizada pela ONU, da "Década da Mulher", entre 1975 e 1985. Mesmo antes e durante esse período, as lutas sociais nacionais e mundiais, para enfrentar as desigualdades de gênero, foram retomadas sendo que, no Brasil, mais tardiamente, no final dos anos de 1970, a partir da reabertura política com o retorno dos exilados e exiladas. Na reorganização embrionária dos partidos políticos, as mulheres, tanto as feministas como as do movimento social, passam a incorporar as lutas sociais comuns a todos, e iniciam um processo de denúncias das discriminações e violências praticadas contra as mulheres. Buscam a criação de espaços alternativos, como os SOS de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, os jornais feministas, onde poderiam se organizar politicamente e iniciar um processo de conquistas de direitos para as mulheres deste país. Um dos elementos mais significativos foi a participação feminina, com representação de segmento sociais, na Assembleia Constituinte, em 1986 e, em 1988, na promulgação da Carta Magna, quando homens e mulheres, do ponto de vista constitucional, alçaram patamares de igualdade em termos de direitos fundamentais (artigo 5º).⁸

Historicamente, as análises da pesquisadora Saffioti são de outubro de 1994 e, naquele período, entre 1993 e 1995, várias conquistas de direitos, elaboradas por feministas, juristas, movimento social de mulheres estava

⁸ ENTRE OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, NO CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

sendo efetivado, no plano internacional. Um ano antes, em 1993, na Conferência Mundial de Direitos Humanos, na cidade de Viena, a violência doméstica e sexual praticada contra as mulheres passou a ser considerada violação internacional de direitos⁹ humanos. Isso significou responsabilidade dos Estados membros da ONU com a prevenção, assistência e superação dessa violação de direitos das mulheres. Dessa maneira, a violência praticada contra as mulheres é retirada da ordem do privado, familiar, das relações interpessoais. Em junho de 1994, foi realizada a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher - "Convenção de Belém do Pará"¹⁰; Tratado internacional demarcador da violência de gênero praticada contra as mulheres, exatamente pelo fato de serem mulheres¹¹. Abarcam, assim, desde os relacionamentos íntimos, interpessoais, os de vizinhança, relações de trabalho e as do Estado. Em 1995, ocorreu a Conferência Mundial das Mulheres, em Pequim, quando se concluiu que a pobreza no mundo era feminina, visto que 70% dos pobres eram mulheres.

⁹ "[...] 18 Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais". A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional.

A violência e todas as formas de abuso e exploração sexual, incluindo o preconceito cultural e o tráfico internacional de pessoas, são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Pode-se conseguir isso por meio de medidas legislativas, ações nacionais e cooperação internacional nas áreas do desenvolvimento econômico e social, da educação, da maternidade segura e assistência à saúde e apoio social.

Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades das Nações Unidas na área dos direitos humanos, que devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher.

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos insta todos os Governos, instituições governamentais e não – governamentais a intensificarem seus esforços em prol da proteção e promoção dos direitos humanos da mulher e da menina.

¹⁰ Adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 06 de junho de 1994 - ratificada pelo Brasil em 27.11.1995.

¹¹ Artigo 1: Para os efeitos desta Convenção deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Artigo 2: Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica:

- a. que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual;
- b. que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e
- c. que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Seguramente, as conquistas desses direitos são de absoluta importância, ainda que sejam conhecidos os distanciamentos existentes entre a letra da lei e a vida real. Os tratados internacionais, as Conferências Mundiais, juridicamente, atuam como recomendações aos países signatários. Internamente, cada nação decide como vai incorporar esses direitos estabelecidos nesses acordos, na legislação nacional. No Brasil, se por um lado houve avanços jurídicos, na dimensão cultural e política, a vida em sociedade não foi alterada na mesma agilidade e proporcionalidade. Valores, comportamentos, representações para serem transformados exigem participação ativa de sujeitos, instituições e organizações e, nesse aspecto, a igualdade entre homens e mulheres requer, entre outros aspectos, redistribuição de poder político, implicando em quem o detém ceder, ou em quem o busca ir à luta para conquistá-lo. Nesses polos, encontram-se interesses antagônicos, desde o exercício da liberdade sexual das mulheres, a negociação para o sexo seguro entre marido e mulher ou entre namorado/namorada; revisão dos requisitos da maternidade e paternidade responsáveis e do exercício afetivo da maternagem e paternagem; nova leitura e distribuição equitativa do trabalho doméstico. No mercado de trabalho: trabalho igual/salário igual, mais mulheres na política, na economia, em postos com poder de decisão. Ou seja, o processo é longo, instigante e desafiador. Transformar direitos conquistados na vida cotidiana é uma das lutas políticas constantes. Para as mulheres, por vezes, é multiplicado, porque participa das lutas de classe e, no interior destas, e nas relações familiares e íntimas.

Retomando a conceituação de Chauí, sem dúvida nenhuma, pode-se afirmar que ela apontou elementos significativos, na medida em que apresentou uma reflexão diferenciada sobre violência, transformando diferença em desigualdade, desenvolvendo a análise que entre os desiguais se incorpora a noção de hierarquia, demarcando superioridade e inferioridade e, num segundo plano, identifica o engendramento entre algoz e vítima, como uma relação perversamente fecunda, onde a intencionalidade não é a mera destruição do outro pelo uso da força, mas é como garantir sua submissão e subserviência, sem que o dominado o perceba. O reconhecimento do outro é reduzido à coisa. Essa concepção parece perfeita, universal, inclusive

atravessa os séculos, podendo ser referência para outras relações violentas. Em 1998, no texto *Ética e Violência*, parte considerável dessa conceituação vai ser recomposta, quando trata ética como oposto à violência e, nessa perspectiva, o trato do outro semelhante como coisa é inconcebível, é violência. O outro é sujeito.

Entre as reflexões desenvolvidas de forma complexa, é possível destacar elementos de grandeza para orientar e avançar nas análises. As distinções entre ética e moral são elaboradas para que possamos aprender junto com a autora:

Embora *ta éthé* e *mores* signifiquem o mesmo, isto é, costumes e modos de agir de uma sociedade, entretanto, no singular, *ethos* é o caráter ou temperamento individual que deve ser educado para os valores da sociedade e *ta éthiké* é uma parte da filosofia que se dedica às coisas referentes ao caráter e à conduta dos indivíduos e por isso volta-se para a análise dos próprios valores propostos por uma sociedade e para a compreensão das condutas humanas individuais e coletivas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades. Toda moral é normativa, pois cabe-lhe a tarefa de inculcar nos indivíduos os padrões de conduta, os costumes e valores da sociedade em que vivem, mas nem toda ética precisa ser normativa (a de Espinosa, por exemplo, não o é). (CHAUÍ, 1998, p. 32)

Seguindo nessa linha de raciocínio, "[...] não há ética enquanto investigação filosófica se não houver uma teoria que fundamente as ideias de agente ético, ação ética e valores éticos." (CHAUÍ, 1998, p. 33)

Esse agente é identificado como:

[...] sujeito ético, isto é, como um ser racional e consciente que sabe o que faz, como um ser livre que decide e escolhe o que faz e como um ser responsável, que responde pelo que faz. A ação ética é balizada pelas ideias de bom e mau, justo e injusto, virtude e vício, isto é, por valores cujo conteúdo pode variar de uma sociedade para outra ou na história de uma mesma sociedade, mas que propõem sempre uma diferença intrínseca entre condutas, segundo o bem, o justo e o virtuoso. Assim, uma ação só será ética se for consciente, livre e responsável e só será virtuosa se for realizada em conformidade com o bom e o justo. A ação ética só é virtuosa se for livre e só será livre se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior ao próprio

agente e não vier da obediência a uma ordem, a um comando ou a uma pressão externos. (CHAUÍ, 1998, p. 33)

No entanto, esse sujeito vive em sociedade e, enquanto a autonomia indica a capacidade de "dar a si mesmo as regras e normas de sua ação", este entra em conflito com a moral desenvolvida de fora para dentro. Isto só pode ser alterado se esse sujeito incorporar esses valores sociais e morais externos como se fossem seus, como se ele os tivesse elaborado.

Nas considerações sobre a ação ética, a filósofa vai esclarecendo noções, donde é possível estabelecer relações à conceituação de 1985, explicitando as determinações históricas do agente ético, do sujeito. Nesse sentido:

[...] a ação só é ética se realizar a natureza racional, livre e responsável do agente e se o agente respeitar a racionalidade, liberdade e responsabilidade dos outros agentes, de sorte que a subjetividade ética é uma intersubjetividade. A subjetividade e a intersubjetividade éticas são ações e a ética é que existe pela e na ação dos sujeitos individuais e sociais, definidos por laços e formas de sociabilidade criadas também pela ação humana em condições históricas determinadas. (CHAUÍ, 1998, p. 33)

Em seguida, já aponta o que seria contrário a essa ação ética, reconhecendo seres racionais, como sujeitos abusados, violados nos atos de violência. Violência essa definida como:

Etimologicamente, violência vem do latim vis, força, e significa:
 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar);
 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar);
 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar);
 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito;
 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e

de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra. (CHAUÍ, 1998, p. 33)

Essa conceituação oferece elementos de análise para todas as expressões de violência, englobando desde a vermelha e a branca, aquela que ocorre entre as relações interpessoais, as institucionais, as lutas entre classes e segmentos sociais; a mortandade existente no país, nas últimas três décadas de homens jovens, negros, e pobres, assim como o impacto vivido pelos seus familiares. O trato entre sujeitos, situados historicamente, e determinados socialmente, no estabelecimento das diferenças em desigualdades e, no reconhecimento do outro reduzido à coisa, objeto.

Nesse sentido, existe uma lógica interna entre aquele que ocupa o lugar de algoz e aquele que ocupa o de vítima. Lógica sediada nas relações sociais e historicamente produzida e reproduzida. Parece haver pontos de congruência entre as autoras Chauí e Saffioti, quando ambas identificam relações violentas entre sujeitos. Do ponto de vista subjetivo, existe um limite de suportabilidade diante da exposição à violência e, principalmente, por aqueles que ocupam o lugar da dominação e opressão; são os mais interessados, ainda que não reúnam condições objetivas e forças internas para sair da situação. Esse limite pode ser extenso demais, pode ser o da morte, inclusive. Mas também pode ser o que Saffioti, primeiramente e, depois Chauí, dimensionam sobre a historicidade da violência, o contexto em que se realiza.

Essa temporalidade histórica e conjuntural está inscrita nas análises de Wieviorka¹² (1997, p. 5): "A violência não é a mesma de um período para outro". Para demonstrar essa afirmativa, realiza um resgate histórico das alterações políticas de grande magnitude no planeta, demarcando-o a partir da segunda metade do século passado. A partir daí, decompõe a leitura que faz

¹² Novo paradigma da violência. **Tempo soc.** [online]. 1997, v. 9, n. 1, p. 5-41. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20701997000100002>>.

sobre essa realidade econômica e política, procurando demonstrar que a violência de natureza política, relacionada à luta de classes, via conquistas do movimento operário, foi perdendo sua grandeza em quase todos os Estados, tanto nos movimentos de esquerda, como da extrema direita. Aprofunda sua análise no contexto do leste europeu, indicando que a violência nas lutas de libertação nacional logo torna-se contraditória, quando se instaura o processo eleitoral para confirmar esse acesso ao poder conquistado pela violência.

Em relação à perda do lugar central do movimento operário nas relações de produção industrial:

[...] tornam improváveis a ideia de uma ligação entre importantes violências sociais e a inserção de seus agentes num conflito estrutural de classe, no sentido habitual da expressão. Não é mais a luta contra a exploração, a sublevação contra um adversário que mantém com os atores uma relação de dominação, e sim a não-relação social, a ausência de relação conflitual, a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial, que alimentam hoje em toda parte do mundo, inclusive na Europa ocidental, condutas amotinadoras ou uma violência social mais difusa, fruto da raiva e das frustrações. Nesse contexto, a violência não é somente um conjunto de práticas objetivas: ela é também uma representação, um predicado que, por exemplo, grupos, entre os mais abastados, atribuem eventualmente, e de maneira mais ou menos fantasmática, a outros grupos, geralmente entre os mais despossuídos. (WIEVIORKA, 1997, p. 7, grifo nosso)

A exclusão no lugar do conflito, o desprezo social e o de classe, para quem integra os segmentos sociais, estão associados às discriminações étnicas e religiosas e Wieviorka o considera o elemento mais espetacular:

[...] da renovação da violência hoje é dado pelas referências crescentes de seus protagonistas a uma identidade étnica ou religiosa. Essas constituem um recurso cultural eventualmente mobilizado de maneira violenta para fins políticos, por vezes alimentando também uma barbárie homicida extrema, bem além dos simples problemas políticos. (WIEVIORKA, 1997, p. 7)

No Brasil, as identidades étnicas ou religiosas não são marcadamente declaradas, ainda que a barbárie extrema, citada pelo sociólogo, esteja

presente nas altas taxas de homicídio que não se alteram há trinta anos, são disseminadas pelo país adentro. Nessa linha de pensamento, Wieviorka vai produzindo, teórica e politicamente, análises sobre conflito e violência, afirmando:

Para que haja conflito, sistema de atores em relações conflituais, é preciso de um lado atores, de outro, problemas que eles reconhecem como comuns, e de outro ainda possibilidades para eles de se oporem sem se destruir, e, portanto, de mecanismos políticos ou institucionais." (WIEVIORKA, 1997, p. 13)

No conflito, as partes não têm interesse em se destruir, seguem normas e as reconhecem para as negociações. Existem os atores com poder de decisão.

Quando estes atores estão cada vez mais subjacentes à lei do mercado, a violência encontra campo para se reproduzir:

[...] um ponto em comum: a maior parte considera que o mundo é cada vez mais um universo sem atores, e exclusivamente atraído por essa lei da selva que é o mercado, pelo caos ou pelo choque das identidades e das culturas, bem mais do que por relações mais ou menos negociadas que implicam em um mínimo de reconhecimento mútuo. Quer se trate, no interior das sociedades, do funcionamento do sistema dos partidos, com uma clivagem esquerda- direita que frequentemente se esmaeceu e por vezes desarmonizou-se, do enfraquecimento geral do sindicalismo e dos sistemas de relações profissionais, dos modos de gestão do Estado providência e, mais amplamente, de todas as formas de relações inventadas pelas sociedades industriais a partir do século XIX; quer se trate, nas relações internacionais, do funcionamento bipolar que estruturava a oposição entre os Estados Unidos e a extinta União Soviética, ou dos insucessos reiterados das grandes organizações internacionais, a começar pela ONU e seus Boinas Azuis na Bósnia, na Somália ou no Líbano, como não ver que efetivamente os procedimentos e mecanismos institucionais são muitas vezes substituídos pelo simples uso da força? Nem tudo é, ou continua sendo conflituizável, daquilo que antes podia sê-lo. (WIEVIORKA, 1997, p. 13-14)

Da maneira como realizou esse resgate histórico, Wieviorka parece deixar transparecer um pessimismo diante do futuro. No entanto, inicia as

reflexões para o que foi denominado novo paradigma da violência, diante do real e apresenta exigências tanto do ponto de vista teórico e político que, segundo ele, também devem ser renovadas e articuladas, já que a economia foi globalizada, influenciou e determinou dinâmicas de domínio planetárias. O impacto deu origem a um movimento nas culturas locais, nos modos da vida cotidiano que ora acatam, ora resistem. Essa dinâmica é violenta e é reproduzida em todas as instâncias da vida social e das relações entre os que detêm o poder dominante, assim como destes para com os submetidos e, estes entre si. Existe uma produção e reprodução numa espiral crescente.

Do ponto de vista teórico, esse paradigma pede que a violência seja analisada no interior de um espaço teórico complexo, capaz de integrar o campo do conflito e o da crise. Indo mais além, ampliando-se, de um lado no sentido de levar em consideração o sujeito, impossível, frustrado ou que funciona fora de qualquer sistema ou de normas, e de outro levando em consideração condutas que mais além da crise são reveladoras de uma verdadeira desestruturação ou de desvios capazes de levar ao caos e à barbárie. (WIEVIORKA, 1997, p.14)

Na propositura do que é nominado de novo paradigma da violência, o autor propõe quatro níveis de análise complexa, parecendo não haver hierarquia entre estes, todos têm sua significância e articulação. O primeiro elemento é relativo ao sistema internacional, apontando o fim da Guerra Fria, a dissolução do império soviético e o declínio da bipolaridade entre Leste e Oeste, acentuando a globalização da economia e sua articulação com a violência e a forma como se reproduz, tanto do ponto de vista mundial, como local e regional. O movimento contraditório de se defender da globalização ou de participar desta.

[...] projeto mundial, e sim o contrário, posto que põem a maior parte do tempo em jogo significações inscritas na cena local ou regional onde surgem.

Por fim, a análise do sistema internacional do ponto de vista das suas grandes mudanças, para ser completa, deve ser sensível à importância e à intensidade das migrações internacionais, nem todas redutíveis a simples fluxos de imigração, e que dão frequentemente a imagem de relações transnacionais [...] não é inútil evocar os vínculos entre a mundialização e o neoliberalismo que a fundamenta ideologicamente, e, a

violência. Com efeito, esta última se alimenta, no mínimo indiretamente, das desigualdades e da exclusão que se reforçam com o mercado generalizado, a livre iniciativa, o rigor orçamentário e o livre comércio, e é sensível às evoluções que tornam a troca mais importante do que a produção e que ameaçam o trabalho, tanto do ponto de vista de seu significado central, enquanto sentido da experiência humana, como enquanto fator estreitamente associado ao crescimento. [...], a violência pode se inscrever no prolongamento da fragmentação cultural que a mundialização da economia encoraja, [...] a violência vem traduzir eventualmente em atos a vontade defensiva, e mesmo contra-ofensiva, de grupos desejosos de afirmar sua identidade cultural. Paradoxalmente, o resultado pode ser o mesmo quando um grupo se apoia em uma identidade desse tipo não para resistir à economia mundializada, mas para dele melhor participar.

[...] A mundialização econômica inscreve-se em uma relação dialética que ao mesmo tempo a alimenta e que ela aprofunda: a fragmentação social e cultural que ela mesma prolonga através de processos de naturalização e, mais precisamente, de racialização da vida coletiva, com tudo o que isso implica em termos de violências racistas [...]. Pode-se então dar um passo a mais e considerar que a *mundialização da economia*, e suas ligações diretas com a fragmentação cultural e social, contribui para a *mundialização da violência*, com suas formas fragmentárias. [...] Mas, ao mesmo tempo, constatar que essas violências não são unificadas em um projeto mundial, e sim contrário, posto que põem a maior parte do tempo em jogo significações inscritas na cena local ou regional onde surgem. [...] As diásporas, particularmente, desempenham um papel essencial no plano da economia criminosa e no apoio a movimentos armados – papel que não é novo, mas que se acentuou e reforçou através daquilo que Aline Angoustures e Valérie Pascal designam como “fenômenos de rede” (1996). (WIEVIORKA, 1997, p.17-18)

Um segundo elemento refere-se às alterações significativas dos Estados, mais precisamente seu enfraquecimento que ofereceu maior intersecção e proximidade entre as fronteiras do legal e ilegal.

Cada vez menos capaz de controlar a economia, o Estado parece, em numerosas situações, obrigado a recuar frente às atividades informais, ao mercado negro e ao trabalho clandestino; o recolhimento de recursos fiscais torna-se difícil de exigir ou justificar, aleatório, e ao mesmo tempo que a economia se privatiza, a violência se privatiza, meio de pilhar o Estado ou de se atribuir os recursos que ele deveria controlar. O Estado

está assim atravessado, por dentro e por fora, tanto mais na medida em que se criam ou se reforçam solidariedades infra e transestatais (principalmente diaspóricas), inscritas ou não em territórios precisos, cujo espaço de funcionamento já não corresponde ao seu. Além disso, o Estado, pela intervenção de seus agentes, pode praticar ou encobrir uma violência ilegítima, contrária a seu discurso oficial, como acontece em países democráticos onde existe a tortura, os abusos policiais ou militares de todo gênero, ou ainda a delegação do uso da força a atores privados que a exercem em proveito de seus próprios interesses (cf. PINHEIRO, 1996). (WIEVIORKA, 1997, p. 18-19)

O terceiro elemento aponta as mudanças sociais, destacando o progresso econômico centrado no desenvolvimento e o da política, na constituição e consolidação da democracia. Por último, para o quarto elemento, desenvolve uma análise sobre o individualismo contemporâneo e no final do século passado, o que sinalizava duas faces complementares e ainda presentes na atualidade:

[...] o indivíduo moderno quer participar da modernidade, do que ela oferece, do que ela promete, do que ela mostra através dos meios de comunicação e das solicitações de um consumo de massa cujo espetáculo está [...] mundializado. Ele tem a intenção de consumir, continuar a consumir se já o fez, começar a fazê-lo se ele ainda não o pôde. Por outro lado, o indivíduo quer ser reconhecido como sujeito, construir sua própria existência, não ser totalmente dependente de papéis e normas, poder distanciar-se deles sem ser, no entanto, obrigado a fazê-lo. Ele pretende, por exemplo, efetuar escolhas que o autorizem a referir-se a uma identidade coletiva, sem estar totalmente subordinado a ela, produzir-se, e não somente reproduzir-se. (WIEVIORKA, 1997, p. 23)

Essa tensão, do ponto de vista ético, quando se pauta nas análises de Chauí (1998) são cruciais, na medida em que socialmente os sujeitos iniciam uma percepção de si e de sua condição social humilhante, exatamente igual aos seus pares. Ao requerer essa igualdade, eles também pretendem a diferença, a individualidade. A crise toma forma.

O sociólogo, por sua vez, continua analisando, indicando que isto não é novidade, sendo que:

[...] Cada uma delas mantém, hoje, uma relação muito forte com a violência, mesmo coletiva. O ator de muitas violências instrumentais, por exemplo, engaja-se com finalidades econômicas, ele quer o dinheiro para consumir, comprar, para si mesmo e eventualmente para os seus. (WIEVIORKA, 1997, p. 23)

Na continuidade, ressalta que:

[...] De modo bem distinto a violência pode assumir uma feição extrema, ilimitada, relacionada com um desejo, frustrado, de aceder aos frutos da modernidade e sem que se trate de utilizá-los como recurso para alcançar determinados fins. Isso a aproxima de condutas informadas pela raiva de não ser reconhecido, pelo sentimento de uma injustiça vivida, pela interdição de o indivíduo tornar-se sujeito, e que pode assumir diferentes formas: motins explosivos, mas também lúdicos; ou para falar como David Le Breton (1991), informados pelas “paixões do risco” que podem então vir a tornar-se ordálicas ou autodestruidoras, retornando contra si mesmo a impossibilidade criada pelo sistema ou pela situação de ser um ator de sua própria existência. (WIEVIORKA, 1997, p. 23)

Esse reconhecimento está mais para o alinhamento ao consumo do que para uma consciência política de pertencimento a uma classe social, como o próprio autor deixou implícito em suas análises anteriores, onde o movimento operário teria se enfraquecido no mundo. Os Estados já não preservariam, hegemonicamente, as concepções de proteção social e a segurança de todos, sendo que permanecem com o monopólio do uso da força, inclusive entre a maioria que aderiu à representação democrática pelo uso de eleições gerais, e nessa linha, adverte:

[...] A violência neste caso é, ou busca, a produção do sentido, esforço para produzir por meios próprios aquilo que antes lhe era dado pela cultura ou pelas instituições, projeção de si mesmo até a morte eventual; ou então apelo às subjetividades impossível ou infeliz, expressão de recusa pela pessoa em dar prosseguimento a uma existência em que ela se sente negada. Nessa última perspectiva, o racismo, em particular e em expansão em inúmeras sociedades, é uma experiência amplamente vivida pelos que dele são vítimas como uma profunda negação de sua individualidade, o que pode transformar-se em raiva e daí em violência, por exemplo, amotinadora. [...] os progressos da

mundialização dão maior intensidade do que davam no passado a tudo o que remete ao individualismo, bem como às fragilidades pessoais que vêm junto, sobretudo, quando se trata de combinar os dois registros, da eficácia instrumental, estratégica, e da construção de uma subjetividade autônoma (cf. EHRENBURG, 1995): ninguém agora, com efeito, ignora o que o mundo moderno pode oferecer ou prometer, tanto como possibilidades de consumo, quanto em matéria de produção de si mesmo. (WIEVIORKA, 1997, p. 23-24)

Na vida cotidiana, o sujeito está alienado, submetido à lei do Mercado e, eticamente, segundo Chauí, tenso diante da imposição dos valores ideológicos desse consumismo exagerado, levando o pesquisador francês a afirmar: [...] Mas é bem difícil ser, ao mesmo tempo, consumidor e produtor de sua existência, eficaz e racional de um lado, autônomo e distanciado em relação às normas, de outro. (WIEVIORKA, 1997, p. 24)

Nesse sentido, o autor delinea:

[...] A violência encontra aqui um tríplice feixe de condições favoráveis: seja que a pura racionalidade estratégica induza a fazer dela, mais ou menos cinicamente, um recurso; seja que a preocupação em identifica-se com uma identidade coletiva resulte no fanatismo ou num sectarismo belicoso: seja enfim, em processos de fusão de sentido, em que a dupla impossibilidade de funcionar como consumidor e como produtor de sua própria existência termine por resolver-se através da invenção de um sentido imaginário tanto mais violento quanto não encontre *hic et nunc* os meios concretos de se traduzir em práticas. (WIEVIORKA, 1997, p. 24).

Esses apontamentos sobre o pensamento de Wieviorka, sobre as mudanças no mundo, para demarcar na própria violência a maneira como essa vai sendo transformada no tempo de sua produção foi extensa, mas importante, na medida em que o autor, no texto, vai elaborando uma conceituação complexa, articulando elementos da vida social, das relações políticas e econômicas do Estado e as do sistema internacional, assim como as relativas aos indivíduos. Não existe uma sociologia da violência que dê conta de abraçar tudo, no entanto, todo esforço seria importante para buscar as distinções necessárias entre o mundial, o nacional e o local, o coletivo e o

individual, buscando seus vínculos e não sua separação. Há "[...] a hipótese de que uma das fontes fundamentais da violência contemporânea reside precisamente em sua tendência à dissociação." (WIEVIORKA, 1997, p. 25)

Para exemplificar essa tendência, citou a situação violenta dos sicários na Colômbia:

[...] é tentador analisar de um lado a personalidade dos jovens "sicários", assassinos de aluguel que, na Colômbia, parecem guiados por um desejo de dinheiro e de consumo potente e desprovido de barreiras morais, e por outro lado, tratar da economia mundial da droga ou das relações entre os Estados Unidos e a Colômbia; mas é muito mais útil mostrar como a violência instrumental do jovem assassino de aluguel de Medellín oscila entre a política e a criminalidade, e se inscreve num tecido de relações sociais e políticas, ao nível do bairro, da cidade, do país e do continente, que não se limita à imagem de dois universos separados, internacional (a droga e sua economia), e pessoal ou psicológico (a ausência de normas interiorizadas que torne possível o fato de ser um assassino) (cf. ORTIZ SARMIENTO).

No Brasil, os estudos de Zaluar (1994), no livro *Condomínio do Diabo*, que se pauta na reflexão sobre os jovens, o tráfico de drogas e a violência na cidade do Rio de Janeiro, caminhavam nessa linha de reflexão. Essa pesquisadora sinalizava para a potencialidade do narcotráfico e o poder de sedução realizado sobre adolescentes e jovens nas redes locais, na capilaridade das relações nos "morros cariocas", hoje comunidades. Logo, quando o Estado se torna ausente, sobra espaço para a entrada e conquista de outros poderes.

Ambos, Wieviorka (1997) e Zaluar (1994), aproximam-se com relação a estes vazios, vazios de vida política. Wieviorka cita o avanço da economia globalizada sobre fronteiras estatais e, se tornando mais complexa e maior que os próprios Estados, esvaziando destes e da sociedade várias possibilidades de manutenção de participação política existente.

[...] Quanto mais se mergulha nesse tipo de análise, mais torna-se útil perguntar qual a parte da violência subjetiva, e a da violência objetiva. Entre o ator finalmente reduzido à sua personalidade ou à de sua subjetividade, e o sistema, referido a processos planetários dos quais a noção de mundialização tornou-se símbolo, a violência vem preencher o vazio deixado por atores e relações sociais e políticas enfraquecidas. Mas é um vazio real, ou um vazio nas representações? (WIEVIORKA, 1997, p. 25)

Aponta a busca de mediações ausentes, aquelas analisadas por Zaluar, em relação ao Estado e sociedade. Para ele, a tarefa da sociologia da violência:

[...] é mostrar as mediações ausentes, os sistemas de relações cuja falta ou o enfraquecimento criam o espaço da violência: se essas mediações, se esses sistemas de relações parecem mais escondidos, incompreendidos ou ignorados que realmente carentes ou ausentes, porque a sociedade em questão, suas elites políticas, seus intelectuais, sua opinião se recusam a reconhecê-los e a debatê-las, então a violência deve ser analisada antes de tudo como uma representação, como a subjetividade de grupos, ou mesmo de uma sociedade inteira, incapazes de se compreender e de compreender o que as cerca; se são tangíveis, se é possível estabelecer empiricamente que há um déficit de atores e de mediações através de sistemas de relações, a violência constitui certamente uma forte realidade objetiva. A sociologia deve então distinguir os problemas, mostrando como a violência contemporânea se renova, tanto em suas percepções subjetivas quanto em suas realidades históricas. (WIEVIORKA, 1997, p. 25)

O desafio foi posto, no sentido da busca entre elementos universais da violência, suas expressões e aqueles que a particularizam na sua contemporaneidade histórica, em termos institucionais, organizacionais, as relativas aos direitos, às políticas articuladas ou fragmentárias, assim como os sujeitos no cotidiano, nas suas singularidades, instância que pressiona o cotidiano de um assistente social; em todos os locais em que se ocupa do trabalho profissional, a imediaticidade parece tomar forma em termos de realidade e de verdade e, segundo o professor francês, o desafio para os cientistas sociais parece valer para os demais profissionais e pesquisadores sobre violência.

Para o novo paradigma, considera que a violência:

[...] deve ser efetivamente abordada, [...] com conceitos que não podem mais ser os do mundo bipolar, nem os de um mundo onde a economia permitia pensar diretamente as relações internacionais em termos de dominação e de exploração, ou da modernização mais ou menos avançada. Ela deve ser apreendida através de uma de suas novidades radicais: o fato de ser ao mesmo tempo globalizada, posto que relativa a fenômenos planetários, e localizada; geral, e, para utilizar o termo de Hans Magnus Enzensberger (1995), molecular: ela própria mundializada, e fragmentada ou eclodida. Ela não é forçosamente diferente segundo se considere o centro ou a periferia, noções que ela veio contribuir para enfraquecer, pois, por exemplo, há muitas semelhanças entre os jovens atores dos movimentos islamistas enraivecidos das periferias francesas, quer sejam ou não muçulmanos. Esse caráter singular da violência contemporânea nos obriga a refletir ainda a mais, indo de um extremo, sócio-histórico, a outro, centrado na pessoa. (WIEVIORKA, 1997, p. 25, grifo nosso)

Esse pesquisador sinaliza a necessidade de uma atenta e perspicaz leitura da violência na contemporaneidade, no que diz respeito às afirmativas apressadas de que tudo é novo e, assim deve ser visto, ou se são antigos e complexos as diferenças no tempo estão ausentes. Ao mesmo tempo, reforça que o processo da globalização não é linear "[...] ela acentua de maneira ambivalente algumas tendências como as que, simultaneamente, asseguram a internacionalização do consumo de massa, ou de produtos televisuais, e a fragmentação cultural." (WIEVIORKA, 1997, p. 29)

Uma das reflexões desse autor chama atenção, no que diz respeito à violência e a crise da modernidade, onde a:

[...] tensão entre a razão e a cultura, entre o mundo objetivo e o mundo da subjetividade, entre a racionalização e a subjetivação. [...] o mundo contemporâneo pode ser apreendido como submetido a riscos crescentes de dilaceramento entre os dois polos [...]. De um lado, o mundo da técnica, dos mercados, da ciência e da economia neoliberal; de outro, o das identidades comunitárias ou sectárias. De um lado, o reino do instrumentalismo, do cálculo, do poder; do outro, o das culturas desbaratadas ou agressivas. De um lado, o sistema; do outro, os

atores: a crise da modernidade e, em seu prolongamento, a tentação pós-moderna envolvem a dissociação completa desses pares cuja tensão define a modernidade.

[...] a violência contemporânea pode ser analisada como um vasto conjunto de experiências que, cada uma à sua maneira, traduzem o risco de implosão pós-moderna, e mesmo seu esboço. E nesses dilaceramentos, uma primeira hipótese merece ser explorada: a de uma fragmentação dos espaços políticos e de uma distorção do espectro geral da violência a partir de suas dimensões políticas. A violência pode continuar instalada ao nível político, mas também devemos ser sensíveis às dimensões que fazem com que ela se complete, e talvez mais do que antes, com formas que a invadem por baixo e por cima.

O enfraquecimento da vida política nos Estados gera deficiências e destas se produziria a violência política, vista como violência infrapolítica e a metapolítica. Se a violência poderia de alguma forma ser tolerada pelo uso de armas e forças, dentro das lutas sociais contra os regimes ditatoriais impostos, na contemporaneidade forças sociais armadas tiveram espaço para se constituírem, não mais com aqueles fins, mas sim a favor do lucro advindo do tráfico internacional de armas e drogas, pirataria. Tudo isso no chão da economia cada vez mais privatizada. A violência infrapolítica.

[...] constitui um encorajamento massivo à privatização da violência, cujo caráter político se atenua ou se dilui. Em muitos casos, com efeito, trata-se para os protagonistas da violência não de visar o poder do Estado para aceder a ele, ou de tentar penetrar no centro de um sistema político, mas de manter o Estado à distância para dedicar-se às atividades econômicas, ao tráfico de drogas, de objetos de crianças ou de órgãos humanos, etc. Vêm-se assim guerrilhas se transformando em gestoras de territórios onde podem se associar ao narcotráfico, ou se apropriar dele, [...]. (WIEVIORKA, 1997, p. 30, grifo nosso)

No Brasil, historicamente, poderíamos citar a constituição do crime organizado em relação ao narcotráfico e às armas, principalmente com a entrada do país nas rotas internacionais das drogas, desde a metade dos anos de 1980; o controle de determinados territórios nas capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte e Recife, nos anos de 1990; a constituição do PCC, nas prisões paulistas em processo de expansão para os demais estados, com influência direta dentro do sistema prisional e fora dele,

iniciando-se nos primeiros anos deste século até a atualidade. Nesta década, podem-se destacar, ainda, as milícias no Rio de Janeiro e os julgamentos sumários executados por esses grupos de crime organizado, como forma de demonstração de poder seja entre os seus, quando houve descumprimento das normas internas, seja para os locais onde impera a violência.

Com relação ao Estado, o comprometimento foi severo. Nessa linha de raciocínio, o abuso de poder de agentes estatais, a continuidade de um pensamento autoritário (SILVA, 2004; ALMEIDA, 2003), de alguma forma, mantém-se vivo. Entre o período que o autor faz estas ponderações e a atualidade no Brasil, parece que o tempo andou lento. Já vivenciamos os tempos do Esquadrão da Morte, na década de 1970, no período ditatorial. Desde a instalação da democracia e sua consolidação, três décadas depois, as fronteiras entre Estado e Sociedade, no que se refere ao sistema de segurança e justiça, foram se modificando e se tornando quebradiças, frágeis entre a “banda podre” da polícia e os grupos do crime organizado.

[...] A privatização da violência pode passar por uma perversão quando os que detêm o uso legítimo da força – a polícia, as forças armadas – a ela recorrem para fins hediondos, abusando de suas armas e de sua impunidade. Isso não significa forçosamente a barbárie, a lei da selva. Mas disso se aproxima, autorizando condutas mais ou menos selvagens que podem, em situações extremas, visar impedir pelo terror qualquer oposição aos interesses e ao poder dos atores que exercem a força assim privatizada." (WIEVIORKA, 1997, p. 35)

Há ainda outra possibilidade de essa violência travestir-se nas sociedades democráticas, sendo igualmente perversa, a outra face. Estão nos fenômenos racistas e xenófobos, que ao não poderem ser legítimos, permanecem existindo dentro da legalidade e do espaço público. (WIEVIORKA, 1997, p. 35) Caminha pela capilaridade das relações, pelas condutas fragmentárias e no que ele denomina "confins políticos". Mantêm-se.

Minayo (2006) caminha em proximidade com esses autores e entende a "violência como um fenômeno complexo" (MINAYO, 2006, p. 24) que, no

percurso dos estudos realizados por ela, no campo da saúde coletiva e nas ciências sociais, haveria necessidade de "[...] uma visão interativa da origem sócio-histórica e subjetiva, o que, ao mesmo tempo, questiona a postura reducionista que privilegia a causalidade biológica pura e simples assim como a unicausalidade macro ou microssocial." (MINAYO, 2006, p. 24)

Acredita que:

[...] na necessidade de tornar específicas as manifestações de violência e sua articulação com o todo, e a indicação de que os processos subjetivos devem, ser ao mesmo tempo, incluídos na análise e contextualizados no âmbito sócio-histórico. [...] não se pode estudar a violência fora da sociedade que a gera, porque ela se nutre dos fatos políticos, econômicos e culturais, traduzidos nas relações micros e macrossociais. [...] busca-se a inteligibilidade desse fenômeno, considerando-o de forma complexa, histórica, empírica e específica. (MINAYO, 2006, p. 24, grifo nosso)

Essa autora aponta a multiplicidade presente na violência, não a reconhecendo como única. "A 'violência' não é uma, é múltipla." (MINAYO, 2006, p. 25) e nas análises dos eventos violentos, mais do que o uso da força, é o exercício e a disputa pelo poder quando se percebe a articulação com Chauí, (1998) e do próprio Relatório Mundial sobre Saúde e Violência da OMS (2002), em que se observa:

Conflitos de autoridade, lutas pelo poder e à busca de domínio e aniquilamento do outro, e que suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas e ilícitas, segundo normas sociais mantidos por aparatos legais da sociedade ou por uso e costumes naturalizados. [...] a violência se modifica, se apresenta conforme as épocas, locais e circunstâncias.

Nesse texto, a pesquisadora faz um rastreamento bibliográfico denso e, transcreve Domenach (1981), em que foi possível considerá-lo em sintonia com Wieviorka (1997), quando é posta a necessidade da articulação entre o particular e o universal, a dos sujeitos e a do Estado e o não aprisionamento às aparências, como Chauí (1998) alertou.

Suas formas mais atrozes e mais condenáveis geralmente ocultam outras situações menos escandalosas, por se encontrarem prolongadas no tempo e protegidas por ideologias ou instituições de aparência respeitável. A violência de indivíduos e grupos tem de ser relacionada com a do Estado. A dos conflitos, com a da ordem. (DOMENACH, 1981, p. 41 apud MINAYO, 2006, p. 25)

Em se tratando da violência fatal, os homicídios, os crimes relacionados à delinquência, Minayo, deixa claro a necessidade de se investigar melhor a ponta desse "iceberg", à medida que para ocorrer a morte violenta, muitas violências anteriores se fizeram presentes. Direitos foram violados, sequenciais e extensivamente. As possibilidades de desenvolvimento da capacidade de autonomia, de liberdade e mobilidade para exercitar a crítica para além das aparências ficam severamente comprometidas. A vida fica reduzida à sobrevivência diária. Sujeitos viventes nestas condições podem se constituir em presas fáceis nas armadilhas criadas por qualquer poder institucionalizado seja na via oficial, estatal, seja por parte de forças sociais vinculadas ao crime organizado. A vida torna-se descartável, banalizada.

Mesmo não sendo novidade, neste século, mas que ainda vigora e tem sido difícil de contrapor, principalmente com as respostas parciais e pontuais, elaboradas pelas políticas públicas, quase todas restritas à assistência social e na inserção dos interstícios do mercado de trabalho, Wieviorka(1997) e, principalmente, Zaluar (1994) e Minayo (2003) nos atentam para o assédio e o jogo de sedução dos grupos do narcotráfico, efetivados junto aos adolescentes e jovens, atuando como estratégia financeira de acesso ao consumo para estes, e conquista de poder por parte daqueles que executam essas manobras. O controle dos territórios é um fato. Logo, a manipulação política e o exercício do poder de forma severa e rígida, com códigos de conduta, "acolhem" jovens e, ao mesmo tempo, os mantêm de forma impositiva dentro desses quadros. Soldados.

Nestas condições, há poucas possibilidades de saída por conta própria, há necessidade de estabelecer rupturas tanto de dentro para fora, como o vetor

inverso deste. Nesse contexto, existe a facilidade do acesso ao dinheiro, ao consumo do que se pretende para obter os bens das marcas de maior prestígio social, status na hierarquia social. E, de alguma forma, isso traria a impressão de ser retirado do anonimato social a que foi submetido, enquanto integrante dos segmentos sociais de maior exclusão social de bens, serviços, direitos constituídos no exercício da cidadania burguesa. Alçar a capacidade de ser autônomo e livre (CHAUÍ, 1998) seria outro desafio, que parece ser dissuadido, diante do processo de dominação e alienação imposto, seja pelas características estruturais do modo de produção capitalista e de quem dele exerce o poder de mando, via classes dominantes, seja pelo Estado, seja ainda pela mão dos grupos locais do crime organizado. A articulação entre esses poderes, mesmo que diferentes, está posta. (WIEVIORKA, 1998; SOARES, 1996). As fronteiras entre o legal e o ilegal aproximam-se de tal forma que são perpassadas e preservadas nestas condições.

Essas estratégias são de conhecimento público, sendo que vale ressaltar o impacto destas nas subjetividades dos adolescentes e jovens, assim como de seus familiares. O exercício da autoridade, de natureza autoritária, tem papel decisivo nesse grupo social, na medida em que oferece algum tipo de proteção e contenção. Ao mesmo tempo, transfere poder a esse jovem, via uso da força, de uma arma, e de ser representante desse grupo que detém o poder local. Para quem vive o anonimato social, desenvolver o sentimento de pertencimento confere vida à sua identidade em formação.

Os adolescentes vivem uma fase extremamente difícil do desenvolvimento humano, não são mais crianças, mas também não são adultos. O desenvolvimento biológico e hormonal é violento; o acesso às informações ficou facilitado e ágil; o sistema de instrução formal, nas escolas públicas, não foi alterado, profundamente, para acompanhar essas transformações. O país, nas avaliações internacionais sobre educação, tem permanecido na vizinhança dos países do terceiro mundo, como os do continente africano. As famílias, nestas situações, ficam no prejuízo, visto que o Estado está ausente, na parte que lhe cabe com relação à educação e criação daqueles que teriam prioridade absoluta, conforme direito constituído

no Estatuto da Criança e Adolescente, desde 1990. A maturidade interna, a afetiva emocional e, mesmo a intelectual, desses sujeitos, também ficou assimétrica em relação a esse turbilhão de mudanças.

O destaque feito à adolescência e juventude está vinculado ao fato de que concentram o maior segmento social vitimado nas mortes violentas por crimes e com o uso de arma de fogo, no país e, mais concentradamente, do início dos anos 2000. A faixa etária dos mortos está entre 14 e 29 anos de vida. Neste estudo, os familiares entrevistados das vítimas de homicídio, no final dos anos da década de 1990, referem-se a um perfil das vítimas próximo deste, na medida em que a faixa etária oscilava entre 18 e 33 anos. Entre as mortes violentas, como as da violência do trânsito e as provocadas pelos crimes de homicídio, mais de cem mil vítimas no ano de 2013, no Brasil, parecem ter encontrado um terreno seguro para se reproduzirem. As interrupções dessa matança ainda não apresentaram resultados efetivos. Estas representam o ápice de um conteúdo enraizado e intrincado de violências e violações de direitos e, é nesse terreno que os desafios estão afixados. Desafios tanto no sentido de interromper esse fenômeno, desde já, com tolerância zero às mortes evitáveis em quaisquer circunstâncias, sendo que, neste estudo, priorizam-se as que se concentram nas causas externas pelo uso da violência. A direção ética e política desse trabalho deveria estar na contramão da descartabilidade e da banalidade a que as vidas foram reduzidas, preservando-as.

1.1 Mortes violentas

Mesmo considerando estes apontamentos, a historicidade das mortes violentas tem demarcado sua complexidade e, por esta razão, vale o resgate das reflexões feitas por Minayo, (2009), considerando-as como um fenômeno social internacional com características marcadamente definidas, no Brasil. Fazendo uso de indicadores de mortalidade com duas categorias fundamentais, as causas externas e as causadas por violência, define:

O termo *causas externas* é empregado, pela área de saúde, para se referir à mortalidade por: (a) homicídios e suicídios, agressões físicas e psicológicas; (b) acidentes de trânsito, transporte, quedas, afogamentos e outros; (c) lesões e traumas provocados também por esses eventos. A categoria *causas externas* é operativa e tem servido, há mais de dois séculos, para as organizações internacionais de saúde e sociais efetuarem perfis, comparações e, assim, emitirem observações e sugestões aos governos nacionais e locais a respeito do fenômeno social da violência que provoca a morte, podendo então ser alvo de intervenções e comparações. (MINAYO, 2009, p. 135)

Sendo que para a violência:

[...] é uma questão social que ocorre nas inter-relações humanas e nas suas criações (Estado, organizações sociais, instituições, etc.), constituindo, portanto, objeto de estudo e interpretações por parte da filosofia, da história, das ciências políticas, do direito, entre outros. É difícil definir a violência; no entanto, os muitos estudos hoje existentes permitem mapeá-la como um fenômeno humano, social e histórico que se traduz em atos realizados, individual ou institucionalmente, por pessoas, famílias, grupos, classes e nações, visando prejudicar, ferir, mutilar ou matar o outro, física, psicológica e até espiritualmente. No conceito de violência está incluída a ideia da omissão, que aceita e naturaliza maus tratos ao *outro* individual ou coletivo. (MINAYO, 2009, p.135)

Minayo reafirma sua concepção de violência articulando-a entre as "inter-relações humanas e suas criações" demarcando sua complexidade e o desafio das ciências e saberes no sentido de procurar entendê-la, inclusive a partir de suas manifestações. Na área da saúde, o impacto da violência foi observado pelos altos custos dos atendimentos realizados, fossem nos serviços de emergência e urgência, no atendimento das vítimas, ou nos demais serviços no tratamento daqueles que ficaram com sequelas físicas, psíquicas, mentais. Houve o reconhecimento da violência como uma questão de saúde pública, demarcada, no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, 2001.

As análises da pesquisadora da FIOCRUZ tratam das mortes violentas, de 1980 a 2005, o que incorpora os homicídios da amostra deste estudo.

A violência, além de provocar forte impacto sobre as taxas de morbimortalidade, apresenta importantes repercussões econômicas para a área de saúde pública. (BRASIL, 2001), para as famílias e para a sociedade em geral. (MINAYO, 2009, p.135)

Na década de 1990, o Brasil somou:

[...] mais de um milhão de pessoas morreram vítimas de violência e acidentes: cerca de 400 mil por homicídios, 310 mil em acidentes de trânsito e 65 mil por suicídios, estando o restante distribuído em vários tipos de acidentes, como é o caso dos afogamentos, que em muitas circunstâncias podem estar ocultando atos de suicídio. (MINAYO, 2009, p.135)

Minayo, na sequência, aponta seis características das mortes violentas, para o Brasil, sendo que para este estudo, toma-se a liberdade de recolher, as referentes, aos homicídios, sem romper com a linha de análise da autora com a qual se concorda.

A primeira sinaliza para a elevação das taxas das causas externas na mortalidade em geral no país, indo de 11% para 15%, entre 1980 e 2005. "[...] revela a gravidade da situação social que deve ser analisada, para ser compreendida, no contexto e na história dos problemas sociais do Brasil" (MINAYO, 2009, p.136).

Na diferenciação entre os municípios do país, refere-se ao ano 2000, "[...] do total de 5.561 municípios brasileiros, em 1.802 não ocorreu nenhum acidente de trânsito fatal, em 2.633 deles não houve sequer um homicídio e em 3.382 não foi notificada qualquer morte por suicídio." (MINAYO, 2009, p.136); faz uma ressalva importante sobre as demais manifestações de violência sem o resultado da fatalidade, mas que, seguramente, há alguma forma de articulação entre estas e as mortes.

[...] a violência, sendo um fenômeno social, está presente em qualquer parte do mundo onde há seres humanos convivendo, sob manifestações de opressão, dominação, abuso de poder e agressões físicas, emocionais e espirituais. Mais do que isso, os vários tipos de violência (visíveis, públicas ou privadas) se potencializam uns aos outros. Existe uma articulação entre problemas aparentemente sem importância ou mesmo naturalizados – como é o caso de castigos físicos e maus tratos como meio pedagógico – e problemas muito mais complexos, tais como fuga de crianças e jovens de seus lares ou das escolas e seu aliciamento pelas quadrilhas criminosas. Há vários tipos de violência cultural que ocorrem no país e constituem hábitos e costumes de longa duração: agressões conjugais; abusos físicos, psicológicos e sexuais; negligências; trabalho em idade precoce no caso da infância e da adolescência; entre outros. É importante saber também que as manifestações da violência cultural atingem de forma diferenciada meninos e meninas, homens e mulheres, jovens e velhos. (MINAYO, 2009, p.136)

Na terceira característica, observa as análises dos acidentes de trânsito, sendo que na comparação com os homicídios, os primeiros estão dispersos pelo país e, os últimos "concentrados em determinados espaços sociais".

Em seguida, na quarta característica, analisa as taxas baixas de suicídios de idosos, oferecendo realce para a "prevalência dos suicídios de homens em todas as faixas de idade; e o aumento desse fenômeno na população idosa, sobretudo no segmento acima de 70 anos. Esse último fenômeno vem acompanhando o crescimento ímpar do número de idosos no país, nos últimos anos" (MINAYO, 2009, p.136).

Na penúltima característica das mortes violentas, por causas externas, esquadrinha dados referentes a gênero, idade e local de moradia. As marcas diferenciadas de gênero e idade definem a mortandade de homens jovens e adultos, até 29 anos de vida.

Os homens são as principais vítimas das violências e dos acidentes, contribuindo com o maior número de mortos e de traumatizados. As mortes de adultos jovens de 25 a 29 anos, por acidentes de transporte, estão localizadas em 29,1% dos municípios e os óbitos por agressões, em 27,2%. Existe uma concentração dos homicídios de jovens no país em 10% dos

municípios que abrigam 47% da população brasileira e onde ocorrem mais de 80% deles (SOUZA; MINAYO, 2007). Por sua vez, a cada 100 ocorrência por causas externas, 54 envolvem homens, enquanto as mulheres representam 4,4 desse universo – numa razão de 12 para 1. (MINAYO, 2009, p. 137)

Seguindo nessa análise, mais adiante:

[...] Durante os últimos 25 anos, cerca de 70% de todos os homicídios foram de adolescentes e homens jovens de 10 a 39 anos, em sua maioria pobres, com baixa escolaridade e vivendo nas periferias das regiões metropolitanas das grandes cidades. Nos subgrupos que compõem essa ampla faixa etária, o primeiro lugar corresponde ao de 20 a 24 anos, que disputou essa posição com o de 25 a 29 anos até 1993 e, a partir de então, assumiu a primazia. Embora o segmento de 15 a 19 anos apresente taxas menores, é o que teve maior crescimento (33,8%), quando se comparam as médias das taxas dos períodos 2000-2005 e 1980-1985. (SOUZA; MINAYO, 2007). (MINAYO, 2009, p. 137)

Em relação a esses dados, realizou uma conclusão ainda de referência para o território nacional:

A maior magnitude de mortes violentas refere-se à população masculina em comparação com as mulheres; aos jovens em comparação com os adultos; aos pobres em relação aos ricos; e aos moradores das periferias urbanas mais que aos que vivem no campo ou nas áreas abastadas das cidades. [...] (MINAYO, 2009, p.137-138)

Na sequência:

[...] no grupo dos homens as agressões são a primeira causa de morte durante todo o período analisado e vai assumindo uma importância cada vez maior. Em 1980, essas mortes representavam 28,9% e, ao final de 2005, atingiram 56,1% de todos os óbitos por causas externas. Apesar de não haver mudanças muito visíveis nas tendências das causas externas para as mulheres no período de 1980 a 2005, essa realidade se modificou no caso das mais jovens: em 2005, as causas violentas passaram a representar o primeiro lugar na sua

mortalidade geral, significando que o peso de outras causas diminuiu." (MINAYO, 2009, p. 138)

Finalizando, a pesquisadora examina a concentração das mortes por armas de fogo, apresentando dados nacionais e internacionais:

Hoje, em todas as capitais do país, a arma de fogo é o instrumento preferencial para dirimir conflitos e produzir a morte entre as pessoas – sobretudo entre os homens.

Atualmente, não se pode falar de homicídio no Brasil e no mundo sem que venha à tona a evidência do envolvimento e da contribuição das armas de fogo, que movimentam um dos maiores mercados da economia global. Os dados da década de 1990, analisado primeiro por Peres (2004) e em seguida por Souza e Lima (2006), sugerem que acima de 60% dos assassinatos ocorridos em áreas urbanas brasileiras foram cometidos com o uso desses aparatos. A Organização Mundial de Saúde (WHO, 2001) estimou que 2,3 milhões de mortes violentas no mundo, em 2000, envolveram armas de fogo, várias centenas de milhares tendo resultado em homicídios, suicídios e óbitos em conflitos bélicos. (MINAYO, 2009, p. 138)

Em relação ao Brasil:

[...] foram registrados 15.460 homicídios por esse meio em 1991; 30.855 em 2000; e 36.081 em 2003, segundo Souza e Lima (2006). Na década de 1990, as armas de fogo tiveram predomínio entre os instrumentos para provocar mortes por violência, nas cinco regiões e em todos os estados, considerando-se tanto as vítimas do sexo masculino como do feminino. Essa contribuição foi maior no Nordeste (sobretudo em Pernambuco) e no Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro, estado onde 90% das mortes violentas são cometidas com o uso da arma de fogo e 70% dos homicídios são provocados por confrontos entre os traficantes e deles com os policiais. Esse estado continua apresentando a mais elevada taxa de homicídios por armas de fogo do Sudeste, mas São Paulo teve o maior incremento da região (146%): suas taxas passaram de 10,5 para 25,8 óbitos por 100 mil pessoas. (MINAYO, 2009, p. 139)

A violência disseminada, as possibilidades do uso das armas de fogo, na quase totalidade desses crimes, parecem reafirmar tendências analisadas pela autora, com continuidade para esta década.

De acordo com Minayo:

O incremento maior tanto de vítimas como de agressores por armas de fogo ocorreu na população urbana pobre, masculina, jovem e vivendo nas periferias, nas faixas dos 15 aos 19 e dos 20 aos 29 anos. A chance de um homem de 20 aos 29 anos morrer por arma de fogo, hoje no Brasil, é quase 20 vezes maior do que a de uma mulher na mesma idade. Mas aumentaram também as taxas de mortes femininas por esse meio, numa média de 28,4% para todas as idades; de 42% dos 15 aos 19 anos; de 15,2% no grupo de 20 a 29; e de 45% no segmento de 30 a 39 anos (MINAYO, 2009, p. 139)

A preocupação com a magnitude da violência fatal tem levado à produção de mapas, entre eles, o do Instituto Sangari, de 2014, onde foi apresentado um estudo entre 1980 e 2012¹³, mostrando que o país produziu 1.202 245 vítimas de homicídios, mais de um milhão de mortes por acidentes de trânsito (violência no trânsito, trânsito violento, menos acidente) e, aproximadamente, 10 % da soma das vítimas anteriores, relativas aos suicídios. Mortes violentas estão presentes no cotidiano brasileiro, sendo que no Mapa de Violência de 2012 havia sido feita uma comparação entre essa quantidade de vítimas de homicídios e as lutas armadas no planeta. O responsável pelo Mapa cita o Relatório sobre o Peso Mundial da Violência Armada¹⁴, que identificou 62 conflitos existentes entre 2004 e 2007, com uma soma de 208.349 pessoas mortas. No Brasil, sem nenhuma aproximação daqueles conflitos étnicos-raciais, religiosos, disputas por território ou movimentos de emancipação, nesse mesmo período tivemos 192.804 vítimas da violência fatal. (WAISELFISZ, 2011, p. 21)

¹³ Segundo o Mapa da Violência de 2014, a evolução histórica da mortalidade violenta registrada no Sistema de Informações de Mortalidade, entre os anos 1980 e 2012, morreram no País: 1.202.245 pessoas vítimas de homicídio; 1.041.335 vítimas de acidentes de transporte e 216.211 suicidaram-se. As três causas somadas totalizam 2.459.791 vítimas.

¹⁴ Geneva Declaration Secretariat. **Global Burden of Armed Violence**. Suíça, 2008. Disponível em: <www.genevadeclaration.org>. Acesso em: 15 out. 2011.

Nas análises de referência para esse estudo, como as de Wieviorka (1997), Zaluar (1994), Minayo (2006; 2009), assim como as premissas de Chauí (1998), a violência geradora de vítimas fatais, via homicídios, é a ponta de um "iceberg", revelador da necessidade de maiores e mais aprofundadas análises para articulá-la às demais violências. Como fenômeno social, os homicídios têm marcas de classe, gênero e raça/etnia; os dados estatísticos nacionais fundamentam essas afirmativas, inclusive as de que os homicídios têm natureza endêmica e crescente, têm o endereçamento da pobreza e da exclusão social. São repetitivos, diários e têm características quase idênticas, são praticados mais na individualidade do que coletivamente (chacinas); homicidas e vítimas assemelham-se quanto ao segmento social a que pertencem. (FÓRUM NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014).

Pela grandeza numérica e pelo significado social e político dessa matança, assemelhando-se à barbárie, mas, seguramente, produzida e reproduzida, historicamente, nos moldes das sociedades contemporâneas e economia capitalista dominante e globalizada, a concepção de violência infrapolítica toma forma e se concretiza.

A violência fatal atinge, diretamente, as vítimas desses crimes e indiretamente, ou de forma oculta, um conjunto de familiares, amigos, colegas de trabalho, vizinhos e se multiplica para o segmento social e para a sociedade como um todo. Vítimas invisíveis diante dessa mortandade. É dessa invisibilidade política e social que se dará continuidade nas próximas análises.

1.2 Vítimas diretas, indiretas, sobreviventes de homicídios

Diante das mortes violentas, provocadas por homicídios, várias são as repercussões para a sociedade como um todo, assim como para o Estado brasileiro. Representa um denso e extenso conteúdo de violação de direitos e violências vividos em territórios geopolíticos, onde a presença da interdição jurídica-legal, assim como a incorporada pela moral dominante enfraqueceu, mudou, estão sendo esvaziadas.

Considerando a magnitude numérica das vítimas fatais no país, assim como as implicações políticas do significado violento da criminalidade impune e do Estado omissivo, se essa leitura fosse ampliada para os círculos de convivência dessas vítimas como os familiares, pai, mãe, irmãos, esposa, marido, filho, ou ainda para amigos, vizinhos, colegas de trabalho, outros parentes, parceiros amorosos etc., esses números poderiam ser quadruplicados. Para o total das três décadas de produção de homicídios, hipoteticamente, se cada família nuclear fosse calculada com 4 pessoas, no mínimo, teríamos algo em torno de 5 milhões de familiares afetados por aquelas mortes, sem contabilizar os demais sujeitos citados nas redes de relações primárias e secundárias das vítimas.

Anualmente, nesta década, tem-se uma soma de 55 000 homicídios ou mais no país, o que equivaleria ao desaparecimento de cidades paulistas como Registro ou Vinhedo, com igual quantidade de habitantes. Entre os impactados, teriam, pelo menos, 220 000 familiares e quantidade multiplicada "n" vezes pelos demais sujeitos das relações da cada uma dessas vítimas.

Se, para esse total de crimes, as resoluções jurídico-legais são incipientes, com mais de 80%¹⁵ dos inquéritos policiais ou processos judiciais arquivados, essas mortes têm repetição sistemática e, de acordo com os Mapas da Violência de 2012 e 2014, as diferenças, na última década, estariam mais por conta da redistribuição desses crimes pelo país adentro, do que na diminuição da quantidade de vítimas.

Em todo esse conjunto de sujeitos, das relações das vítimas fatais, têm-se as vítimas indiretas ou ocultas. As primeiras foram alvos diretos dos autores dos crimes e as segundas sofrem as repercussões desse ato violento. Nesse

¹⁵O Conselho Federal do Ministério Público está com uma pesquisa nacional levantando a situação absurda dos inquéritos criminais por homicídios dolosos no país, estabelecendo metas para os Estados providenciarem o andamento ou o arquivamento desses processos. Os resultados são demonstrativos de um Poder Judiciário que não responde a estas situações e, nem tampouco as investigações policiais são realizadas para que os direitos previstos nos patamares de lei sejam efetivados.

sentido, vale o resgate conceitual de vítimas indiretas, vez que a estas se referem às reflexões deste estudo.

No plano dos direitos internacionais, em 1985, a ONU, reconhecendo o avanço da criminalidade e do abuso de poder, estabeleceu, para os países membros, a Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder¹⁶. Definiu, nos primeiros dois artigos, a conceituação de vítima, incluindo a vítima indireta no contexto da vitimização da primeira.

1. Entendem-se por "vítimas" as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido um prejuízo, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como conseqüência de atos ou de omissões violadores das leis penais em vigor num Estado membro, incluindo as que proíbem o abuso de poder.
2. Uma pessoa pode ser considerada como "vítima", no quadro da presente Declaração, quer o autor seja ou não identificado, preso, processado ou declarado culpado, e quaisquer que sejam os laços de parentesco deste com a vítima. O termo "vítima" inclui também, conforme o caso, a família próxima ou as pessoas a cargo da vítima direta e as pessoas que tenham sofrido um prejuízo ao intervirem para prestar assistência às vítimas em situação de carência ou para impedir a vitimização.

Segundo Kamimura:

Estamos acostumados a imaginar a violência e o crime de uma forma esquematizada em que o agressor atinge a vítima e o Estado intervém seja representado pelo policial, delegado, promotor ou juiz; entretanto, pouco refletimos sobre outras pessoas também atingidas pela violação: a família dessa vítima direta, os amigos, conhecidos, a vizinhança do local dos fatos, a "comunidade", os profissionais de saúde e de controle social que atendam essa ocorrência, dentre outros. (KAMIMURA, 2009, p. 22)

¹⁶ Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder - 1985 /Adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/34, de 29 de Novembro de 1985. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php?/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

Na sequência, tomam-se de empréstimo as palavras dessa autora quando assinala a compreensão do sofrimento gerado pelo ato violento:

[...] a violência pode atingir outras pessoas, além da vítima direta que tenha suportado o ato violento. Nesse sentido, a vitimização indireta ou difusa amplia a compreensão do sofrimento gerado em decorrência da violação, tendo em vista que a violência perpetrada contra a vítima reverbera em outros contextos, atingindo também, de forma diferenciada e coletiva, outras pessoas que podem pertencer ao círculo de convivência da vítima direta e sofrer os efeitos da violência perpetrada" (KAMIMURA, 2009, p. 22)

As repercussões da violência geram comportamentos e reações nas vítimas indiretas, que dependem:

[...] de uma série de fatores, como a personalidade, condição social e pessoal, violação da qual a vítima foi vitimada, (...). Os familiares dos crimes fatais (...) não se reconhecem como vítimas e sujeitos de direito, tendendo a 'esquecer', 'deixar de lado' ou "apagar da memória" a violência ocorrida, como uma reação de defesa imediata ao sofrimento, medo, impotência, isolamento ou descrença nas instituições públicas de supressão da violência e distribuição da justiça. (KAMIMURA, 2009, p. 23)

Kamimura¹⁷, em relação aos familiares de vítimas fatais, atendidos no CRAVI, afirma que apresentavam:

[...] em geral, um comportamento de passividade e aceitação dos fatos, ou uma atuação excessiva e discursos de vingança. Algumas vítimas indiretas, após a morte violenta do familiar, passaram a se isolar do convívio social e passivamente aceitar ou se conformar com a perda e o dano, sem se reconhecer como sujeitos de direitos e responsáveis por mudanças. [...] Ambas, a passividade ou a atividade excessiva, demonstram riscos existentes ao próprio sujeito e ameaçam a efetivação dos direitos humanos na medida em que negam ou dificultam o exercício de direitos de determinados sujeitos e tendem a reproduzir ciclos de violência. As respostas às violações de direitos humanos devem também considerar vítimas direta ou indiretamente atingidas pela violação. (KAMIMURA, 2009, p. 23)

¹⁷ Akemi kamimura pesquisou, no Centro de Referência e Apoio às Vítimas -CRAVI- num período posterior à assessoria e pesquisa da FAPESP, encerrado em 2003. Realizou uma monografia e a dissertação de mestrado sobre as vítimas indiretas, os familiares das vítimas fatais, prioridade de atendimento desse serviço estadual, na fase de sua estruturação.

O impacto da violência e dos crimes assinalados pela advogada e pesquisadora abarca o discernimento, pelo menos, didático, jurídico, legal entre aquele que sofre diretamente o ato violento, fatal ou não, e aqueles do convívio das vítimas diretas.

Vale ressaltar o peso do descaso estatal para com os processos investigativos policiais, assim como os relativos ao Poder Judiciário, que invariavelmente, leva ao arquivamento. Poder-se-ia afirmar que esses familiares são alvos da vitimação secundária, institucional, dos organismos ligados ao sistema de segurança e justiça. Secundária, porque as iniciativas foram tomadas, houve o registro do boletim de ocorrência e do inquérito, no entanto, esta peça documental não tem andamento ágil, qualificado e processual, nem tampouco é fundamentada com exaustivo conteúdo de investigação que sustentasse o encontro ou não do homicida. Tem-se um vazio de procedimentos e ações e o arquivamento é realizado. O resultado institucional do ponto de vista da burocracia do processo penal é o do trabalho feito.

Dessa maneira, enquanto vítimas indiretas dos crimes, e secundarizadas pelo Poder Judiciário, acumulam impactos vividos nessa roda de violências, que multiplica-se em ondas que, para além das condições objetivas e históricas, articula-se com razões de natureza subjetiva por essas perdas. Razões intensificadas e diferenciadas em cada um desses familiares, considerando a vinculação afetiva-emocional, e os sentidos, ético, moral e político, socialmente definidos e incorporados por estes, em relação às responsabilidades, atenção, cuidados e convivência com as vítimas.

1.3 Permanência invisível das mulheres no "antes, durante e depois" das mortes violentas

Enquanto a violência fatal tem endereço de classe, os que sustentam a base da pirâmide social tem sexo definido - os homens - têm cor - os negros - e têm idade - os mais jovens em plena idade de desenvolvimento e de participação ativa na economia. Desse modo, ela é praticada por

desconhecidos e nas ruas, na via pública. Tem visibilidade política, é mensurada e tem servido de fonte diária à exploração da mídia eletrônica, criando um espetáculo sobre a tragédia da banalização das vidas humanas.

Para as mulheres, as expressões de violência têm sido aquelas definidas pelo gênero, pelas características sócio-históricas que a definem como mulher. Tem concentração na violência doméstica e familiar, ou seja, entre conhecidos, parentes próximos ou entre os que mantêm intimidade. O espaço é o da casa, ou da forma como as relações de poder, vividas a partir dali, se espraiam para outros lugares, como a rua, o local de trabalho, a escola.

A violência de gênero, praticada contra as mulheres, na vida doméstica, é secular, repetitiva, sistemática e submete as mulheres a um cotidiano violento, nas relações interpessoais, amorosas, difíceis de comprovar. Representam percentual elevado das denúncias policiais, assim como o chamado pelo Disque-Violência Nacional e Internacional, o "180". Provavelmente, porque as lutas feministas priorizaram e pressionaram o Estado para o reconhecimento dessa violência e a sua retirada da invisibilidade política da vida privada. Mesmo assim, foi preciso uma legislação específica, pautada nas ações afirmativas para sua criminalização, a Lei 11340/06 (Lei Maria da Penha). Por ora, vale só para mulheres na condição de vítimas, nas casas, nas relações familiares e íntimas. Os autores da violência podem ser homens ou mulheres.

As mortes violentas, para as mulheres, são em número menor do que a dos homens, mas têm a característica de serem praticadas por conhecidos ou íntimos, ou seja, aqueles que perpetraram a violência doméstica e familiar, anteriormente, e não foram cerceados nas imposições de poder sobre os corpos das mulheres. Recentemente, em dezembro de 2014, foi aprovada legislação específica, o feminicídio¹⁸.

¹⁸ Em 19-12-14, no site Portal do Brasil, estava publicada a notícia de que o Senado Federal aprovou, esta semana, projeto de lei que institui o crime de feminicídio, ou seja, assassinato por razões de gênero. A proposta, que agora segue para votação pela Câmara dos Deputados é considerada importante pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) para punição dos autores. A iniciativa, formulada pela Comissão

Esses esclarecimentos demarcam que o conhecido e reconhecido da violência praticada contra as mulheres tem sido priorizado nas políticas públicas para mais da metade da população brasileira, a feminina, a violência doméstica e familiar, com centralidade nas questões da implantação e consolidação da Lei Maria da Penha.

Seguramente, esse é o caminho, até porque esta pesquisadora trabalhou no atendimento direto, por mais de duas décadas, com mulheres em situação de violência doméstica¹⁹ e familiar. Participou de várias iniciativas políticas de apoio e fundamentação e implantação da Lei 11340/06.

Mas cabe, nesse estudo, fazer o alerta para o fato de que em relação aos homicídios, homens e mulheres são vítimas indiretas, sendo que elas concentram a maioria. Mulheres permanecem na exposição à violência tanto de gênero, caracterizada pelas desigualdades sociais entre homens e mulheres, como da criminalidade e da omissão do Estado que provocou a morte de seus parentes. Essa exposição contínua às diferentes expressões de violência marca, de forma deturpada, o lugar social, político e simbólico determinado e ocupado pelas mulheres. Lugares invisibilizados e naturalizados ao sofrimento feminino.

Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher, identifica como razões de gênero a violência doméstica e familiar, violência sexual, a desfiguração ou mutilação da vítima ou o emprego de tortura ou qualquer meio cruel e degradante. As penas podem variar de 12 a 30 anos de prisão, a depender dos fatores considerados. Além disso, se forem cometidos crimes conexos, as penas poderão ser somadas, aumentando o total de anos que o criminoso ficará preso, interferindo, assim, no prazo para que ele tenha direito a benefícios como a progressão de regime. Ao substitutivo da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) foi acrescida emenda da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), pela qual a pena deverá ser agravada se o feminicídio for praticado contra idosas, menores de 18 anos, gestantes ou mulher em condição física vulnerável. Países como México, Chile e Argentina já incorporaram o feminicídio às suas legislações penais. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/12/senado-aprova-projeto-que-institui-crime-de-feminicidio>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

¹⁹ Em 1997, foi elaborada a dissertação de mestrado, cuja temática era a reflexão de um serviço especial de atendimento às mulheres em situação de violência, tendo prioridade para a doméstica. Refletiu-se sobre o significado social e político do pioneirismo desse projeto, por ser na administração pública municipal e não no sistema de segurança e justiça: Casa Eliane de Grammont: Presença/Ausência de uma política pública, Programa de Estudos pós-graduados em Serviço Social, PUCSP.

Vale realçar que pelas determinações sociais, aí inclusas, as desigualdades de gênero, alinhadas ao feminino, do cuidado com o outro, proteção, educação e criação de filhos levam as mulheres a representar, na maioria das vezes, pela sua pessoa, na sua individualidade, a família junto aos organismos públicos para suprir necessidades e demandas familiares. Nessa interlocução com o Estado, via políticas sociais, elas têm sido subtraídas em detrimento do grupo familiar. Ou seja, as mulheres não são vistas como sujeitos individuais, são consideradas como famílias.

Carloto e Mariano (2010), ao estudarem as mulheres na política de assistência social, após várias análises sobre famílias e os programas de combate à pobreza, expressam que:

[...] esse enfoque em que a mulher corporifica o grupo familiar diante das políticas estatais dirigidas à família repete-se em todas as políticas sociais brasileiras, podendo ser identificado na saúde, na educação e na assistência social. (CARLOTO; MARIANO, 2010, p. 458, grifo nosso)

Nos estudos sobre vítimas indiretas, a partir de usuários e de profissionais do CRAVI, Kamimura (2009) e Caritá (2010) demonstram, pelas pesquisas empíricas realizadas, que entre os familiares que buscam atendimento, as mulheres são maioria e os profissionais dos serviços também. Quando se trata do acolhimento, cuidado, atenção, escuta, proteção, defesa, assistência e orientação, os atributos femininos, da esfera da vida privada, da casa, das famílias, são repassados ao mundo do trabalho.

Em relação aos estudos, a primeira explorou o atendimento jurídico na interdisciplinaridade e, dentro de uma política de atendimento às vítimas de violência, sendo que além do CRAVI, pesquisou o Centro de Referência às Vítimas de violência sexual, CNRVV, do Instituto Sedes Sapiente.

A segunda priorizou o estudo da metodologia de trabalho com familiares das vítimas dos crimes de homicídio, considerando que a perspectiva de trabalho, lançada pela Pesquisa FAPESP, no trato das vítimas com sujeitos

fragilizados, alienados, mas sujeitos de direitos era um norte na constituição dos trabalhos com grupos. Demonstra que a intervenção profissional de natureza interdisciplinar faz diferença entre o luto e a luta desses familiares.

Ambas sinalizam e concluem acerca da invisibilidade das vítimas indiretas, sendo que Caritá (2010), ao qualificar os grupos de familiares que procuraram o CRAVI e foram alvo de suas reflexões, ressalta:

[...] em sua maioria, mulheres: mães, companheiras e esposas das vítimas diretas, moradoras da periferia da cidade e pertencentes à classe-que-vive-do-trabalho. Relataram suas trajetórias de vida marcadas por outros tipos de violência, suas necessidades e demandas. Choraram por lembrar-se que foi de forma violenta e expressaram indignação por não serem reconhecidas, ouvidas e não terem tido justiça. (CARITÁ, 2010, p. 103)

No Estado do Rio de Janeiro, em situação diversa das paulistanas estudadas nas pesquisas citadas, assim como as deste estudo, as cariocas têm um diferencial significativo que é a organização política, enquanto vítimas indiretas dos crimes de homicídios. Mais precisamente, sobre homicídios coletivos, as "chacinas", principalmente, praticadas por agentes estatais. As primeiras iniciativas são da década dos anos de 1990, com as execuções sumárias da "Candelária", "Vigário Geral" e "Acari".

Sueli de Souza Almeida, em 1998²⁰, preocupada com os avanços necessários à formação profissional no Serviço Social, com a ampliação das noções de Direitos Humanos, na revisão curricular, em pauta, naquele período,

²⁰ Almeida, pesquisadora reconhecida no âmbito da produção de conhecimento sobre violência de gênero praticada contra as mulheres no espaço do domicílio. Realizava suas análises na articulação com Direitos Humanos. O livro *Femicídio - Algemas (in)visíveis* do público privado (1998), publicação feita a partir do da tese de doutorado em Ciências Sociais, pela PUCSP, estudou os processos criminais de homicidas de mulheres, 19 homens e 8 mulheres, concluindo que a morte violenta das mulheres era determinada pelo gênero feminino, pela condição desigual entre homens e mulheres e, no fato dos primeiros acreditarem poderem dispor dos corpos e das vidas de suas parceiras/companheiras/esposas. Foi uma das primeiras pesquisadoras a nominar a morte violenta das mulheres, em português, no Brasil, como femicídio.

refletiu sobre a violência estatal, a urbana e a constituição de novos sujeitos políticos, as mulheres,²¹ diante das execuções citadas.

Fez inovações nas análises sobre gênero, mulheres e, como a mobilização destas, ainda motivada pela maternagem e pelo exercício da maternidade responsável, as conduziu ao exercício político de participação social pública, na luta por acesso à justiça. Na articulação entre gênero e violência estatal e urbana, desenvolveu uma lente que possibilitava ir além das aparências. Sinalizava maior profundidade no que se refere às mulheres, mais como sujeitos, em vias de constituição política, do que como vítimas atingidas pelas violências a que estavam expostas. Pela inovação, ainda não superada e, pela importância para este estudo, acredita-se no seu resgate.

No texto de referência, inicia a análise considerando os ranços do pensamento autoritário e a necessidade da consolidação da democracia e da validação dos direitos humanos. Aponta como as mulheres ocupam os espaços públicos, no que se refere às investigações das mortes sobre seus familiares:

A emergência de mulheres-mães na cena pública, nos anos 90, ocorre no vácuo deixado pela reduzida intervenção do poder instituído na área de segurança pública e prevenção da violência urbana e, em especial, da violência institucional contra os setores menos favorecidos.

Tais mulheres promovem investigações paralelas, às oficiais, confrontam e desafiam as forças policiais, tornam-se interlocutoras do Poder Judiciário e de outras instituições, nacionais e internacionais, movidas pelo afeto e pela imperiosa necessidade de *proteção* dos seus filhos – ou de suas memórias - contra a violência estatal e para-estatal, no contexto de governos civis e de normalidade democrática. (ALMEIDA, 1998, p. 11-12)

Com relação ao gênero, maternidade e Estado, afirma:

²¹ Teve uma pesquisa intitulada "Violência estatal e lutas sociais: a constituição da mulher como novo sujeito", desenvolvida no Núcleo de Pesquisas GECEM - Gênero, Etnia e Classe - Estudos multidisciplinares, onde alunos participaram com bolsa de Iniciação Científica, estudando mulheres-mães de vítimas da ditadura militar, chacinas da Candelária e de Vigário Geral, entre outros. Publicaram um livro *Violência Estatal e experimentos de resistência na vida social brasileira*. Foi organizado por Sueli S. Almeida, Maria Lídia S. da Silveira e Victória Lavínia Grabois Olímpio. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003

[...] Estes sentimentos são bem enraizados nas subjetividades das mulheres, através do seu processo de socialização para a maternagem (Chodorow, 1978), que mescla representações e práticas – ou um processo de qualificação continuado e informal – relativas a cuidados, assistência familiar, polivalência e onipotência, o que, no confronto, com os desafios cotidianos – favorece a cultura da culpabilização/vitimização femininas. A onipotência materna, modelada com base na matriz dominante de gênero, contrasta com o sentimento generalizado de impotência face à truculência e brutalidade policial e à fragilização da sociedade civil. (ALMEIDA, 1998, p.12)

Particularidades e singularidades do exercício da participação na vida pública, quando se trata das mulheres diante da violência estatal e urbana, as complexidades são muitas:

[...] Não há, tendencialmente, nessas tentativas de recuperação da memória de seus filhos e/ou familiares, estratégias bem definidas de ação e participação políticas. De fato, trata-se de práticas singulares, cujos limites e possibilidades estão circunscritos por condições dadas da época, construídas em um solo histórico comum. A trama invisível que tece os acontecimentos trágicos em suas vidas vai adquirindo inteligibilidade através de ações intuitivas, fragmentárias, que, aos poucos, vão sendo redesenhadas com vistas à localização de indícios da intervenção ilegal e criminosa de agentes do Estado – a busca de materialidade do crime e da responsabilização criminal de agentes oficiais. As ações dessas mulheres, embora não possam ser caracterizadas de início como conscientemente políticas, guardam as marcas dos acontecimentos da segunda metade dos anos 80 e início dos anos 90. Suas intervenções, no espaço público, são mediatizadas pelos debates sobre democracia e a constituição/ampliação de direitos civis, sociais e políticos (consolidados, sobretudo, na Constituição de 1988) e, paradoxalmente, pela revelação da impossibilidade de concretização destas conquistas para as camadas pauperizadas da população, através da interrupção trágica das trajetórias de gerações mais jovens de suas famílias. De início, eram iniciativas, individuais, solitárias, clandestinas. Foram, neste processo, de luta contra a invasão da coerção estatal na vida cotidiana, passando a congregar e articular práticas clara e intencionalmente políticas. Neste sentido, experimentam o autoritarismo como solo de construção da sociabilidade política, criam um espaço público no sentido arendtiano – tornam-se visíveis, nomeiam suas lutas, seus direitos – e constroem uma herança política (TELLES, 1994)." (ALMEIDA, 1998, p.12)

As mortes de seus familiares, as vítimas fatais, representam a ponta de um "iceberg" que pela luta individual por justiça questiona direitos, organização social, Estado e a convivência com a violência se multiplica.

[...] As lutas dessas mulheres são contemporâneas do precário, e ainda incipientes no processo de democratização do Estado e da sociedade brasileira. Não se transformaram em um movimento, nem mesmo efêmero e pontual, como alguns dos denominados novos movimentos sociais que surgiram em meados dos anos 70, posto que construído em outro registro – familiar, emocional, afetivo -, cujas integrantes foram constituindo, em oposição ao Estado, uma identidade comum. Estas lutas – resultantes das chacinas da década em curso - mostram que o lugar da ação política não é empiricamente dado, nem determinado aprioristicamente (TELLES, 1994). Organizam-se como grupos de pressão, solidarizam-se com outras lutas, têm um ciclo vital mais extenso do que a maior parte dos movimentos sociais (posto que o cuidado materno ultrapassa em muito a presença e a existência física, envolvendo completamente as subjetividades das mulheres), colocam em questão o arbítrio, o autoritarismo e o caráter ilegal/ilegítimo da ordem autoritária, obtendo algumas conquistas pontuais. Neste processo, têm obtido apoios de organizações da sociedade civil e política, e enfrentam o poderoso aparato policial, em condições muito adversas, tendo em vista as ameaças constantes com que se defrontam⁹ e a inexistência de programas de apoio a testemunhas no Brasil¹⁰. Dessa forma, os sobreviventes de violência ou as famílias das vítimas ficam também totalmente vulneráveis ao decidirem levar adiante suas queixas. A mobilização permanente de mulheres na cena pública contra a impunidade pela morte de seus filhos e familiares, assim como manifestações de solidariedade em outros julgamentos similares, permite a politização do problema. Assim, nega-se que se trata de problemas episódicos, de natureza privada, abstraídos do seu contexto histórico, possibilitando sua representação enquanto problema de interesse público, o que favorece a alteração de uma correlação de forças determinada. Ademais, as ações das mulheres em questão favorecem a mobilização da opinião pública contra a lógica de julgamento dos crimes cometidos contra membros das camadas populares por representantes do poder instituído e podem pressionar a redefinição das relações polícia x camadas populares. (ALMEIDA, 1998, p. 13)

Nessa mesma esteira de Almeida (1998), Moura (2007) realiza um exaustivo estudo de caso sobre o Rio de Janeiro, demarcando a invisibilidade

das mulheres e meninas em contextos de violência armada. Trabalha num chão social da militarização daquele Estado, no uso das armas de fogo, focando que para além das mortes violentas e, principalmente, as provocadas por agentes estatais dos organismos de segurança pública, há um contingente enorme de pessoas expostas continuamente a essa violência, sem que haja guerra.

Quase uma década depois dos estudos da professora de Serviço Social, estudiosa da violência de gênero, Tatiana Moura, parte do pressuposto de que a realidade carioca foi tomada pelo uso das armas de fogo, mesmo estando em vigor o Estatuto do desarmamento, desde 2003.

Pesquisa mulheres em situação de violência doméstica, procurando a presença das armas de fogo, as encontra e as alerta para o fato destes questionamentos não serem devidamente explorados nos atendimentos relativos à Lei Maria da Penha, tanto para mulheres que residem ou não em comunidades violentas. Essa possibilidade pode aumentar a exposição das mulheres às situações de risco de morte, quando não se investiga socialmente, com a perspectiva da totalidade. Apesar de este fato exigir delicadeza, cuidado e atenção por parte dos profissionais, no sentido de preservar a proteção e segurança das mulheres nestas condições, o investimento nessa direção, com certeza, poderia contribuir na prevenção da escalada da violência. Assim, a violência só se reproduz, se multiplica, aumenta e se complexifica. Logo, só há uma alternativa: a da sua interrupção e superação, processual que seja. O mais importante é o reconhecimento da violência e o desencadear dos processos de ruptura.

Num segundo momento, apresenta as reflexões sobre a pesquisa inicial com mulheres, na condição de familiares de vítimas fatais. Posteriormente, informa aos leitores que esse contato inicial foi sendo transformado em reuniões grupais. Houve o aumento do número de participantes, entre as integrantes desse grupo, assim como dos pesquisadores.

De início, a autora considera, assim como as demais referenciadas, neste estudo, que o homicídio produz mais do que a vítima fatal, e nas reflexões sobre a violência armada afirma: "[...] são [...] pessoas, as que ficam que continuam a ter que lidar com os ciclos da violência, na maior parte das vezes sem o apoio necessário para que possam voltar a ter uma vida saudável e produtiva" (MOURA, 2007, p. 93).

Entre vítimas diretas, indiretas ou ocultas, prefere a noção de sobreviventes e define: "Sobreviventes, [...] diz respeito a quem sobreviveu a morte(s) de outrem (familiar), não pessoas que sobreviveram a um ferimento provocado por arma de fogo" (MOURA, 2007, p. 93). Essa conceituação está mais afinada com a noção de sobrevivência, enquanto "duração contínua, no espaço e no tempo".

Diante dessa noção de sobreviventes, tomando como referências as chacinas no Rio, como as citadas anteriormente, acrescenta que:

[...] para as pessoas que vivem esse drama de perto, tais fatos não terminam nem se encerram na tragédia das mortes coletivas ou individuais. Seus efeitos se perpetuam e se desdobram em outros *continuuns* de violências, no cotidiano de quem fica, seja pela dor, pela humilhação, pela impotência, pela desorientação ou pelas incontáveis dificuldades experimentadas nas trajetórias que apenas iniciam, quando os fatos começam a desaparecer dos noticiários. (MOURA, 2007, p. 94)

Com relação à invisibilidade, as mulheres têm destaque, nesse lugar perverso, entre a casa, a família, a vida privada e o Estado omissivo diante da criminalidade impune e do abuso de poder de agentes estatais.

A visibilidade destas mortes e do rastro de dor que deixam é passageira. [...] quem sobrevive é remetido à condição de invisibilidade. Via de regra são mães- por vezes, irmãs e esposas, mais raramente, pais e irmãos que iniciam o percurso pelos caminhos da justiça, na esperança de resgatar algum sentido do que lhes resta e no esforço, nem sempre compensado, de lutar contra a impunidade. (MOURA, 2007, p. 94)

As mulheres ocupam espaços complexos e delicados, diante da sociedade, das famílias e do Estado. Quando se trata de mortes violentas, tudo fica exacerbado. A brutalidade contida nessa mortandade evitável pode e deve ser investigada no conjunto das violências que a fertilizou, no plano das relações sociais locais, regionais, nacionais e internacionais. Entre essas violências estão as mulheres, na condição de testemunhas diárias desse cotidiano. Testemunho de interesse nesse estudo, com vistas a contribuir na ruptura desta invisibilidade intencional e permissiva, confortavelmente, adequada a um Estado e Sociedade negligentes com a morte de seus jovens.

CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO: POSSIBILIDADES DE TRABALHO COM DIFERENTES FONTES SECUNDÁRIAS

Em afirmativas anteriores, esclarecemos que este estudo dá continuidade às análises realizadas na pesquisa FAPESP/PUCSP/CRAVI, e a prioridade é a de contribuir para a visibilidade do lugar perverso ocupado pelas mulheres quando vivem situações de violência, inclusive as sutis articulações entre as de gênero e a urbana. Os homicídios configuram-se como exemplos paradigmáticos, máximos para análises relativas às desigualdades sociais, às conquistas de direitos humanos, ao modo de produção capitalista, na perspectiva da luta de classes e do exercício da dominação-exploração produzido e reproduzido, ininterruptamente, numa espiral sem fim. Enquanto profissional comprometida com a garantia intransigente dos direitos, tenho responsabilidade profissional e intelectual nas contribuições de ruptura com esse ciclo violento.

No traçado do perfil das vítimas e dos entrevistados, estava incluso o quesito da divisão sexual, e foi através deste que confirmamos a matança dos homens jovens, já evidenciado, por outras pesquisas e, nos Boletins de Ocorrência, ponto de partida desta pesquisa. Mas no segundo grupo, a concentração foi de mulheres (mães, esposas, irmãs, tias, filhas, sobrinhas). Há uma correspondência de extremos, pelo menos, nos percentuais entre os 92% de homens mortos, havia 86% de mulheres nas suas famílias.

Ter uma base documental original sobre a primeira causa de morte, na cidade de São Paulo, na última década do século passado, a partir dos familiares dessas vítimas, se constitui num banco de dados sobre os sujeitos atingidos, indiretamente, pelos homicídios. Base essa, na maioria das vezes, oculta diante dos crimes violentos e com vítimas fatais. Um dos conteúdos importantes, desse banco de dados, refere-se às expectativas e demandas reais destes familiares diante da violação de direitos, como a extinção da vida de uma pessoa de sua consanguinidade ou da intimidade. A densidade de

informações e as possibilidades de organização, interpretação, podem ser multiplicadas e, por esta razão, toma-se essa base como referência, assim como o uso múltiplo, das fontes utilizadas na fase do campo, com vistas à ampliação e aprofundamento da compreensão sobre a violência e suas manifestações.

Considerou-se o volume e a riqueza desses dados e o fato de ter muito a explorá-los e analisá-los. Ter acesso ao universo dos registros, digitalmente arquivados, contribuiu para que a decisão em fazer uso dessa documentação tomasse consistência. A fidedignidade daquela coleta foi consolidada, via todo o percurso metodológico, desenvolvido no interior daquela pesquisa e de sua aprovação na FAPESP. O compromisso ético e o sigilo assumido, junto àquelas famílias, no campo, estavam e estão preservados. As análises desenvolvidas estão direta e unicamente vinculadas ao processo investigativo, realizado para fins de pesquisa, capacitação docente e contribuição na produção de conhecimento pautado na cientificidade, necessária e fundante, quando se trata da busca de transformações sociais.

Na continuidade dessa reorganização dos documentos, procurou-se confirmar a correlação entre diários realizados, roteiros aplicados e, inclusive, a conferência com os inquéritos ou processos criminais, relativos à mesma vítima. Acredita-se que, desta configuração, seja possível apresentar empiricamente e analisar com maior profundidade o que pretende-se demonstrar acerca das mulheres. Dessa forma, localiza-se cada uma delas em cada fonte e situação. Essa conferência serve mais como possibilidade de explicação, de representação dos sujeitos no segmento social a que pertencem e este no contexto histórico. Podem-se retirar falas que ilustrem os questionamentos deste estudo, como a negação dos direitos, os adoecimentos, sofrimento e conseqüente invisibilidade desta situação como expressão da questão social, de violência.

Foi durante esse longo processo de preparação da base documental, necessária às articulações, entre as três fontes pretendidas, para nosso propósito, que nos deparamos com exigências maiores. Uma delas refere-se a

mais buscas teóricas consistentes para identificar as diferenças e desigualdades de gênero, pretendidas neste estudo. Para isso, estamos aplicando um “zoom” nas mulheres nestas expressões de violência fatal.

A efetivação desta análise, no mínimo, tem duas dimensões: a metodológica e a perspectiva teórica de gênero. Na primeira, há uma demarcação da contribuição de cada uma das fontes utilizadas para a coleta de dados e as possibilidades de articulação entre estas. Articulação dirigida para os fins estabelecidos sobre o peso desigual do impacto das mortes violentas nas mulheres das famílias dessas vítimas.

Naquela coleta, temos informes objetivos presentes nas três fontes e os subjetivos, colhidos nas questões abertas do roteiro, assim como as observações e impressões dos relatórios dos processos. À ousadia da coleta deve corresponder análise de igual teor e intensidade.

Nesse sentido, as estratégias relativas à triangulação de métodos, parecem se adequar melhor a esses propósitos. Flick (2009), nas reflexões sobre qualidade na pesquisa qualitativa, aliás, título da obra consultada, traça um histórico do uso da triangulação nesse tipo de pesquisa, informando que esta nomeação nem sempre foi dessa forma. Poderia ser a de métodos múltiplos. Um dos autores pioneiros nessas questões, segundo o autor e, com quem nos identificamos é Jahoda (1995) quando num estudo sobre o:

[...] enfrentamento psicológico do desemprego em uma pequena cidade foi estudado no final da década de 1920, depois que o principal empregador da região faliu. O resultado é a elaboração do tema corrente de uma ‘sociedade cansada’ como caracterização sintetizada das atitudes diante da vida e de práticas cotidianas na cidade, e de diferentes tipos de práticas em relação ao desemprego (por exemplo, o ‘resistente’, o ‘resignado’, o ‘desesperado’ e o ‘apático’). Os procedimentos metodológicos que levam essas visões foram resumidos por (JAHODA, 1995, p. 121) em quatro regras:

1. Para captar a realidade social, os métodos qualitativos e quantitativos são indicados.

2. Devem ser coletados fatos objetivos e atitudes subjetivas.
3. Observações no presente devem ser complementadas por material empírico.
4. Devem-se aplicar a observação não evidente da vida espontânea e entrevistas planejadas e diretas. (JAHODA, 1995, p. 58)

Mantidas todas as diferenças e distância no tempo, na pesquisa fonte desta, o planejamento da base de dados secundários com os Boletins de Ocorrência, inclusive com os relatos do histórico do crime, registrado mais próximo da hora do fato; as planilhas do PRO-AIM; a coleta dividida entre a base de documentos oficiais, como os processos criminais e os inquéritos policiais dos crimes de autoria conhecida, e direta com os sujeitos nas suas famílias, nos locais de moradia com a aplicação de um roteiro semiestruturado e o registro dessa coleta em diários de campo, nos aproximamos dessa modalidade de triangulação. Sendo que, para este estudo, ainda há muito conteúdo para investir em termos de leituras, compreensões sobre o conjunto de múltiplas violências enredadas nas mortes forçadas pela violência.

Seguindo com Flick (2009), a triangulação tem uma definição:

[...] implica que os pesquisadores assumam diferentes perspectivas sobre uma questão em estudo ou, de forma mais geral, ao responder à pergunta de pesquisa. Essas perspectivas podem ser substanciadas pelo emprego de vários métodos e/ou em várias abordagens teóricas. Ambas estão e devem estar ligadas. Além disso, refere-se à combinação de diferentes tipos de dados no contexto das perspectivas teóricas que são aplicadas, ao máximo possível, em pé de igualdade e de forma igualmente consequente. Ao mesmo tempo, a triangulação (de diferentes métodos e tipos de dados) deve possibilitar um excedente principal de conhecimento. Por exemplo, a triangulação deve produzir conhecimento em diferentes níveis, o que significa que eles vão além daquele possibilitado por uma abordagem e, assim, contribuem para promover a qualidade na pesquisa. (FLICK, 2009, p. 62)

Triangulação, aqui, como estratégia de articulação de dados objetivos e subjetivos e de fontes diferenciadas. Roteiro com questões fechadas, mistas e abertas, aplicado por dois entrevistadores com falas revelando opiniões, compreensões, valores e sentimentos. Registros em diários de campo sobre

essa aplicação e das condições do entorno dessas moradias. Ou seja, temos conteúdo a ser redimensionado para as análises e produzir conhecimento, se possível, excedente, nos termos do autor referido.

Nesse processo, houve uma sistemática de consultas, leituras e releituras dos documentos da pesquisa, relativos à organização e controle de todas as atividades desenvolvidas, como por exemplo, a distribuição de tarefas e identificação dos entrevistadores de campo com a devida verificação de quais ações foram executadas: dirigiram-se aos endereços dos familiares das vítimas, situação em que, se houvesse concordância seria feita a aplicação do roteiro. Caso houvesse recusa ou qualquer outro problema de localização destas, haveria registros obrigatórios nos diários de campo. Existem ofícios, cartas, várias planilhas, tabelas e diferentes relatórios de registro do andamento da pesquisa.

Os bancos de dados do roteiro e dos relatórios dos mais de 260 processos consultados foram arquivados através do “Acess”, os diários, no Word. Foi necessária a contratação de técnico especializado para essas consultas e, este, por sua vez, converteu os dois primeiros bancos de dados em Excel e os integrou, o que tem possibilitado todas as conferências e cruzamentos.

O ponto de partida e apoio são os diários de campo, sendo que num segundo momento procurou-se tratar das articulações com as respostas obtidas com os roteiros e, noutro, com as anotações relativas aos inquéritos ou processos criminais. Detalha-se, a seguir, a contribuição de cada uma dessas fontes e a forma como foram incorporadas numa triangulação adaptada na reinterpretação desse material.

2.1 Registro livre, autonomia relativa...

Diários de campo...

O propósito daqueles registros era de que os pesquisadores de campo pudessem realizar uma observação mais detalhada dessas famílias, o bairro onde moram, os domicílios, o entorno e poderem descrever essa geografia local, assim como a ambientação e o clima da entrevista, além das reações do entrevistado, considerando que aquela coleta estava ocorrendo, em média, *dois anos depois do crime*. Ademais, orientamos os entrevistadores a registrar as impressões desse tipo de coleta neles próprios. O contato com diferentes expressões da violência influencia diferenciada e desigualmente a todos os sujeitos envolvidos, sejam praticantes ou vítimas de violência, terceiros que tenham proximidade na rede primária de relações, familiares, vizinhos, colegas de trabalho, amigos, assim como os profissionais que vierem a ser acionados por relações violentas. Estes últimos deveriam ter filtros, metodologicamente, criados pela capacitação profissional. Filtros que os possibilitem ter uma escuta qualificada, respeitosa, solidária, mas preservando a imparcialidade necessária, para o estabelecimento do distanciamento crítico, fundamental para instituir o diálogo.

Naquela pesquisa, o treinamento e preparação dos pesquisadores de campo compreenderam desde a elaboração do roteiro, sua aplicação teste, revisão até a formatação final. Essa capacitação foi orientada pelas conceituações e objetivos daquele processo investigativo. Nos seis meses de campo, em que se estendeu a coleta de dados, estes entrevistadores tiveram duas supervisões distintas, uma diária, técnica, quando da conferência dos roteiros preenchidos, assim como dos relatórios dos diários de campo, avaliações do cotidiano da coleta, problemas de organização, de transporte público, das dificuldades de acesso aos bairros e moradias, do medo, das inseguranças... Outra, profissional, que cuidava do impacto dessa violência, na subjetividade destes sujeitos-pesquisadores, visto que, diariamente, dirigiam-se para diferentes endereços e famílias, e as mortes violentas repetiam-se. Entre observações e sentimentos realizados ou mobilizados nos entrevistadores, fruto dessa coleta, do contato direto e ativo com os entrevistados, o abandono

estatal a que estes últimos estavam submetidos, o sentimento de revolta sufocado e o sofrimento destes familiares não passavam despercebidos por essa equipe. Os questionamentos filosóficos, os de natureza ética-política, multiplicavam-se entre eles. Esses elementos eram alvo da violência, mesma, objeto de investigação daquela pesquisa, no processo de reflexão presente desde a coordenação até os digitadores, colaboradores... Mesmo assim, o sofrimento ético-político advindo dessa experiência profissional era objeto de cuidado por uma psicóloga, que os supervisionava, através de encontros grupais, quinzenais. Cada um destes com metade da equipe.

O processo de trabalho naquele campo, registrado diariamente, proporcionou alterações, no período daquela coleta, desde as formas de aproximação aos locais, por questões de proteção e segurança da equipe de rua e, principalmente dos familiares das vítimas que estaríamos visitando.

Recomendamos que os registros nos diários fossem elaborados com o menor tempo possível entre o término das entrevistas e a escrita final. No entanto, há que se ponderar que a jornada de trabalho era intensa, sendo assim, tais registros foram realizados, efetivamente, nos escritórios regionais na entrega do material coletado no término de cada dia. Provavelmente, várias falhas devem ter ocorrido, visto que a rememoração, mesmo que recente, poderia oferecer imprecisões de detalhes de cada uma das situações familiares. As tensões e inseguranças provocadas pela exposição em territórios violentos, e na mesma metrópole onde também residiam, estavam presentes. O desgaste provocado pelas dificuldades de transporte e acesso aos locais, acionado pelo isolamento geopolítico desses bairros, também era fato.

Para fins de esclarecimento e melhorando a compreensão sobre os diários de campo, planejamos que, para cada vítima sorteada, haveria um roteiro e um caderno, sendo que este último teria as informações relativas à identificação da vítima, o endereço de seus familiares e o devido mapa do local, com sugestões de transporte. No entanto, como sabíamos dos problemas de registro dos endereços dessas moradias, indicavam-se as amostras substitutas. Então, no mesmo caderno, registravam-se todos os dados de cada

um dos procedimentos realizados para localizar cada uma das vítimas sorteadas. Para cada diário, estava identificado o número da amostra sorteada e, entre parênteses, as substituições 2 ou 3. Explicando, todas as amostras foram numeradas e as substitutas levariam o mesmo número, acrescidas de 2, quando significava que era a segunda e o 3, quando fosse a terceira a amostra classificada.

Sendo assim, os diários somaram mais de doze centenas de documentos, com registro de todas as buscas feitas para o encontro dos endereços e das famílias das vítimas sorteadas para a coleta. Foram classificados de acordo com os resultados obtidos, em função dessas buscas e, assim, obtivemos mais de oito centenas de endereços localizados, sendo que entre as famílias encontradas, 391 aceitaram participar da pesquisa, 116 se recusaram e, em 24, as vítimas estavam vivas. Estas últimas referem-se às pessoas que estavam presentes em homicídios múltiplos, foram feridas, sobreviveram e, nos registros policiais, permaneceram mortas. Ainda tivemos 212 famílias não encontradas e 102 haviam mudado de endereço. Em mais de três centenas de endereços (365), fizemos as buscas, fomos aos locais e não obtivemos sucesso de localização. Em 25 endereços, que consideramos áreas de risco, ou seja, devido a informações retiradas de moradores, comerciantes nos locais próximos e por outras formas de busca, foram identificados como territórios violentos e controlados por grupos locais ligados ao crime organizado ou tráfico de drogas. Por questões de segurança dessas famílias e dos entrevistadores, os endereços e as famílias não eram procurados.

Mesmo chegando aos endereços e não encontrando as famílias, os entrevistadores registraram, nos contatos com vizinhos das famílias procuradas, informações sobre o crime, a família, o bairro, a mudança de endereço, a insegurança que a família vivia depois da morte, como mudou, por quê... A maioria desses entrevistados eram mulheres.

Nos estudos sobre os diários, observamos desafios metodológicos. O primeiro deles é o fato de terem sido redigidos, não por esta pesquisadora, mas pelos pesquisadores de campo. Muitos registros estão assinados por dois

entrevistadores e outros separadamente, demarcando a complementação ou diferença de interpretação entre eles. Parte dos registros tem descrição e reflexão como foi recomendado no treinamento. Na Antropologia e, mais especificamente, na Etnografia (BODGAN e BINKLEN, 2010; POLIT E HUNGLER, 1995 apud TONEZER et. al., s/d) essa é a orientação. Outra parcela priorizou ora a descrição, ora a reflexão e interpretação. Essa diversidade pode trazer outros desafios para essa análise, mas de qualquer maneira, válida e potencializa o uso dessa fonte.

Nessa direção, buscou-se bibliografia de apoio e fundamentação para essa reflexão. Autores da Antropologia, Etnografia e de pesquisa qualitativa são os que debatem com maior profundidade as questões metodológicas. Os pesquisadores dessa área se debruçam sobre a relação pesquisador-pesquisado, dentro da estranheza própria, quando se utiliza da observação, principalmente com a explicitação de quem é o Sujeito observador, o estranho, nesse ambiente e local, e o que pretende observar. Desde seus primórdios, com Malinoviski, o registro daquilo que era observado junto à sociedade ou grupos sociais sempre foi um desafio.

Registrar o observado não é uma tarefa neutra, envolve a relação entre Sujeitos observadores e sujeitos observados (LAPLANTINE, 2006, p. 167). Ir direto à casa dos familiares das vítimas de homicídio teve a intencionalidade da aproximação daquela realidade, sem que esta fosse descolada ou desagregada da totalidade do real. Por essa razão, a coleta de dados foi planejada com diferentes fontes de informações, sendo que em duas delas, a entrevista e os diários de campo, os sujeitos familiares e os sujeitos pesquisadores estavam presentes e numa interação social que pode e deve ter alterado a "realidade como ela era", exatamente porque o fato de haver essa interação, segundo esse autor:

[...] nunca observamos os comportamentos de um grupo tais como se dariam se não estivéssemos ou se os sujeitos da observação fossem outros. Além disso, se o etnógrafo perturba determinada situação, e até cria uma situação nova, devido sua presença, é por sua vez eminentemente perturbado por essa situação. [...] Porém a antropologia é também a ciência dos observadores capazes de observarem a si próprios, visando a

que uma situação de interação (sempre particular) se torne o mais consciente possível. Isso é o mínimo que se possa exigir do antropólogo. (LAPLANTINE, 2006, p. 170)

Ainda na linha de pensamento deste etnólogo, podemos nos apoiar em suas reflexões sobre os ganhos científicos quando se incorpora o Sujeito pesquisador, no interior da própria experiência da observação e, posterior registro. A neutralidade desse Sujeito fica retirada dessa perspectiva de análise e, para isso, o autor nos alerta que, do ponto de vista científico, essas revisões foram feitas na Física, há quase um século:

[...] sim por intermédio da física moderna, que reintegra a reflexão sobre a problemática do sujeito como condição de possibilidade da própria atividade científica. Heisenberg, mostrou que não se pode observar um elétron sem criar uma situação que o modifica. Disso tirou (em 1927) seu famoso "da incerteza", que o levou a reintroduzir o físico na própria experiência da observação física. E foi Devereux quem, em primeiro lugar (em 1938), mostrou o proveito que a etnologia podia tirar desse princípio, comum a toda abordagem científica. (LAPLANTINE, 2006, p.172)

E, continua refletindo em pontos imprescindíveis à nossa análise, na retomada daqueles diários de campo para a identificação, organização e interpretação do ponto de vista das desigualdades de gênero entre homens e mulheres. Contribuir na visibilidade da violência e do impacto vivido por aqueles familiares, diante da retirada das vidas de seus parentes, de forma abrupta e impune. Incluir o Sujeito pesquisador, na interação social do campo registrado é desafiador e, por estas razões, as afirmativas desse antropólogo nos impressionam e nos instigam na releitura desses diários.

A perturbação que o etnólogo impõe através de sua presença àquilo que observa e que perturba a ele próprio, longe de ser considerada como um obstáculo que seria conveniente neutralizar, é uma fonte infinitamente fecunda de conhecimento. Incluir-se não apenas socialmente, mas subjetivamente faz parte do objeto científico que procuramos construir, bem como do modo de conhecimento característico da profissão de etnólogo. A análise, não apenas das reações aos outros à presença deste, mas também de suas reações dos outros, é o próprio instrumento capaz de fornecer à nossa disciplina vantagens

científicas consideráveis, desde que se saiba aproveitá-lo. (LAPLANTINE, 2006, p. 172-173)

No início dos anos de 1980, na Sociologia brasileira, tivemos Thiollent (1980), com a crítica metodológica aos padrões positivistas, contrário à neutralidade científica, à mera quantificação e a qualquer proposta de coleta de dados que não implicasse em alguma forma de interação social entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado. Indicava de forma reflexiva considerações teóricas, metodológicas e políticas, nessa interação, considerando-a como uma relação social-histórica e entre desiguais. Desigualdade, essa, a ser ponderada, analisada, criticada e, jamais, neutralizada.

O exercício da observação direta e de longa duração é a estratégia priorizada pelos etnógrafos. Fazer o registro por escrito, gravado em vídeo ou por áudio, nos dias atuais, tem se configurado desde um conjunto de anotações esparsas, interpretações sobre um determinado fato ou vários deles. O uso ou não de um roteiro de observação e o relato do andamento da pesquisa têm feito do diário de campo um instrumento com inúmeras possibilidades de uso e análise.

Na Etnografia, a especificidade e a exclusividade do diário de campo como ofício do etnógrafo têm reflexões interessantes para nossa análise. Weber (2009), ao procurar desconstruir o diário de campo, assinala sua característica básica, a de ser um registro de notas sobre o campo e, não, exatamente, um texto, principalmente se for pensarmos em termos acadêmico-científicos. No entanto, o autor salienta as “práticas da escrita”, onde é possível identificar três diários em um: diário de campo, o da pesquisa e o íntimo. O diário de campo seria o específico do etnógrafo:

[...] deve-se aí relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas, os discursos e as posições dos entrevistados, e também para colocar em dia as relações que foram nutridas entre o etnógrafo e os pesquisados e para objetivar a posição de observador. (LAPLANTINE, 2006, p. 158)

Para o diário de pesquisa, o que seria para outros pesquisadores, como um historiador:

[...] permitirá não somente descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que serão relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles. As duas outras facetas do diário de investigação (diário de pesquisa e diário íntimo) que, aliás, não são específicas à etnografia, são frequentemente confundidas com essa forma canônica e seu uso não é codificado. (LAPLANTINE, 2006, p.158-159).

Na denominação do diário íntimo, o autor, assim se expressa: “[...] conforme o modelo dos diários autobiográficos em que são depositados os humores e as emoções de seu autor.” (LAPLANTINE, 2006, p.158)

No mesmo texto, o autor ainda salienta que a transposição das anotações para um texto acadêmico-científico, seja na relatoria da pesquisa realizada, através de uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado, ou nas produções de “*papers*” para publicação, que exigem uma lógica de exposição concatenada ao objeto de estudo. O diário de campo passa, então, por um decantamento: entre o descritivo e o reflexivo (POLIT; HUNGLER, 1995 apud TONEZER et. al., s/d, p. 297).

Vale considerar que desde o "campo" até o texto:

[...] o texto etnográfico em geral é uma redução brutal de inúmeras possibilidades de interpretação da experiência de campo e do difícil exercício de alteridade realizado entre o antropólogo e seus interlocutores, primeiro o texto etnográfico [...] já em si mesmo uma adequação ou transformação da realidade que pretende inscrever, descrever, interpretar, compreender, explicar etc.

Essas distinções de uso dos fragmentos dos diários, sendo esse entendido como um conjunto de notas esparsas e não como um texto lógico, fazem com que as possibilidades de análise desses registros sejam ampliadas.

Nestas referências, começa-se a questionar se os registros, objeto dessa análise, são diários de campo ou de pesquisa. É mais provável a proximidade com a segunda classificação, na medida em que o conteúdo relatado é referente às pessoas, às localidades e à aplicação do roteiro e o ponto de vista dos entrevistadores sobre esse complexo de dados. Essa parece ser uma diferença que vale a pena o estudo e a delimitação da natureza dessa documentação.

No Serviço Social, a prática do diário de campo, tem sido validada, principalmente, na formação profissional, na inserção do alunado nos campos de estágio. As anotações diárias são registradas com diferentes objetivos, sendo o principal deles, fazer com que o estagiário desenvolva o hábito de escrever, garantir o exercício da memorização dos fatos e dados, considerando a exigência profissional de elaboração de relatórios, pareceres, atas de reuniões... O exercício da observação aguçada, perspicaz, a constituição de um olhar crítico e sensível, aliado à memorização são imprescindíveis. Os “diários de campo” são peças vitais na constituição dessas habilidades e competências profissionais. Na vida profissional, esse tipo de registro contribui para uma melhor reflexão sobre a relação dos assistentes sociais com o cotidiano e a vida real, concreta.

No treinamento realizado com os pesquisadores, solicitamos o registro das observações e isso foi elaborado como redação, e não em notas. Esse vai ser um ponto a ser repensado, visto que o destrinchamento desses diários exigirá a constituição de categorias de análise metodológicas e as de conteúdo.

Com relação à descrição, acredita-se que acertamos, visto que procuramos ter mais um elemento de proximidade com o empírico, com o cotidiano dos sujeitos da pesquisa. Na Educação, Bodgan e Biklem (2010) têm uma contribuição valiosa sobre o processo descritivo:

[...] em que a preocupação é a de captar uma imagem por palavras do local, pessoas, ações e conversas observadas. [...] de longe a mais extensa, representa o melhor esforço do investigador para registrar objectivamente os detalhes do que ocorreu no campo. O objectivo é captar uma fatia da vida.

Consciente, de que qualquer descrição até um certo grau representa escolhas e juízos - decisões acerca do que anotar, sobre a utilização exacta das palavras [...]. Sabendo que o meio nunca pode ser completamente capturado. (BODGAN; BIKLEM, 2010, p.152, 163) ²²

Estes autores indicam, a partir de um exemplo, que os aspectos descritivos podem ser agrupados nas seguintes áreas:

1. Registro dos sujeitos: aparência física, maneira de se vestir, estilo de falar e de agir;
2. Reconstrução dos diálogos;
3. Descrição do espaço físico;
4. Relatos de acontecimentos particulares;
5. Descrição das atividades;
6. Comportamento do observador.

Tomando emprestadas essas indicações e numa primeira mediação é possível identificar que poderia retirar-se dos diários, na parte da descrição, os dados relativos:

- ✓ Trajeto do pesquisador do escritório até o domicílio:
 - Rua;
 - Casa;
 - Bairro;
 - Transportes utilizados e situações observadas;
 - Vestuário dos entrevistados.
- ✓ Relato de como ocorreu a entrevista da aplicação do roteiro:
 - Apresentação do pesquisador e da pesquisa para os entrevistados;
 - Recepção por parte dos entrevistados.

²² O referido texto, entre as páginas 152 e a 163, tem um exemplo de notas de campo de um investigador, detalhadíssimo, (p.152 a 162) por onde desenvolvem a análise sobre o trabalho no campo.

Seria preciso criar critérios mais rigorosos para desenvolver essa classificação e categorização descritivas, com base nos propósitos desse estudo.

Com relação à reflexão, presente nos diários de campo, bem como os de pesquisa, seguindo os últimos autores, estes assinalam que seria a parte mais relativa à apreensão do observador, suas ideias, sentimentos, opiniões, os comentários do autor. Seria a parte mais subjetiva das anotações. A classificação indicada seria:

1. Reflexões sobre a análise;
2. Reflexões sobre o método;
3. Reflexões sobre conflitos e dilemas éticos;
4. Reflexões sobre o ponto de vista do observador;
5. Pontos de clarificação. (BODGAM; BIKLEN, 2010, p. 165-166).

Mais uma vez, seria preciso analisar e avaliar as possibilidades do uso dessas classificações, verificando o conteúdo dos diários. Imediatamente, é possível sugerir questões relativas às críticas dos entrevistadores quanto à aplicação do roteiro, condições de vida dos entrevistados, dois anos depois do homicídio, assim como o impacto para os entrevistadores em pesquisarem dados relativos às vítimas fatais, como a moradia, a família, os bairros desprovidos de segurança e proteção. A exposição destes pesquisadores naquela ambientação perversa onde se exteriorizava a violência fatal, também prescinde de análise.

Diante desses elementos foi realizado um conjunto de tarefas e adequações, enquanto fases de preparação para a seleção dos documentos a constituírem o universo deste estudo:

- Recuperou-se o treinamento e o roteiro para o registro nos diários de campo em dois documentos: "Manual para o entrevistador" e "Objetivos do instrumental definitivo", além de uma capacitação dos entrevistadores, de 30hs, concentrada nas reflexões sobre a violência urbana e a proposta

metodológica da pesquisa. Há grandes temas e todos complexos, sem o detalhamento do trato de cada um deles. É quase certo que priorizamos a compreensão, visto que, naquela oportunidade, constituíamos um grupo de três projetos sobre violência e, único interessado nas vítimas diretas e indiretas dos crimes de homicídio na capital do Estado de São Paulo. Tínhamos a prioridade no contato com os familiares das vítimas fatais, via seu domicílio.

Nos documentos citados, o diário de campo foi utilizado com uma das fontes de informações, em si mesmo e na complementaridade, como diário de pesquisa ao relatar o desenvolvimento da entrevista, inclusive sobre algumas questões do roteiro aplicado. Os entrevistadores foram orientados a anotar suas observações sobre:

Esta entrevista tem por objetivo elucidar questões relativas às perdas sentidas pela família como decorrência de uma morte violenta.

O tema é delicado e precisamos ter muito cuidado na abordagem das questões, sabendo que em alguns casos a entrevista poderá desencadear emoções. Em tais situações devemos interromper a entrevista e avaliar junto com o entrevistado se há possibilidade de continuar (após o mesmo se acalmar) ou se marcamos um retorno para outra data.

Procure sempre se organizar:

- Verifique e observe os entornos da região e relate no seu diário de campo;
- Agende a entrevista com antecedência, no melhor lugar para o entrevistado, procurando não alterar a dinâmica da família;
- Observe toda e qualquer informação que possa ser útil à pesquisa e registre-as no diário de campo;
- No caso de fatores externos interromperem a pesquisa, volte à sua base de apoio;
- Leia o manual, tire suas dúvidas com seu supervisor e procure deixar claro tanto para você quanto para o entrevistado quais são os objetivos do que se pergunta;
- Procure redigir as questões abertas de forma clara, sempre "retornando" a resposta ao entrevistado para que haja confirmação e para que não ocorram dúvidas sobre o que o entrevistado disse e o que você entendeu;
- Nas questões fechadas, lembre-se de fazer anotações extras e posteriormente redigi-las no diário de campo;
- O diário de campo deve ser usado após a entrevista, pois o relatório existe também para auxiliar nossa memória. Se demormos muito tempo para registrar nossas observações podemos esquecer fatos importantes para a pesquisa." (p.1)

Noutro documento "**Objetivos para o instrumental definitivo**", fizemos uma orientação para relatar as observações decorrentes da aplicação do roteiro. Este era complexo, extenso com 178 questões, agrupadas em cinco blocos. No conjunto das perguntas, aproximadamente, um terço eram totalmente abertas ou mistas. Para estas últimas, havia um espaço aberto "Registre a fala" para que o entrevistador pudesse registrar mais elementos sobre o questionamento fechado, na medida em que o entrevistado expressou opiniões, sentimentos, considerações para responder ao quesito solicitado. Sendo assim, tínhamos para o:

1- BLOCO BAIRRO

Objetivos: Conhecer a infraestrutura do bairro onde a vítima vivia, o relacionamento entre os moradores do bairro, as condições de vida.

Observar: Os entornos (anotar no diário de campo).

2- BLOCO ENTREVISTADO

Objetivos: Entender o contexto familiar; a relação vítima X entrevistado; como vive o entrevistado, de onde veio e todos os porquês relacionados à família da vítima. Compreender a vida do entrevistado.

Observar: Valores ou possíveis relatos que possam ocorrer e não constem nas questões do instrumental (anotar no diário de campo).

3- BLOCO VÍTIMA

Objetivo: Procurar saber como a vítima vivia sua vida; hábitos; rotinas; possíveis ligações com moradores do bairro. Verificar a relação com a mulher e os filhos (caso eles existam).

Saber sobre sua infância e juventude (histórico da vida da vítima)

Observar: Relatos sobre violência (anotar no diário de campo).

4- BLOCO MORTE

Objetivo: Colher todas as informações possíveis sobre a morte da vítima.

Observar: Detalhes ou informações interessantes no decorrer do relato de entrevistado (anotar no diário de campo).

5- BLOCO DEMANDAS

Objetivos: Entender como o entrevistado assimila as dificuldades encontradas após a morte. Quais são suas necessidades, medos, anseios, revoltas etc.

O que esta pessoa espera da justiça e o que entende por justiça.

Observar: Possíveis relatos de desejos sobre o ocorrido (anotar no diário de campo).

6- BLOCO PROCESSO

Objetivos: Verificar se há ou não acompanhamento do processo. No caso de haver acompanhamento saber quem acompanha, no caso de desinteresse da família entender o porquê.

Perceber o que o entrevistado entende sobre o processo. Como “é o atendimento que ele recebe em relação ao processo e o que ele espera deste processo.” (p.1)

Vale esclarecer que para o roteiro final, os blocos sobre o processo e demandas foram agrupados num só, o quinto, sendo que as orientações permaneceram.

No processo de reorganização das mais de três centenas de diários, foram separados por região, por pesquisador, identificando homens e mulheres, além da verificação se havia diferenças substantivas entre os registros de um sexo e outro. Há ainda o fato de realizarem essa coleta em duplas e muitos relatórios estão assinados conjuntamente, e outros, ainda, por cada responsável daquele diário. Aqui, haveria que se construir critérios mais refinados para essa distinção, procurando identificar semelhanças, diferenças, conteúdo mais descritivo, reflexivo, de análise. Poderia articulá-los com a cronologia de elaboração e a região com maior ou menor situação de risco para coleta.

Com relação à data de elaboração dos diários, há um elemento no mínimo curioso, entre os autores consultados, essa cronologia não é validada, visto que o mais importante é a constituição de categorias de análise, para fazer uso das notas de campo. Para este estudo, a cronologia (a data em que o diário foi elaborado) poderia contribuir para identificar se a exposição dos pesquisadores a estas situações de violência e criminalidade interferiu nos registros. Há mais densidade e detalhes nos primeiros registros? Mantiveram-se no decorrer da coleta? Permanecem fragilizados no final? Além disso, é possível haver contextualização com o período e a conjuntura histórica, como a morte do prefeito de Santo André (janeiro/2002, a coleta estava sendo feita, onde a polícia fez uma busca de suspeitos de praticarem a morte do prefeito). Como os pesquisadores de campo viveram situações de risco de morte, a coleta foi suspensa naquela região, por uma quinzena. O ataque às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, em Nova York (EUA), primeiro dia de coleta de dados.

Em termos de análise dos diários, há elementos observados, mas que mereceriam maiores ponderações e críticas, considerando, que do ponto de vista metodológico, verificamos que:

- Ao aplicar o roteiro, mais familiares iam adentrando ao espaço onde a coleta era realizada e foram participando das respostas. Nos diários, há esses registros e lá são demarcadas as diferenças de opinião entre o que foi considerado “entrevistado” e os demais...
 - O entrevistador ficou influenciado por esse novo componente familiar entrar na entrevista e opinar?
 - O entrevistado ficou influenciado pelo novo familiar estar presente na entrevista? Essa presença interferiu na continuidade do relato? Na postura do entrevistado?
 - Esse tipo de observação foi considerado quando houve o treinamento da equipe de campo?
 - Houve presença de crianças e os pesquisadores não solicitaram para que fossem retiradas...
- Duas ou mais visitas para realizar a entrevista...

- Demonstra a dificuldade de realizar essa coleta:
 - A insegurança dos entrevistados e entrevistadores, os problemas de localização das famílias,
 - O ambiente violento dos bairros, a desorganização das ruas,
 - O descaso do governo municipal em se responsabilizar por essas regiões, com relação ao acesso, via transporte público, a numeração das casas, as moradias não reconhecidas pelo fato de não terem cep, portanto, inexistentes para a oficialidade. Provavelmente, menos para a companhia de energia elétrica, porque naquela época já dispunham de mapeamento de ruas desta cidade com maior proximidade ao real.
 - Dificuldades dos próprios entrevistadores em atuar em cada situação, para aplicar o roteiro;
 - Dificuldades na supervisão de campo, para viabilizar um relatório mais explicativo sobre o processo de trabalho, em maior número de pesquisadores.

Se a análise metodológica fosse priorizada, esses diários seriam, com certeza, itens de maior investigação. Para o Serviço Social, o diário de campo está mais para o relato da prática cotidiana, do investimento, no aprimoramento profissional, em termos de maior aproximação com realidade do que para a pesquisa. Sua utilização para os estágios na graduação, provavelmente, seria mais para um diário de estágio do que de campo, nos termos tratados nessa análise.

2.2 Roteiro dirigido, aplicação “*ma non tropo*”...

Entrevistas

O investimento metodológico feito para os diários de campo, norteador, e primeiro a desencadear a necessidade destes procedimentos de articulação, evidenciou a necessidade de demarcação dos diferentes níveis de

aproximação do real que cada uma dessas fontes possibilita, com relação à identificação da sobrecarga da violência sobre as mulheres.

O formulário foi planejado com igual rigor aos demais instrumentos, aliás, foi o primeiro a ser planejado, visto a ousadia de irmos até as famílias das vítimas fatais, em seus domicílios, sediados em territórios violentos. Tínhamos todas as preocupações, o rigor metodológico para a elaboração e os quesitos referentes às condições de aplicação do roteiro, considerando a riqueza do conteúdo a ser revelado, em termos da violência vivida por esses sujeitos e os desdobramentos desta, em suas vidas e, esta, era uma das principais razões para fazermos esse campo. Entrar em contato com esses familiares, com a região violenta, também acenava para as questões de proteção e segurança em ambos os polos, o dos entrevistados e dos entrevistadores. Com o diferencial substantivo que os primeiros residiam e permaneceriam no mesmo local, onde era sabido da existência do crime. Estávamos lá quase dois anos depois da morte e, portanto, toda cautela era necessária. Nossa presença não deveria criar uma situação de aumento de risco para eles, diante da violência presente nas imediações ou no bairro.

Para fins de esclarecimento, no treinamento e capacitação dessa equipe de campo, presenciavam-se todas as cenas possíveis, de estranheza, por parte dos entrevistados quando as entrevistas foram aventadas. Poderia haver situações imprevistas com relação à presença de terceiros e estranhos naquela moradia, e o entrevistado poderia emudecer, desviar o assunto, iniciando novas conversas, muitas vezes, se prontificavam a servir um café, um copo d'água. Isso também ocorria caso os pesquisadores se sentissem intimidados ou mesmo hostilizados por comportamentos de pessoas que se aproximavam, e questionassem com eles os motivos de estarem naquele trecho da rua ou da viela, ou ainda os acompanhassem no percurso de busca dos endereços. Percebiam-se numa situação de ostensividade, a recomendação era a de não informar nada e, se retirarem das imediações rapidamente, situações provocativas de desgaste para os entrevistados e os pesquisadores.

A elaboração definitiva deste formulário foi realizada depois de várias versões, e com a participação dos integrantes da equipe de campo, os

bolsistas técnicos. Todos os quesitos foram discutidos nesta equipe ampliada assim como a maneira de aplicá-lo.

Repensando sobre a aplicação e relação entrevistador/entrevistado, muitos elementos contaram positivamente para esta forma de coleta, visto que orientamos os pesquisadores a serem diretivos na aplicação do roteiro, sem, no entanto, imporem, rigidamente, a ordem das perguntas, até porque como acenamos no "manual de orientação", já apresentado, anteriormente, era preciso colher os informes, contudo, deveriam se considerar os movimentos de "vai e volta" que os entrevistados pudessem desenvolver, porque ao rememorarem os itens relativos ao bairro ou o perfil da vítima, poderiam fazer associações importantes para eles, e que demonstravam a forma de pensar e sentir sobre a violência vivida. Poderiam, também, ao comentarem sobre as relações de vizinhança, lembrarem-se de ter tido ajuda, apoio, ou não, dos vizinhos, questão posta, no bloco 4, o da morte.

Entre a diretividade imposta, presente na aplicação dos questionários e a não diretividade, nos termos de Thiollent (1980), optamos pela constituição de um roteiro semi-estruturado e que pudesse provocar reflexões nos entrevistados acerca do que pensavam e como estavam rememorando suas ideias e concepções quando daquela coleta.

Nessa direção, encontramos em Szymanski (2004):

[...] entrevista também se torna um momento de organização de ideias e de construção de um discurso para um interlocutor [...]. Mais adiante ao desenvolver os elementos sobre a interação entre o entrevistador e entrevistado e o caráter ativo da entrevista para estes dois sujeitos, vai desenvolvendo a análise e afirma "Há algo que o entrevistador está querendo conhecer, utilizando-se de um tipo de interação com quem é entrevistado, possuidor de um conhecimento, mas que irá dispô-lo de uma forma única, naquele momento, para aquele interlocutor. Muitas vezes, esse conhecimento nunca foi exposto numa narrativa, nunca foi tematizado. O movimento reflexivo que a narração exige acaba por colocar o entrevistado diante de um pensamento organizado de uma forma inédita até para ele mesmo." (SZYMANSKI, 2004, p.14)

Questões metodológicas podem e devem ser definidas, pensadas e repensadas de forma articulada com o conteúdo da coleta e, naquele espaço, tratávamos das retiradas das vidas, das mortes violentas, em territórios em que imperavam o medo, a "Lei do silêncio" ou do emudecimento forçado, do descaso estatal.

Planejamos que esta coleta deveria ser feita através de um clima de confiança, possível, respeitando as regras básicas de coleta de dados, numa pesquisa social e, tendendo muito mais para uma situação de entrevista do que um questionário fechado, da criação de um diálogo, do que da imposição sequencial de perguntas e respostas.

Retomando a pesquisadora:

[...] a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras, assim como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimentos e pré-conceitos sobre o entrevistador, organizando suas respostas para aquela situação. A intencionalidade do pesquisador vai além da mera busca de informações; pretende criar uma situação de confiabilidade para que o entrevistado se abra. [...] instaurar credibilidade e que quer o interlocutor colabore, [...]. A concordância do entrevistado em colaborar na pesquisa já denota sua intencionalidade - pelo menos de ser ouvido e considerado verdadeiro no que diz -, o que caracteriza o caráter ativo de sua participação [...] (SZYMANSKI, 2004, p. 12).

No roteiro, quando indagamos sobre a procura pela Polícia, depois do registro do BO, parcela expressiva informou que não havia ocorrido. Nos diários de campo, vários são os relatos de que participar daquela pesquisa apresentava essa noção de "ser ouvido", de alguma forma ter esse caráter ativo de participação.

No formato final, esse formulário somou 178 questões, distribuídas em cinco blocos. Procuramos buscar, junto a esses familiares, elementos que possibilitassem uma maior reflexão e aprofundamento de nossas premissas sobre a violência. Estas foram priorizadas, vez que não nos centralizaríamos nos registros oficiais e, precisaríamos avançar no conhecimento sobre seus perfis, sua visão sobre o crime e, principalmente, saber de suas demandas depois dessas mortes.

Considerando a forte associação entre território e violência e, ainda, o fato de as mortes ocorrerem muito próximas do local da moradia das vítimas, (vide anexo - Mapa de distribuição do local de morte e local de moradia) planejamos 35 perguntas no Bloco 1, pois pretendíamos saber a visão que os entrevistados possuíam sobre o bairro e as relações de vizinhança. Este valia também como introdução nessa coleta, antes de iniciarmos os questionamentos mais complexos. Num segundo bloco, com 36 perguntas, nos definimos por traçar o perfil do entrevistado, quesito mais do que importante para que os resultados pudessem ser legitimados, por quem estivesse, realmente, vivendo os problemas em estudo.

Logo em seguida, o entrevistado seria indagado sobre pontos mais difíceis, porque estaria traçando o perfil da vítima, no bloco 3, com 58 questões. Terminaríamos com 2 questões abertas sobre o conhecimento desses familiares acerca da morte. O bloco menor de questões é o da morte, com 18 indagações relativas ao tipo de morte (homicídio, latrocínio, chacina) se era esperada, o enterro... O quinto bloco, e o mais importante, para aquela pesquisa, era o das demandas e andamento do processo, com 31 questões. Neste, se pretendia verificar informes sobre o conhecimento destes familiares sobre a constituição do inquérito policial e posterior constituição do processo criminal, investigações, julgamento, arquivamento por falta de provas, uma vez que todos esses boletins de ocorrência foram registrados como crimes de autoria desconhecida, mas tínhamos a hipótese de que as famílias, os vizinhos poderiam ter informes sobre esta morte.

Na retomada dos arquivos deste formulário priorizaram-se para esse estudo, os quesitos relativos ao perfil do entrevistado, principalmente o sexo e

a relação de parentesco, demarcando homens e mulheres naquelas famílias e, como na condição de mães, esposas, irmãos e outros parentes, assim como os homens, como pais e outros parentes, e a partir destes, articular com os quesitos da morte, das relações destes sujeitos com o sistema de segurança e justiça, além das demandas.

Nesse processo de análise de um roteiro semi-estruturado, as questões abertas, sobre as demandas, natureza das dificuldades depois da morte, ameaças que por ventura tenham sofrido ou que vivem sob essa tensão, mesmo que não tenham ocorrido necessidades, sentimentos, expectativas diante da Polícia, avaliação de como foram atendidas por esta, opinião sobre a resolução oficial dada ao crime, estão entre as possibilidades de cruzamentos internos à própria entrevista. Parte considerável já foi realizada na pesquisa que originou esta, mas aqui, nos interessa realçar as mulheres nessas análises. Esse é mais um passo na construção da fundamentação dos elementos colhidos diretamente, com os familiares, que podemos interpretar sob a ótica de gênero, vez que o de classe já foi reconhecido, estrutural e historicamente e se reproduziu nesse extermínio.

2.3 Inquérito Policial, processo criminal: o registro oficial e oficializado do emudecimento frente ao crime

O crime de homicídio, no Código Penal Brasileiro, integra os crimes contra a pessoa, no capítulo dos crimes contra a vida, artigo 121. Matar alguém. Não entraremos nas modalidades desse crime e tampouco em todas as formas de julgamento e apenamento, pelo menos nesse momento. O mais importante é dimensionarmos que é um crime cuja ação penal, decorrente deste, é pública e incondicionada. Isso significa que o Boletim de Ocorrência é feito pela Polícia, como agente estatal, o crime é de interesse público. Nesse percurso, há que constituir o Inquérito Policial, com as primeiras investigações, onde se averigua as condições em que ocorreu o crime, os envolvidos, suspeitos, vítimas, testemunha. Incluem-se as provas, indica-se o suspeito e encaminha-se ao Ministério Público. Este, de posse deste documento,

inventaria tudo novamente e, colheria depoimentos, testemunhas. Existem possibilidades de retorno à Delegacia de Polícia para novos procedimentos, enfim, busca fundamentar ou modificar o registro inicial. Quando esse documento estiver substancial e amparado, nos termos da legislação penal, é feita denúncia ao Juiz, e inicia-se a fase do processo criminal culminando com o julgamento e sentença. Por ser o crime que é, tramita nas Varas do Júri, onde os cidadãos decidem a absolvição ou a condenação e o magistrado define a pena.

Nos homicídios, ponto de partida da pesquisa da FAPESP, os 3415 BOs são registros de autoria desconhecida, não existem suspeitos, provas. Nesta situação, quando é confirmada pelos promotores de justiça, não há denúncia a ser feita e, portanto, não existe processo e o arquivamento é a solução oficial, considerada como trabalho realizado. Nos termos do uso técnico da lei, no entanto, quando milhares de sujeitos qualificados, como expressamos anteriormente, são mortos e as respostas estatais ficam aprisionadas a essa legalidade, algo de podre na sociedade e no Estado transcende a qualquer noção de justiça.

As famílias daquela pesquisa relatam, descrevem esse desrespeito, nas suas falas e avaliações. Desconhecem a letra da lei, mas sabem de seus direitos, e vivem a violação destes de forma contínua e sem trégua. Configuram-se como a expressão da injustiça.

Até hoje, no Brasil, a concentração desses registros tem o mesmo desconhecimento. Tem superado a soma de 90% no território nacional, se considerarmos que esta situação perdura, nas últimas três décadas, os desdobramentos para a sociedade são imensos, indo desde as depressões, crises de ansiedade, adoecimentos diversos, diminuição fecunda da autoestima, sentimento de pertencimento a um segmento social, a uma classe, a uma cidade, tão definitivo, na constituição da identidade social, da individualidade, que no coletivo é rasurado. A descrença institucional avança e ganha espaço. O isolamento geopolítico se reproduz e a alienação finca raízes,

impedindo possibilidades de enfrentamento e saídas políticas de curto, médio e longo prazo de administração, interrupção e superação dessa mortandade.

Entre as três fontes planejadas, noutra pesquisa, a coleta de dados, via o inquérito policial ou o processo criminal, nas Varas do Júri da Capital de São Paulo, seria a primeira de todas, porque sabíamos que nossas buscas estavam ocorrendo dois anos depois do crime, e corríamos o risco de não encontrarmos os endereços ou mesmo as famílias, conforme descrito anteriormente.

No processo, deveriam constar os depoimentos mais recentes e novos, e melhores informações do que havíamos retirado dos Boletins de Ocorrência, no entanto, os funcionários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ficaram em greve, durante 100 dias e, por esta razão, iniciamos pelas famílias e não pelos processos.

Já em 2002, no final da coleta de campo, obtivemos autorização judicial para consultar os processos ou inquéritos das vítimas que aquele egrégio Tribunal disponibilizasse, através de cada uma das 5 Varas do Júri desta capital.

Elaboramos um roteiro para que os pesquisadores de campo pudessem ler as peças documentais e retirarem, dali, informes, confirmando o perfil da vítima, os depoimentos colhidos e quem eram os depoentes: familiares, terceiros, policiais etc., processo arquivado ou em andamento.

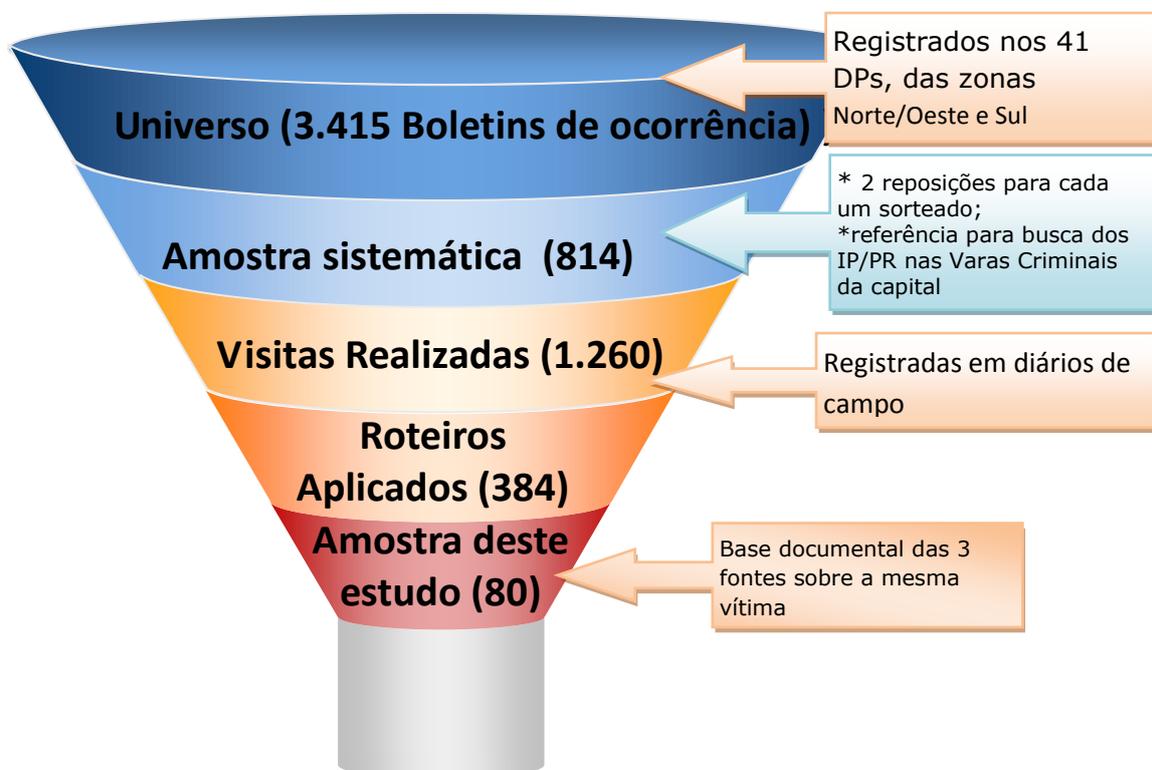
Para este estudo, retiraram-se esses dados para identificar quais familiares estavam lá presentes, enfatizando a presença das mulheres que, nas entrevistas e nos diários, concentravam mais de 80% e, aqui, qual seria esse percentual. Nas suas casas e famílias, detinham o poder de nos repassar as informações de que precisávamos; no Judiciário estariam presentes, e como se comportariam diante deste Poder estatal.

Entre as articulações pensadas, temos aqui um diferencial substantivo, porque a coleta foi feita em documentos oficiais com formas de registro e linguagem jurídica.

2.4 Do universo da pesquisa FAPESP/PUCSP/CRAVI (1998 A 2003) à amostra deste estudo

Com muito esforço de memória e fruto dessas consultas, encontramos os totais de cada uma das fontes. Para o total das vítimas da amostra final, 391, encontramos 384 registrados digitalmente. Para as mesmas amostras, havia a planilha, registrando 357 diários relatados, no entanto, nos arquivos, em Word, localizamos 262 coincidentes. Com relação aos inquéritos policiais, ou processos criminais, encontramos mais de duas centenas, contudo, distribuídos diferentemente, dentro de nossas necessidades. Para 127, encontramos os diários, sem aplicação do roteiro. Seriam aquelas situações, descritas anteriormente, onde poderíamos ter encontrado o endereço e não a família, noutras, encontramos as famílias e, estas, se recusaram a participar. Para mais de três dezenas de processos encontrados, havia diários, mas correspondiam a outras amostras. E, finalmente, para 80 vítimas, encontramos documentos registrados nas três fontes. É sobre esta amostra que desenvolvemos as análises nesta tese. O gráfico abaixo ilustra esse processo:

Gráfico 1: Universo e Amostra de vítimas fatais e indiretas de homicídios. S. Paulo: (1998-2003).



Análise de dados: preparação

2.4.1. Análise descritiva do perfil dos 80 entrevistados que compuseram essa amostra.

A organização dos dados teve por objetivo demarcar a presença de ambos os sexos, demonstrando a predominância de mulheres nos domicílios e nos depoimentos nos processos criminais: sexo, idade, cor, grau de instrução, estado civil, estado afetivo e relação de parentesco com as vítimas, conhecimento e desconhecimento da autoria do crime, local da morte e se o autor tinha convívio com a vítima.

Essas informações foram sendo articuladas com os dados dos processos judiciais: conhecimento e desconhecimento da autoria, local de moradias, andamento do processo, arquivamento.

2.4.2. Análise em profundidade de uma amostra de diários de pesquisa articulados com as questões abertas das entrevistas e as informações contidas nos processos. Consideram-se as contribuições de cada uma dessas fontes para entender: a violência, o impacto do homicídio na vida dos familiares, na sobrevivência, no contato cotidiano com a insegurança e a impunidade. Necessidades, sentimentos e demandas dos entrevistados. E, por fim, o impacto da violência nos entrevistadores.

Neste momento, foi escolhida uma amostra intencional de 8 diários, 8 entrevistas e 8 processos de diferentes descrições e reflexões, realizadas pelos entrevistadores, mais do que a quantificação de cada um desses conjuntos de relatórios. Cada um relata um ângulo, um fragmento de relações violentas, vividas pelas vítimas indiretas. Sendo assim, organizaram-se e selecionaram-se 8 diários de campo, registrados por 6 entrevistadores.

A escolha foi intencional, procurando articular modalidades de diários, entre os mais descritivos e os mais analíticos, extensos e sintéticos; homens e mulheres como entrevistadores e entrevistados. Relatos que retratassem o impacto e sofrimento dos entrevistados diante da violência e dos homicídios, como medo, impotência, emudecimento, relações nulas ou tensas e contraditórias, entre os entrevistados, com o Sistema de Segurança e Justiça e a criminalidade local. Elementos que pudessem dar vida à noção de violência infrapolítica no cotidiano das vítimas indiretas e, dentre estas, as mulheres.

Nomeou-se, ficticiamente, cada um dos entrevistados e entrevistadores para facilitar a compreensão das análises. Um entrevistador do sexo masculino (Arnaldo) e 5 mulheres (Vitória, Sabrina, Yolanda, Alda e Francisca). Os diários referem-se a dois entrevistados homens, um pai (Sr. José) e o único marido (Sr. Manoel); sete são mulheres, duas mães (Sra. Maria e Sra. Filomena), duas

esposas (Sra. Marialva e Sra. Mariana) e duas irmãs (Sra. Jaqueline e Sra. Josefa).

CAPÍTULO III - DADOS "ANTIGOS", TRATOS DIFERENCIADOS, CENÁRIOS SEMELHANTES

3.1 Sobre entrevistas e processos judiciais: ao conhecimento das vítimas indiretas, as mortes violentas e o descaso estatal.

Imprimiu-se e leram-se, várias vezes, o total de registros, objetos de análise deste estudo. Ao se considerar o volume e as diferentes possibilidades de análise desse montante documental, optou-se por um recorte importante, a priorização dentre as quase 4 centenas de diários de campo, aqueles em que havia a coincidência com os relatórios dos processos judiciais ou inquéritos policiais pesquisados. Com esta decisão, ficavam articuladas as três fontes utilizadas sobre a mesma vítima. Como resultado dessa organização e seleção, obteve-se um conjunto de documentos referentes a 80 vítimas, o que significa igual quantidade de relatórios das entrevistas, de diários de campo e de processos. É sobre essa amostra que se debruça este estudo.

As leituras dos diários de campo foram o ponto de partida para a constituição dessa investigação, mas, com a triangulação de métodos, as entrevistas com o roteiro semiestruturado e os relatórios dos processos se observa contribuição diferenciada de cada uma dessas fontes para a compreensão da continuidade da exposição à violência no período pós-morte da vítima.

O roteiro utilizado nas entrevistas era misto, semiestruturado, continha questões fechadas, objetivas, diretas, além das complementares e das totalmente abertas. Sendo assim, a quantificação das respostas das questões fechadas era imediata. Para as abertas, além dos registros textuais dos diários de campo, assim como os relativos aos processos criminais, prescindia de organização e análise para avaliar a melhor e mais adequada forma de atender aos objetivos deste estudo. Por essas razões, inicia-se a apresentação dos resultados obtidos, procurando demonstrar a contribuição de cada fonte na coleta de dados e, posterior articulação entre estas. A preocupação é a de articular método, teoria e vida real sobre a violência.

O interesse na pesquisa fonte desta eram as necessidade e demandas das famílias, logo, as relações de parentesco foram importantes, tendo um bloco de 35 questões sobre o familiar entrevistado, buscando entender quem era ele naquela família, que lugar ocupava e qual a relação que mantinha com a vítima.

Este estudo, ao aprofundar as análises já desenvolvidas, procura outra interpretação desses dados, partindo da premissa de que mulheres e homens vivem diferenciadamente, e com relação ao impacto do crime de homicídio de seu familiar, esta premissa também tem validade.

Considera-se que do ponto de vista da perspectiva dominante de gênero, apesar de existirem várias outras possibilidades de feminino(s) e masculino(s), a hegemonia do pensamento binário, dicotômico entre feminino e masculino prevalece. Atribui-se ao primeiro as relações, responsabilidades relativas à vida privada, significando para as mulheres administrar, gerenciar a vida e afazeres domésticos, zelar pelos filhos ou dependentes legais, cuidados com os mais velhos, os doentes, e manter as relações com os serviços e programas sociais.

O Estado por via das políticas sociais, segundo Carloto e Mariano (2010), tem reforçado essa dicotomia, ou seja, as referências às famílias, na maioria das vezes, significam “às mulheres”. As famílias de baixa renda, em mais de 30%, são monoparentais e chefiadas por mulheres. Nos Programas de transferência de renda, as mulheres também concentram a maior parte dos beneficiários selecionados pelos critérios de vulnerabilidade e risco social.

As vítimas de homicídios e seus familiares, neste estudo, assemelham-se a esse quadro geral sobre as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Sendo assim, pretende-se articular o quesito da divisão sexual nas análises desenvolvidas para demarcar semelhanças e diferenças, enquanto vítimas indiretas dos crimes de homicídios praticados contra seus familiares.

Em relação ao sexo, o feminino prevalece com 69 (86,2%) mulheres, e para o masculino, 11 homens (13,7%). Entre os 80 entrevistados, foi possível

identificar que nas relações de parentesco destes com as vítimas fatais (ver tabela 1) 24 (30%) eram mães e, 5 (6,2%) pais; 17 (21,2%) irmãs e, um irmão, (1,2%); 18 (22,5%) esposas e, um marido, (1,2%). Entre outros parentes, 10 (12,5%) são femininos e, 4 (5%) masculinos.

Quando se articulava sexo e relações de parentesco, na verticalidade desses dois grupos, obtiveram-se entre as 69 mulheres que 34,7% eram mães; 24,6% eram irmãs; as esposas representavam 26%. Os outros parentes femininos somaram 14,4%. Entre 11 homens, (5) 45,4% eram pais, 9% relativo a um irmão e mais um esposo 9%. Os demais parentes têm maior presença, somaram 36,6%. Nesse tipo de leitura vertical, as quantidades menores, como a masculina, ganham grandeza na proporcionalidade interna, sendo que para o total desses familiares, em cada dez moradias visitadas, 8,6 foram mulheres que aceitaram participar da pesquisa e 1,4 homens. Vale esclarecer que no momento da apresentação da pesquisa junto aos entrevistados era indagado quanto às possibilidades de se realizar aquela coleta, imediatamente, ou em outro horário ou data. Mulheres e homens, na quase totalidade das entrevistas, responderam afirmativamente à primeira solicitação.

Sendo assim, o fato de a casa ser o "locus" determinado e incorporado para e pelas mulheres como sendo seu espaço de vida, privilegiado, se deu porque estas têm, na vida privada, doméstica e familiar, sua centralidade. Esta condição de vida tem sido bastante alterada, nas últimas décadas, com as lutas feministas dos anos da década de 1960, e desde os anos de 1980 para cá, as mulheres têm ingressado no mercado de trabalho formal e remunerado, conquistando mais 40% da População Economicamente Ativa. Desde então, também têm maior número de anos de estudo e maior grau de instrução que os homens. Mesmo assim, permanecem com maior ou menor intensidade e desgaste com a dupla jornada de trabalho, sendo que para as entrevistadas, no exercício da maternidade, como irmã ou como esposa, respondem pelos cuidados e atenção aos demais integrantes da família e pela administração da vida doméstica.

É desse "lugar" do cotidiano, atravessado de todos os nós do tecido social da metrópole, incluindo os processos de alienação e dominação de

classe, gênero e raça/etnia que essas mulheres participaram da pesquisa. Participação, mais que massiva e concentrada, acredita-se que elas têm o conhecimento desse convívio diário com os integrantes de suas famílias, assim como das relações violentas expressas nos locais onde residem e a forma como estas impactam a si e aos seus. Essas ponderações vão ser recuperadas e articuladas aos demais elementos desta análise, na medida em que se busca dar visibilidade a estas mulheres, na condição de vítimas indiretas dos crimes praticados contra seus familiares. Tem-se a hipótese de que elas estiveram *antes e durante e, estarão depois* das mortes violentas. Permaneceram nas suas famílias e nos locais violentos, dois anos depois dos crimes, mesmo sem apoio e assistência do Estado. Parecem sem alternativas, sem Estado, sem lei.

Os entrevistados têm um feixe de idades bem amplo (vide Tabela II), a faixa etária das mães concentrava-se entre 41 e 60 anos, sendo 12,5 % do total entre, 41 e 50, seguidas de 10% entre 51 e 60. Entre as idosas, com mais de 61 anos, 6,25%, sendo que destas, mais da metade tinha mais de 70 anos. Entre os pais, prevaleceram os idosos, entre 61 e 70 anos, 3,75%, sem nenhum acima dessa faixa. Entre as esposas, 10% do total dos entrevistados, tinham entre 31 e 40 anos de vida, seguidas das mais jovens, entre 21 e 30, 7,5%. O único esposo tinha entre 51 e 60 anos. Já as irmãs, em percentuais iguais de 7,5% tanto para as que tinham entre 21 e 30 e anos, quanto para as que estavam entre 31 a 40 anos de vida. Mães e pais tinham idade superior a 40 anos, esposas são jovens e adultas, entre 21 e 40 anos e as irmãs são da mesma geração que as esposas.

No cruzamento entre as faixas etárias dos entrevistados e das vítimas (vide Tabela III e IV), a leitura confirma dados anteriores da pesquisa fonte²³ desta e do período do final do século passado, entre as 80 vítimas dessa amostra, 90% (72) são homens e 10% (8) são mulheres; 41,25% tinham entre 18 e 25 anos de vida, seguidos de 27,5% daqueles que estavam entre 26 e 34 anos. Quando se faz a soma com as vítimas mulheres, estes percentuais

²³ A pesquisa FAPESP/PUCSP/CRAVI havia priorizado no universo dos homicídios, as vítimas maiores de 18 anos de idade, tendo em vista que à partir da maioridade ficava demarcada a concentração dessas mortes. Situação bruscamente alterada neste século, onde essa faixa de idade foi reduzida para 14 anos ou menos indo até os 29.

representam 42,5% e 31,25%, respectivamente. Ou seja, na faixa entre 18 e 34 anos de idade, havia 73,75% das vítimas. Em cada dez vítimas, sete eram jovens. Entre 35 e 51 anos, somaram 17,5%.

Os familiares femininos distribuem-se em todas as faixas etárias das vítimas, sendo que as mães, entre 41 e 60 anos (22,5%), perderam filhos entre 18 e 25 anos de vida, 13,75%, e mais 5% entre 26 e 34 anos de vida. As idosas com menos de 70 anos perderam filhos jovens adultos, e a de mais de 70 anos, os filhos tinham entre 35 e 51 anos. Os pais idosos perderam filhos entre 18 e 34 anos de vida. As irmãs concentradas entre 21 e 40 anos de idade são os parentes mais presentes entre as vítimas mulheres.

Com relação aos irmãos, concentram-se entre os adultos, os de 26 a 34 anos de vida. As irmãs, entre 18 e 20 anos, também participaram das entrevistas sobre irmãos, tão jovens quanto elas, na faixa entre 18 e 25 anos. As esposas concentram-se na faixa etária entre 21 a 40 anos (17,45%), sendo que os maridos perdidos (10%) estavam na faixa de 26 a 34 anos de idade e, 5% estavam entre 35 e 51 anos.

Considerando a concentração de jovens homens mortos, pessoas de todas as idades são impactadas com essa criminalidade, nenhuma faixa etária foi poupada, principalmente para os familiares femininos, onde há irmãs jovens e mães acima de 70 anos.

Em relação à cor (ver Tabela V), os entrevistados foram convidados a se auto referirem sobre a sua cor de pele. Como resultado, obteve-se que 52,5% se declararam pardos, 15% preto, 31,25% branco, somente um indígena 1,25%. A soma de negros, se incluirmos os pardos, é de 67,5%. Entre o grupo das mulheres, 33,33% declararam-se brancas e a maior parte se declarou parda, 49% e 15,9%, pretas. Entre os homens predominaram os pardos e pretos (9) 81,88%.

Ou seja, os familiares das vítimas estão concentrados entre os negros, o que significa que as vítimas também preservam essas origens. Desde o final do século passado, jovens, homens, negros e pobres têm se constituído no segmento de maior vitimação por morte violenta, sendo que, nesta década, os

crimes de homicídios, além de não diminuírem, invadiram as faixas etárias dos adolescentes. A concentração está entre 14 e 29 anos de idade. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2012; 2014).

Em relação ao grau de instrução (Tabela VI), 33,75% tinham frequentado até a 4ª série, percentual aproximado de 32,5% que cursaram entre a 5ª e 8ª séries, e somente 13,75%, cursaram o ensino médio.

Com relação ao estado civil, entre a totalidade dos entrevistados, (30) 37,5% se declarou casado, (20) 25% viúvos e (19) 23,75% solteiros. Os casados prevalecem sobre os demais, os solteiros e viúvos. (Ver Tabela VII).

Com a divisão sexual articulada a estes quesitos, mantendo a proporcionalidade de todos os entrevistados, obteve-se que entre os casados, as mulheres somam 22 (27,5%); os homens 8 (10%); nenhum homem se declarou viúvo, e entre os solteiros, 17 (21,25%) são mulheres e 2,5% de homens. Em relação ao total dessa amostra, os maiores percentuais ficam com as mulheres, em qualquer condição de casadas, solteiras e no total de viúvas.

Tendo como referência cada grupo de estado civil, e articulado com a divisão sexual, foi possível obter que entre os casados (30), 22 (73,3%) são mulheres e 8 (26,6%) são homens. Entre os 20 viúvos, todos são mulheres. Entre os 19 solteiros, 17 (89,46%) são mulheres e 2 (10,52%) são homens.

Quando se prioriza a divisão sexual em relação ao estado civil declarado, para o total de mulheres (69), 31,88% estavam casadas; 28,98% viúvas e 24,6% solteiras. Entre os (11) homens, 72,72% estavam casados; 18,18% solteiros. Os homens concentram-se em famílias onde a conjugalidade permanece.

Tendo em vista os diferentes arranjos familiares (ver Tabela VIII e IX) na vida real, em relação ao estado civil, buscaram-se informes sobre o estado afetivo²⁴ desses sujeitos e observou-se um percentual igual para aqueles que

²⁴ Estado afetivo foi a denominação criada na Pesquisa FAPESP/PUCSP/CRAVI para poder dimensionar o mais próximo possível do lugar real que o sujeito entrevistado encontrava-se

se declararam vivendo com companheiro e filhos e vivendo sozinhos com os filhos, 41,25%, respectivamente. Apesar da igualdade quantitativa, existem diferenças entre essas duas condições de vida familiar, quando se trata de homens e mulheres, ainda em relação ao total dos entrevistados.

Entre os que vivem com companheiros e filhos, 31,25% são mulheres e 10% são homens, para os que vivem sós com filhos, 40% são mulheres e 1,25% entre os homens. Quando essa situação é invertida para a prioridade da divisão sexual, para o total de mulheres (69), (25) 36,23% vivem com companheiro e filhos e (32) 46,37% só com filhos. O grupo de homens é bem menor que o das mulheres, sendo que entre os 11, (8) 72,72% vivem com companheiras e os filhos, igual percentual quando se declararam casados.

Pela totalidade desta amostra, quando a divisão sexual é articulada ao estado civil e ao estado afetivo dos entrevistados, no grupo masculino, mesmo que reduzido, os homens entrevistados, concentradamente, vivem nas famílias nucleares, com esposa/companheira e filhos. Exceção feita ao único marido entrevistado que se declarou solteiro e vive só com os filhos. No grupo feminino, as mulheres estão em todas as famílias, com ou sem companheiro, sendo casadas, viúvas ou solteiras.

Vale ainda demarcar que entre as esposas (18), (13) 16,25% vivem sós com os filhos e, dentre estas, a viuvez soma (9) 11,25% do total dos entrevistados. Para esse grupo das mulheres esposas, 72,22% vivem sós e com filhos.

Entre as mães (24), (10) 12,5% são casadas, destas (7), 8,75% vivem com companheiro e filhos, as demais vivem sós com os filhos. As viúvas somam outras (7) 8,75% sendo que (6) 7,5% vivem sós e com filhos. Ou seja, do total de mulheres mães, a metade vive sós com filhos, equivalendo a 15% dos familiares entrevistados.

em relação ao estado civil, visto que este não responde mais a totalidade dessa condição nos moldes tradicionais e oficiais desse quesito do perfil social. Homens e mulheres, solteiros, podem sentir-se, reconhecer-se casados afetivamente, serem pais e mães, chefes de família.

Entre as irmãs (17), as solteiras são mais da metade (9), sendo que representam 11,25% da soma dos familiares participantes das entrevistas que estavam distribuídas entre as que vivem com seus companheiros e filhos; as que responderam estar sós e vivem com filhos. As casadas somam (6) 7,5% e destas, metade vive com companheiro e filhos. No grupo dos homens, só há um irmão e vive com a companheira e filhos.

Entre as viúvas (20) 25%, dessa amostra, 15 (18,75%) do total dos entrevistados, vivem sós com os filhos, sendo que para esse estrato de estado civil, representam 75%. Nesta amostra a viuvez é feminina.

Diante destas análises, é possível observar que, nestas famílias, a vida conjugal declarada coube para 4 em cada dez entrevistados. Os homens adultos na condição de cônjuge/parceiros ou aqueles com quem se divide as responsabilidades da vida cotidiana estavam ausentes em mais da metade desses grupos familiares. Enquanto as mulheres estão em todos os arranjos familiares, inclusive é o maior grupo entre os casados, elas também estão naqueles em que é a única responsável, seja como viúva, solteira, divorciada.

Essa condição de famílias unilaterais retirada, quantitativamente, das entrevistas realizadas, traz um alerta importante e numa primeira análise, dois anos depois da morte de seus familiares, as mulheres permaneciam nestas famílias e nos locais violentos onde houve o homicídio. As mulheres entrevistadas estavam lá, antes, durante e depois dessas mortes, sendo assim, essa presença tem significado social e político, que vale o conhecimento e reconhecimento.

A presença do Estado e de outras forças sociais da sociedade civil e organizada eram frágeis ou ausentes, destas famílias e das mulheres. Para o atendimento médico, 63,75% dos entrevistados informaram que havia necessidade de buscar serviços de saúde fora de seu bairro de moradia, e outros 30% no próprio bairro. Para escolas de fácil acesso, mais de 3/4 (77,50%) dos entrevistados acenaram, positivamente, a este direito fundamental. Com relação à segurança, naquele período, a ronda policial, ainda era uma iniciativa pontual e não distribuída pela capital: 43,5% dos

entrevistados informaram que esse serviço era prestado em seu bairro, e 46,5% o negaram. As delegacias de polícia nos bairros visitados foram reconhecidas por 33,75% dos entrevistados, e com relação às Bases Comunitárias Móveis, somente, 13,75%. As escolas representam o único órgão público de maior acesso a essa população.

As mortes violentas, por causas externas e, nestas, os homicídios se constituíram na primeira causa de morte durante a última década do século passado, na cidade de São Paulo, quando foi feita essa coleta de dados. Os homicídios, na atualidade, são estimados entre 10 para cada 100 000 habitantes. Hoje, o primeiro lugar dessas mortes está para os acidentes de trânsito. Esses indicadores referem-se a um município do país, com mais de 11 milhões de habitantes, detêm o terceiro lugar numa lista orçamentária no Brasil, precedido primeiro pelo Governo Federal e, em segundo pelo Governo Estadual de São Paulo. Representa a maior cidade da América Latina e está entre as cinco maiores do mundo. Ela tem indicadores sociais de maior renda e tem nos programas de transferência de renda, contingentes populacionais semelhantes aos de mais de 500 000 mil habitantes.

Entre a grandeza da metrópole, a fragilidade estatal em responder integralmente aos direitos dos cidadãos, no terreno da cidadania burguesa, busca-se entender melhor como o impacto desses crimes é traduzido nas vidas das vítimas indiretas. Vale retomar características gerais dessas mortes e, principalmente, sobre as ações do Estado, diante do crime e a forma como responderam a esses familiares.

Uma das características mais importantes era o fato de as mortes ocorrerem com proximidade à moradia das vítimas e ter presença no cotidiano dos entrevistados. "Entre as respostas coletadas nas entrevistas, não foram raras as expressões: "escutei uns tiros"; "foi morto perto de casa [...] ela ouviu os tiros" ou o autor "chegou no bar e deu os tiros". Nessa exposição compulsória à violência fatal, os entrevistados relataram seus conhecimentos sobre as circunstâncias, suspeitas e motivações de como as vidas de seus familiares foram retiradas.

Morar e morrer em locais próximos possibilitou demarcar que no mapeamento (anexo 1)²⁵ dessa mortandade, os homicídios tinham lugares, endereçamentos, territórios definidos onde ocorriam rotineiramente. Mudavam os nomes das vítimas e às vezes, nem isso, pela situação dos homônimos, só resolvido com a identificação dos nomes das mães. As famílias impactadas eram vizinhas ou residiam no quarteirão de cima ou noutra rua perpendicular, paralela. Todas ocorridas nas mesmas regiões de distanciamento geopolítico do Estado, pelo governo municipal ou estadual. Os Boletins de ocorrência tinham esses informes, traduzidos nos relatórios estatísticos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e o geoprocessamento estava sendo instalado na Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo.

Nos registros policiais (BO) que deram origem a esses Inquéritos Policiais foram registrados como de autoria desconhecida, sendo que os entrevistados na pesquisa, quando questionados acerca dessa autoria, responderam ter algum conhecimento sobre ela, 35 (43,7%) e 45 (56,2%) têm o desconhecimento. Poder-se-ia inferir que a cada dez entrevistados, 4 têm algum conhecimento sobre quem foi o autor do crime praticado contra seu familiar e, a maioria não tem.

Quando localizamos essas mortes nos locais onde ocorreram, nas zonas Oeste, Norte e Sul, correspondente às 3ª, 4ª e 6ª Delegacias Seccionais de Polícia da capital do Estado de São Paulo, foi possível observar uma ordem crescente, referentes às afirmativas do referido conhecimento: 3,75% (zona oeste); 16,25% (zona norte) e 23,75% (zona sul), respectivamente. Na mesma ordem, obteve-se para a o desconhecimento 7,5%, 13,75% e 35%. Somente na zona norte, na 4ª Delegacia Seccional, os entrevistados, dessa região, responderam de forma que houvesse uma proximidade maior entre aqueles que declararam ter esse conhecimento sobre os suspeitos da morte de seus parentes e os que responderam negativamente.

²⁵Na Pesquisa FAPESP/PUCSP/CRAVI, o mapa dos homicídios, feito em 1998, demonstrou essa característica, para o universo daquela pesquisa, a amostra e, por esta razão é referência a este estudo. vide anexo 1

A zona sul da cidade São Paulo, naquela década, concentrava os maiores índices de homicídios, tendo nos distritos de Capão Redondo, Parque Arariba, Jardim Santo Antonio, Jardim Ângela e Jardim São Luiz os que se alternavam, anualmente, em relação aos primeiros lugares de "ranking" de mortandade. É nessa região que a amostra ficou maior em relação às demais.

Procurando demarcar diferenças ou semelhanças entre homens e mulheres entrevistados, entre aqueles que tinham conhecimento sobre a autoria do crime, ou pelo menos suspeitas, somaram 35 (45%) do total, e destes, 31 (38,75%) são mulheres e 4, (5%) homens. Distribuindo essas mulheres nas famílias, as mães somaram em dobro, em relação às esposas e irmãs. Então, elas representaram 13 (16,25%), seguidas de 6 esposas e 6 irmãs e mais 6 outros parentes femininos, cada um corresponde a 7,5% do total dos entrevistados. Entre os 4 homens que detêm esse conhecimento, 2 (2,5%) um irmão e outro parente, ambos com representação 1,25% cada. Internamente ao grupo feminino e o masculino, este conhecimento refere-se a 44,9% (31) para as mulheres e 36,36% (4) para os homens.

Para a maioria que respondeu desconhecer a autoria do crime de seu familiar, 45 (56,2%) dos 80 entrevistados, 38 (47,5%) são mulheres e 7 (8,75%) homens. Entre o grupo maior, 11 (13,75%) são mães, igual quantidade para irmãs e 12 (15%) esposas. Outros parentes femininos somaram 4 (5%). Entre os sete homens (8,75%), 4 eram pais (5%), um marido e um, de outro parente, valendo (1,25%) cada um. Quando se considera esse desconhecimento para cada um dos grupos de homens e mulheres, separadamente, os primeiros representam 63,6% e o segundo, 55%.

Entre o total de mães e outros parentes femininos, metade mais uma informou ter esse conhecimento, entre as esposas, esse valor é de um terço, as irmãs um pouco menos das esposas.

Nas relações violentas, o único poder da vítima está restrito a seu conhecimento de quem conhece a trama da rede da violência em que foi aprisionada. Nesse sentido, quem vive relações violentas nestes territórios

dominados pelo uso arbitrário do poder e da força de grupos sociais, articulados com o narcotráfico e tráfico de armas, mesmo estando no lugar desigual dessa balança, tem algo a dizer. São sujeitos dessa realidade e, deste lugar: 32,50% dos familiares relataram que o autor do crime convivia com a vítima e 17,50% negaram. Entre aqueles que confirmaram esse convívio, 16,25% assinalaram que foram vizinhos (um por causa do conserto da rede de esgoto que não foi realizada no tempo combinado; um que tinha matado oito pessoas no bairro, apertou a campainha e atirou na vítima; um porque a pipa não parava de cair no seu quintal...) 6,25% citaram os traficantes, 2,50% para matador (um, contratado por ex-patrão da vítima e uma esposa traída pelo marido traficante) e entre outros, 8,75%.

Não precisa existir motivação e nem importa qual seja, retirar a vida do outro é uma possibilidade permitida social e culturalmente. O conflito passível de negociação estava ausente dessas relações, aparentemente, no território do comércio ilegal das drogas e armas e com algum tipo de permissividade institucional dos poderes dominantes, parecia não haver necessidade de conter o impulso agressivo de destruir o outro. Nem é mais um ato individual, é social. Matar e morrer, apesar de todas as conquistas dos últimos séculos em termos de direitos humanos, não impediu a banalização e descartabilidade de vidas, principalmente dos segmentos mais explorados e dominados da sociedade.

Vale o reforço e continuidade dessa descrição, apontando para a permanência dos entrevistados nas moradias, que foram citadas nos Boletins de Ocorrência, representam, provavelmente, pouca ou nenhuma alteração em relação às condições objetivas de vida. Assemelham-se a quando as vítimas estavam vivas, que em sua maioria tinham renda entre 1 e 3 salários mínimos. Permanência na violência social, de classe, estrutural e na exposição a essa criminalidade. O desafio era de se manterem vivos diante da facilidade em se exterminar a vida do outro. O Estado via proteção e segurança, ficou ausente, apresentando-se para confirmar a morte, na sua ocorrência e não na prevenção.

Para o total dos homicídios deste estudo, aproximadamente 3/4 das famílias foram procuradas pela Polícia depois das mortes, destas, segundo os

entrevistados, 61,3% informaram que alguém de sua família tinha acompanhado a constituição do Inquérito Policial, dentre estes 53,8% foram as mulheres declarantes e 7,5% entre os homens.

Nessa busca, para conhecer melhor a participação das vítimas indiretas diante do Estado, via burocracia jurídico-legal, desde o registro do crime e da abertura do processo e conseqüente julgamento, procurou-se articular resultados obtidos diretamente dos entrevistados e os que se colheram nos processos consultados nas Varas Criminais. Fazer uso de duas fontes diferentes, a entrevista e o relatório da leitura de um documento oficial, é um desafio no sentido de manter a fidedignidade dos informes. Por esta razão, mais importante é conhecer o conteúdo que cada fonte possui sobre a mesma informação, procurando se distanciar do confronto visando buscar a verdade. O que vale é a premissa de que cada fonte contém fragmentos da totalidade e o uso articulado destas possibilita maior aproximação do real.

O conhecimento declarado, na época da coleta de dados, provavelmente, já havia passado pelo processo da memória seletiva, para relatar o ocorrido. Os entrevistados teriam tido oportunidades anteriores de exporem mais essas situações e de as reelaborarem conforme o interlocutor, um amigo, outro parente, um vizinho que tivesse vivido situação semelhante, a Polícia, a Promotoria Pública e o Judiciário. Mas entre os entrevistados, um quarto não referiu ter sido procurado pela Polícia depois da morte e o nível de desconhecimento sobre a ação estatal é preocupante. Entre os que não sabiam e os que responderam "não sei", sobre a abertura do processo judicial, somaram-se 66,30%. Isso se desdobra sobre o acompanhamento do processo onde esse percentual sobe para 82,5%. Quanto ao que foi feito sobre o processo, esse percentual é de 68,75%. Para aqueles que sabiam informar, 8,75% informaram sobre o arquivamento do inquérito policial, contra 1,25%, citando o andamento. Para o arquivamento dos processos judiciais, 8,75% e 10% para processos em andamento. Homens e mulheres estão distribuídos nestes quesitos.

Esses dados demonstram que entre a abertura e o acompanhamento do processo, o distanciamento entre os cidadãos e o Judiciário ficou maior, 17,5% informaram que havia alguém da família nessa fase; um terço, não, e quase a metade, 46,25%, não respondeu a esse questionamento, porque, anteriormente, nem sabiam informar sobre os procedimentos na Polícia e no Judiciário.

Confrontando esses dados das entrevistas com os que foram retirados dos processos consultados nas Varas Criminais sobre essas vítimas, parece independer a declaração de conhecimento ou não dos entrevistados sobre a autoria do crime, assim como em relação ao acompanhamento da constituição do Inquérito Policial, em 67,6% houve o arquivamento judicial.

Mesmo havendo esse arquivamento processual, o importante é o comparecimento desses familiares nos depoimentos nas Varas Criminais. Há a exigência da presença compulsória nessas audiências e pela quantidade de pessoas presentes, familiares e terceiros, há uma demonstração de querer participar, mesmo que isso não signifique poder falar do que sabe sobre a violência e as circunstâncias das mortes. Entre ter as suspeitas sobre o conhecimento da autoria do crime e poder testemunhar, existe uma distância profunda, considerando as possibilidades de retaliação contra sua própria vida ou a dos demais familiares. A exposição à violência no território permanece, antes, durante e depois dos homicídios. Isso é um risco.

Para a soma de 80 entrevistados, foi identificada, nos processos judiciais, dentre as testemunhas na(s) audiência(s), a soma foi de 188 pessoas, representando 147% em relação aos sujeitos desta pesquisa. Neste estudo, as mulheres somavam 69 (86,25%) e os homens 11 (13,75%). Nas Varas Criminais, elas somaram 113 (60%) dos que prestaram depoimentos e eles, 75 (40%).

Entre as testemunhas, são convocados todos os definidos pelas autoridades judiciais. Nesse sentido, além dos familiares, há aqueles que na constituição dos inquéritos policiais tinham algum tipo de informação sobre o crime. Nos registros, observaram-se policiais que atenderam o fato, ex-

esposas, namoradas, vizinhos, comerciantes locais, terceiros, enquanto pedestres, ao passarem nas ruas, viram os corpos e foram os primeiros a acionaram a Polícia, novos moradores das casas onde ocorreu o homicídio, amigos, colegas de trabalho, suspeitos, outras vítimas sobreviventes dos mesmos crimes.

Entre os familiares femininos, somaram-se 99 (52,65%) do total dos depoentes, entre os masculinos 52 (27,65%). Os demais têm um total de 14 (7,44%) para as mulheres e 23 (12,23%) para os homens. Procurando discernir sexo e relações de parentesco entre os familiares, na condição de testemunhas, nesses processos, as mulheres somam a maioria, sendo que mães somaram 36 (19,14%), seguidas das irmãs das vítimas 26 (13,82%) e as esposas 19 (10,10%). Entre os familiares masculinos, obtiveram-se 13 (6,91%) pais, 21 (11,17%) de irmãos.

Mulheres estavam presentes nas casas por ocasião da pesquisa de campo e mantêm a predominância entre as testemunhas nos Fóruns Criminais. Enquanto as mães, entre as entrevistadas, representariam nesse total de depoentes, (24)12,76%, subiram para 36 (19,14%), as irmãs somavam 17 (9%) e nos processos somaram 26 (13,82%). Os pais, nas casas, representariam nesse total de depoentes 5 (2,65%), no entanto, mais que duplicaram 13 (6,91%) nessa relação institucional com o Judiciário.

Esse tipo de resposta do sistema de segurança e justiça gera impunidade e indica que as vítimas indiretas se percebem sozinhas, não sendo reconhecidas como sujeitos de direitos. No plano individual, o medo e a impotência ganham espaço, quando nas relações violentas não se vislumbram as possibilidades de ruptura desse ciclo. Há um movimento contraditório, entre acatar o silenciamento, imposto de fora para dentro, para resistir. Ceder para garantir sua integridade e a dos seus e a tentativa de busca de ajuda visando saídas. Pode-se inferir que esses familiares foram movidos por esses elementos e tantos outros de natureza subjetiva que informaram à Polícia sobre o conhecimento que detinham sobre o suposto autor.

Nessas circunstâncias, se esse tipo de atitude e comportamento não é reconhecido como legítimo e de direito, as vítimas perdem confiança em permanecer neste "lugar" de participante, colaborador junto ao Estado. Esses sujeitos esperavam que investigações necessárias fossem feitas para identificar o suposto autor e se reunissem provas para se efetivar o julgamento de direito.

Na lógica do engendramento da violência, que culminou na morte de seu familiar, não cabe essa exposição individual ou familiar sem proteção, segurança pessoal e políticas especiais de contenção dessa liberdade, às avessas, para ostentar o poder de vida e morte de um sobre o outro. Os limites entre a civilidade e a barbárie se tocam profundamente.

3.2 Sobre diários de pesquisa, entrevistas e processos: articulação entre violência fatal e as repercussões desta nas vítimas indiretas

Nessa fase da análise, ficam mais evidentes os desafios metodológicos entre a articulação das fontes de pesquisa, deste estudo, na coleta de dados sobre o impacto dos homicídios nas vítimas indiretas. Nos diários de pesquisa, o olhar e a perspectiva dos pesquisadores de campo têm presença marcante. Registrar o observado exige imparcialidade e, não exatamente, neutralidade, sendo assim, o sujeito pesquisador está na situação como terceiro ou estranho ao ambiente observado e, portanto, a cena já está alterada, não é a mesma do cotidiano pretendido. As exigências dos processos investigativos de natureza científica, quanto à capacitação e treinamento de pesquisadores, se constituem em quesitos básicos.

A explicitação e compreensão sobre o delineamento da perspectiva teórico-metodológica do estudo, os roteiros de observação com maior ou menor liberdade de ação compõem outro conjunto de formação e socialização com a equipe de campo de pesquisa. As noções dos diários como complementares ou como principais registros de observação são elementos mais do que importantes, para que as descrições sejam registradas o mais próximo da realidade. Descrições em níveis diferenciados e articulados, umas mais, outras menos, com análises, reflexões do sujeito observador diante do

observado. Sujeitos pesquisadores observando sujeitos pesquisados na própria relação de pesquisa. Observam os outros e a si próprio. Esses registros nos diários têm diretividade, mas nem tanto: o pesquisador de campo tem autonomia nessas redações.

O registro manual das respostas às questões abertas segue a lógica interna dos roteiros, a dinâmica e a direção atenta e cuidadosa das relações entre entrevistador e entrevistado, bem como o tempo da entrevista e o espaço destinado aos registros. A relativa diretividade da pesquisa transparece na escolha e adaptação do roteiro do instrumento de coleta.

O registro da leitura dos documentos oficiais e os processos judiciais foram realizados via relatório, elaborados através de um roteiro semi-estruturado, com quesitos mais objetivos e diretos (data da morte, da abertura do inquérito policial e a do processo, do último procedimento adotado, até o momento daquela coleta), assim como as informações sobre o conteúdo dos depoimentos das testemunhas. Exigia uma redação dos pesquisadores que pudesse ser objetiva e sintetizasse os principais elementos relativos aos testemunhos: como, o porquê e as circunstâncias do crime. Interessava saber se os familiares relatavam o que sabiam sobre as mortes, as suspeitas para as autoridades e as respostas estatais diante desse conhecimento. Forma e conteúdo estão articulados e, diferenciadamente, transparecem nas redações.

Nos diários, essa articulação é mais variável, ora predomina a descrição, ora a análise, ora as impressões pessoais dos sujeitos observadores.

Na capacitação e treinamento desenvolvido para a equipe de pesquisadores do campo da pesquisa fonte desta, foi incentivada e permitida uma participação maior destes na própria pesquisa. Os procedimentos técnicos e a imparcialidade deveriam ser mantidos na coleta e registro dos dados: no entanto, a adesão política àquele processo investigativo foi de extrema importância. Aqueles observadores implicaram-se, eticamente, com a busca de informes que pudessem fazer entender melhor o impacto dos homicídios e, principalmente, as demandas diante dessas mortes.

O poder de contaminação da violência e suas manifestações em todos os sujeitos envolvidos na pesquisa estariam presentes e, assim, foi considerado desde o planejamento inicial do campo, pois os pesquisadores que fariam o campo estariam num ambiente estranho e de alguma maneira vivenciariam parcela daquele cotidiano violento, fosse pelo uso do transporte público, precário, para o acesso aos bairros, a andança à pé, pelas avenidas e ruas, buscando o endereço e as famílias das vítimas selecionadas. Tinham conhecimento de que em algumas das regiões para onde se dirigiam havia concentração de mortes em locais muito próximos.

Ou seja, a exposição dos entrevistadores à violência, naqueles territórios, poderia trazer algum impacto na coleta em si e neles próprios, dificultando o acesso a essa realidade. Mas de outro modo, traria a observação feita por eles próprios, na condição em que se encontravam: com o olhar, leitura e interpretação do estranho, do terceiro num ambiente e local, diferentes, embora dentro da mesma metrópole em que também eram moradores, eleitores, consumidores, cidadãos. Impressões objetivas e subjetivas estão presentes: é com esse conjunto de registros que se busca demonstrar a contribuição dos diários, bem como na articulação destes, com os demais instrumentos.

Para esse estudo, ao selecionar a documentação completa de 80 vítimas, identificou-se que 18 pesquisadores de campo realizaram as mesmas entrevistas, registraram as repostas do roteiro e redigiram os diários correspondentes aos mesmos entrevistados. Eram 14 mulheres e 4 homens: todos profissionais universitários, com exceção de um estudante da graduação, incluindo três supervisores e o coordenador geral desse campo.

Todos elaboraram diários descritivos ou reflexivos, tendo prevalecido as redações que oscilam entre uma modalidade e outra. Por outro lado, percebem-se diferenças entre as primeiras e as últimas redações do mesmo pesquisador.

Existem vários estilos de redação reveladores das escolhas feitas pelos entrevistadores, quanto aos elementos a serem priorizados na descrição do que estava sendo observado. As descrições sobre a geografia física do local e sobre o ambiente nas ruas e nas casas estão na quase totalidade dos registros. A locomoção entre o escritório regional e o local, o transporte utilizado, situações particulares neste trajeto e na busca pelos endereços e sujeitos da pesquisa, apresentação dos pesquisadores e dos objetivos da pesquisa foram os registros de teor mais descritivo, semelhantes aos diários de pesquisa. Os entrevistadores se dirigiram aos domicílios dos entrevistados, as observações foram feitas *in loco*. Todas as preocupações com o território eram porque, naquele período, as mortes violentas estavam concentradas em regiões desta metrópole com indicadores sociais de maior exclusão social e distanciamento geopolítico do Estado com os bairros. As observações e posteriores registros deveriam ser feitos na articulação destes elementos metodológicos com as expressões de violência percebida pelos entrevistadores.

Dois dos 8 casos que escolheu-se para cotejar as informações obtidas, através dos diários e das entrevistas domiciliares, eram homens, respectivamente, pai e marido de duas vítimas: na entrevista, ambos declararam não ter conhecimento da autoria do crime, embora um deles tenha prestado depoimento no processo, afirmando que sabia quem era o autor. Mas, ambos os processos criminais foram arquivados.

Dentre as seis mulheres entrevistadas, quatro declararam que o autor do crime era conhecido e duas negaram. Para as esposas entrevistadas, correspondiam dois processos, ainda não arquivados, um suspenso e outro com dilatação de prazo. Para as demais, restou o arquivamento, havendo uma exceção: para uma das mães, o processo estava em andamento e o último procedimento registrado havia sido encaminhado ao DHPP. Para outra, houve o arquivamento também, mas, sem que nenhum familiar ou testemunha tivesse comparecido à Vara Criminal, por ocasião das audiências.

Entre as irmãs, entrevistadas, houve uma situação de homicídio coletivo, quando as vítimas foram mortas no mesmo dia e local, sendo um homem e uma mulher.

Metodologicamente, o processo investigativo de natureza científica, para fins de estudo da violência, considerando seus mecanismos de produção e reprodução, quanto mais articulações estabelecer entre as diferentes fontes de informação, maiores serão as possibilidades de se aproximar da vida real dos sujeitos e das relações violentas determinadas e determinantes desse cotidiano. O impacto não fica restrito à sobrevivência ou ao sofrimento individual, mas àquele que tem origem social e de forma fecunda atinge a subjetividade dos sujeitos, a vida.

3.2.1 Fragmentos da vida real, contribuição diferenciada das fontes de pesquisa

Quando os homens são entrevistados...

Entre os diários relativos aos homens entrevistados, um foi elaborado no início da coleta de dados pelo entrevistador Arnaldo. O relatório é de natureza mais analítica do que descritiva. Identifica a data da entrevista, informa que foi marcada, anteriormente, com o entrevistado. Sintetiza com análises relativas às suas impressões diante da entrevista realizada. Faz uma referência mais do que importante sobre várias mortes violentas da mesma geração, três filhos do entrevistado. No entanto, os quesitos relativos ao diário de pesquisa, contendo a descrição sobre suas observações da região, da casa e do desenvolvimento da entrevista, ficaram prejudicados. Reduziu sua participação, como pesquisador de campo, a um parágrafo:

[...] Entrevista realizada com o pai da vítima Sr. José, que demonstrou total descrença com qualquer iniciativa de investigação por acreditar ser totalmente infrutífera. Ele acredita que a “lei do silêncio” é a única que rege a vida dos pobres das periferias. Afirma ainda que **três filhos foram assassinados pelo mesmo motivo: envolvimento com drogas**. Não culpa qualquer pessoa, além dos próprios filhos, pelo seu trágico destino. (grifo nosso)

Enquanto o diário é de natureza complementar, realizado na fase inicial da coleta, foi possível observar a importância da descrição solicitada, tendo em vista que o entrevistador suprimiu essa contextualização.

No relatório da entrevista do Sr. José, Arnaldo registrou a resposta sobre o conhecimento do entrevistado em relação à morte do filho: "Nada. Só quando ele morreu um amigo veio avisar aqui na porta". No que se refere às dificuldades, o entrevistado respondeu "nenhuma". No entanto, para as necessidades falou de sentimentos:

Tristeza. Não tem nem o que falar... Sentir eu senti desgosto. A gente trata o filho até ele crescer e depois ele não segue o que a gente ensinou e se envolve com essas coisas. Eu falei pra ele que se ele continuasse com isso, a vida seria mais curta. E foi.

E, para o questionamento sobre sentimentos, especialmente, em relação à morte da vítima, segue com o desalento vivido: "Nada. Não gosto nem de falar nisso. A gente não sabe nem por onde começar quando isso acontece. Então é melhor parar tudo e tocar a vida".

A violência tem esse poder de atravessar, eticamente, os sujeitos. O entrevistador, nessa implicação, priorizou demarcar suas impressões e análises, acompanhando o revelado pelo entrevistado.

Este senhor, por sua vez, demarca a solidão, o isolamento e o sentimento de culpa, provavelmente por acreditar que diante das prerrogativas do gênero, enquanto homem e pai deveria oferecer uma criação e educação aos filhos que pudesse afastá-los ou livrá-los das armadilhas provocadas pelas desigualdades sociais. Deveria ter sido potente e não o foi. Alienado, caminha pela descrença e pelo desalento. Quando se articulam os dados recolhidos na entrevista e os do processo do filho morto do Sr. José, é possível referendar a crítica do entrevistado, sobre a falência do Estado e a exposição à violência, concretizada na sua região e em sua vida.

Essa coleta foi feita, em setembro de 2001, e o inquérito desse crime estava parado, no mesmo ano em que a vítima tinha sido morta, em 1999. Nem o croqui necroscópico do corpo constava dos autos. Ele, mais dois filhos e um vizinho compareceram para prestar esclarecimentos. Homens dessa família foram mortos, homens na relação com o sistema de segurança e justiça. O impacto da violência e criminalidade na vida deste entrevistado, enquanto homem, pai e vítima indireta do homicídio de seu filho, revelou, através da pesquisa, a repetição dos crimes em sua família. Todos os homens jovens e na fase adulta, todos da mesma geração, filhos, todos com envolvimento com o uso de drogas, todos na mesma região de sua moradia. A angústia em que vive, se sentindo impotente, diante de tamanha arbitrariedade e aviltamento de direitos o consome e, do ponto de vista do Estado, o mantém alienado o suficiente para que não se mobilize politicamente, contra esse descaso e irresponsabilidade com relação à participação estatal na prevenção, proteção e segurança de si e de seus familiares. Seu testemunho é ocultado.

O segundo diário, relativo a homens entrevistados, refere-se ao Sr. Manoel, único marido/amasio desta coleta. Foi realizado no final da coleta de dados, em março de 2002, por duas entrevistadoras, Yolanda e Vitória, sendo que a primeira elaborou o diário e ambas o assinaram.

A descrição aponta o local, reconhecido na pobreza e na aparência de não tranquilidade, a recepção do entrevistado e o desenvolvimento da entrevista. As análises ficaram por conta do mal estar que o conteúdo da entrevista provocou em Yolanda. Quanto ao local "[...] A rua foi encontrada facilmente, sua numeração é irregular, ela é asfaltada, longa e estreita. As casas são muito simples, mal acabadas e o local não aparenta muita tranquilidade."

Na continuidade, cita a recepção e o início da entrevista:

Encontramos o número XXX, fomos recebidas pelo Sr. Manoel, marido da vítima; ele estava na janela da cozinha, que dá literalmente para a rua. Apresentamos-nos e explicamos o objetivo da pesquisa, ele nos recebeu muito bem.

O desenvolvimento da entrevista:

Começamos a conversar na cozinha, sua filha [...] acompanhou a entrevista até as 12:30hs., depois foi para a rua. Por volta das 12:50hs [...] foi para a escola, ao mesmo tempo, a filha mais velha chegou da escola; Roberta sentou conosco, então nos apresentamos e explicamos o nosso objetivo. Já quase no fim da entrevista ela começou a contar sobre a morte da mãe, mesmo já sabendo a versão do entrevistado, nós a ouvimos por um bom tempo. O relato sobre a morte foi um pouco diferente, o que ela nos contou não consta no instrumental, já que o entrevistado era o seu pai.

O texto é revelador de um conjunto de questionamentos e, nessa medida, as reflexões de natureza metodológica, ética e teórica, tomam contornos intrincados. A descrição do desenvolvimento da entrevista é importante, pois revela a forma espontânea como as entrevistadoras conduziram-na, além disso, não ocultaram os problemas vividos, nem os éticos. Um dos mais importantes foi a presença de menores de idade no recinto e, seguramente, este foi um elemento cuidado no treinamento e capacitação, principalmente porque se estimava que as famílias morassem em residências pequenas e, provavelmente, o espaço para as entrevistas seria restrito. Além disso, todos são expostos à violência, e a intenção era a de não reforçar essa exposição com as entrevistas domiciliares. Crianças e adolescentes têm contato e impacto da violência fatal. Esse deve ter sido o motivo detonador do mal estar da entrevistadora, relatado a seguir.

[...] na hora de ir embora, a Vitória deu um beijo e um abraço na Roberta, eu queria fazer o mesmo, mas estava com medo, poderia chorar a qualquer momento; mesmo assim, a beijei e abracei, foi o tempo de colocar o pé na rua e então chorei muito, fiquei muito abalada e então fomos embora, conversei com a Vitória, o que me deu um certo conforto. Eu fiquei preocupada, pois não trabalho sozinha, até sugeri outra visita, Vitória disse para eu não me preocupar, pois ela também estava muito abalada; resolvemos, então, não continuar no campo. Fiquei muito chateada, sempre me julguei forte e nunca, desde outubro, isso me aconteceu; achava que tinha total controle sobre meus sentimentos, mas dessa vez não deu.

Yolanda, a entrevistadora, foi tomada de emoção, em função do relato de Roberta, a filha do entrevistado. Não esclareceu sobre as diferenças entre os dois relatos ouvidos sobre o mesmo crime. Ficou sensibilizada com o fato de meninas terem vivido esta perda, de natureza violenta, dentro de casa e na presença de adultos.

Na entrevista, os registros são mais esclarecedores, para podermos entender esta situação e verificar a complementaridade das fontes de informação. Com relação à morte, ele respondeu:

Um vizinho que cresceu na rua, se envolveu com drogas e por conta do uso, matou 8 pessoas, sem motivo nenhum. Uma noite ele tocou a campainha, o entrevistado que estava de cama, por conta do fêmur quebrado, falou para a mulher não atender porque ele estava muito drogado. Ela quis atender para ele parar de atormentar. Quando ela o atendeu ele deu 6 tiros na cabeça, 1 no pescoço e 1 na perna. As outras vítimas morreram da mesma forma, em outra ocasião.

Com relação ao impacto causado a ele e a sua família, relatou:

Quem mais sofreu com a falta dela fui eu, minhas filhas superaram, eu fiquei deprimido no começo, mas superei. Além de ter que sair de casa correndo, sem dinheiro, estava desempregado e fui morar em São Bernardo, tive que pagar aluguel e deixei a casa fechada. Não consegui vender porque é terreno da prefeitura. Quando o cara morreu (autor do crime) voltei com minhas filhas.

Ou seja, pelos relatos, a violência provocou a mudança de moradia, por medo do homicida, já era conhecido por essas atrocidades e, de alguma maneira, contava com permissividade para viver dessa forma e repetir os crimes. Na espiral da violência, foi morto, também.

Pela leitura do processo relativo a essa vítima, o depoimento é semelhante, sendo que a mãe da vítima fez o reforço deste esclarecimento, informando que uma das netas foi chamá-la e informou o nome do homicida. As filhas da vítima presenciaram o crime. Em termos judiciais, a morte ocorreu em 1999, o homicida foi morto no decorrer do andamento do processo, e este

foi arquivado no ano de 2000. Não existem observações relativas à busca do suspeito e prosseguimento da ação judicial. Há os depoimentos, no mesmo mês da morte, o arquivamento, no ano seguinte.

Quanto aos entrevistados, pai e marido revelam sentimentos de injustiça, impunidade, tristeza e impotência diante da violência a que todos estão expostos. O marido permanece solteiro e vivendo sozinho com os filhos da primeira e segunda união conjugal. O pai vive com a esposa e outros filhos.

Quanto aos diários, percebe-se a necessidade da articulação entre descrição e reflexão. A prioridade absoluta num desses elementos prejudica o resultado final. Sendo complementar ou única forma de coleta, na pesquisa social, parece fundamental. O tempo e a experiência no campo, supervisionada e refletida, fez diferença. Entre o primeiro diário e o segundo, há uma distância de seis meses de campo. Se no inicial, a descrição ficou subestimada, no segundo, já tinha sido apreendida.

Quando se trata de violência, esta é insidiosa e atua em todas as dimensões da vida em sociedade. Pesquisadores não ficaram ilesos a essa contaminação. O entrevistador homem foi afetado e caminhou para a análise intelectual e política e a entrevistadora ficou abalada, emocionalmente, com o fato de ter tido uma escuta para o relato de uma menina testemunha presente na execução de sua mãe. Rigorosamente, deveria ter criado uma estratégia para que o depoimento da menina não ocorresse, mas a ambientação da entrevista sensibilizou-a e, não atuou, nesse sentido. A presença no campo, com o recolhimento de dados, sobre relações violentas, começou a demarcar, de alguma forma, os limites pessoais da entrevistadora sobre esse trabalho. Eticamente, percebeu-se implicada, como sujeito e cidadã, como mulher e como profissional. Reconheceu a necessidade de escuta da menina, que não foi ouvida como vítima de violência e do crime.

Caso esse relato fosse suprimido, também não se teriam obtido estes elementos de análise, com referência à exposição cotidiana de crianças e

adolescentes à violência e à criminalidade, e tudo indica que integrou a formação e o desenvolvimento destas.

Entrevistadores interagiram com o ambiente e os entrevistados. Interação, essa, demonstrativa das leituras feitas e traduzidas nos registros. Sem adentrar nos labirintos entre o observado, o registrado na memória seletiva e a redação elaborada nos diários, mesmo assim, ainda tem-se uma riqueza de elementos dos fragmentos das relações violentas, tanto entre a força compulsória da criminalidade e o isolamento e abandono dos familiares, aqui, os homens entrevistados. Vale ainda o reforço de que nenhum deles, seus familiares, inclusive, as meninas citadas, foram atendidas em serviços especiais para lidarem com a dor e sofrimento advindos dessas mortes. Tampouco com o desalento em relação aos direitos violados ou com uma reparação financeira por esses danos. Vale salientar que nem eles próprios foram movidos por esse luto para alguma mobilização política que os retirasse dessa individualidade cruel a que foram submetidos.

O exercício ideológico do pensamento dominante, as forças do capital internacional, vinculadas ao comércio das armas e drogas, com espaços concedidos sejam sociais ou do Estado, atingem seu auge máximo. Há, assim, o desprezo pela vida humana, sem que haja um contexto de guerra. Era e é a vida cotidiana em sua manifestação.

Quando as mulheres são as entrevistadas...

Para os diários relativos às entrevistadas, a documentação é maior, selecionaram-se seis, significando relatórios assinados por cinco entrevistadores. Yolanda, que já fez entrevista e diário com o Sr. Manoel, aqui, fez parceria com Sabrina, nas entrevistas relativas ao homicídio múltiplo, entrevistando as irmãs das vítimas e um terceiro diário com uma das esposas. Vitória registrou o diário de uma das mães, e Francisca de outra. A segunda esposa foi entrevistada por Alda.

Esses relatos configuram-se mais como diários de pesquisa, com descrições relativas à geografia física dos locais e à percepção do ambiente, ambos indicando elementos relativos à exclusão social, expressa na infraestrutura urbana, no transporte público, nas casas e nas entrevistadas; ao desenvolvimento da entrevista e suas particularidades, do início até o final.

O conteúdo dos relatos está articulado com a violência e o impacto dos homicídios nos sujeitos da pesquisa, e é nesta articulação que transparecem as variações dos registros. Há dois diários diferenciados. Num destes, o relato se aproxima mais das anotações de campo, realizadas pelos antropólogos, do que a redação comum aos entrevistadores desta equipe. Noutro, é mais descritivo, do ponto de vista dos desdobramentos do homicídio, com identificação do autor, e o fato de a entrevistada acompanhar o inquérito e o processo. O julgamento ia ocorrer meses depois da entrevista realizada para a pesquisa. Situação única dessa amostra.

Considerando que os diários estão agrupados por sexo e relação de parentesco com as vítimas fatais, essa organização permanece, e em seu interior, por dentro das análises, demarcam-se as características dos registros e articulação entre as fontes de coleta de dados (diários, entrevistas e processos criminais).

As mães...

Os diários relativos às mães são densos e complexos, sendo que o primeiro refere-se a uma mãe, nomeada como Sra. Filomena, entrevistada por Francisca.

Francisca elaborou um diário a partir do momento que chegou ao condomínio de moradia da entrevistada. Retirou do texto, o bairro, as imediações e priorizou as primeiras aproximações entre ambas.

Já era tarde quando cheguei ao condomínio e falei com o porteiro que imediatamente ligou para Dona Filomena que se

dispôs a me receber. Ele jogou as chaves pela janela, pois morava no 2º andar, quando cheguei ao andar a porta já estava aberta e ela estava sentada numa bonita e bem mobiliada sala com dois ambientes. Conforme a voz me solicitou, entrei na casa. Estranhei o comportamento em uma casa quase não posso ficar do lado de dentro do portão, já esta, me joga as chaves e me trata como se nos conhecêssemos há tempos.

Ela aponta as diferenças entre o contato com entrevistados anteriores, com a desconfiança instalada nos primeiros momentos e a cordialidade e confiança desta senhora. Sinaliza a necessidade sobre a direção do entrevistador sobre o entrevistado, numa relação de entrevista semi-estruturada.

Os elementos do diário de pesquisa, sobre o desenvolvimento da coleta, vão sendo demarcados no interior do texto: "Filomena, se pôs a falar, era muito difícil interrompê-la, mas a trouxe para a entrevista sutilmente. O marido de Filomena chegou, expliquei a ele o motivo de minha visita e este colaborou um pouco com algumas reflexões."

Em seguida, elabora uma redação procurando demonstrar o observado e apreendido sobre a fala da entrevistada e de como participava do andamento do processo.

Filomena é uma pessoa bastante crítica e esclarecida e tem consciência do risco que corre. Conforme respondeu no questionário, ela procurou o promotor de justiça após uma informação obtida em um programa de televisão. Contou tudo o que sabia; o promotor disse que já estava devolvendo o processo do filho dela porque não constava dos autos o depoimento da família, ela pediu então que não enviasse para o distrito porque o assassino tinha muitas amizades no mesmo. O promotor designou uma delegada do DHPP²⁶ para cuidar do caso pessoalmente.

²⁶ DHPP- Departamento de homicídios e proteção às pessoas, órgão da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, responsável pela investigação dos crimes de autoria desconhecida. Os de autoria conhecida são investigados pelo Distritos de Polícia regionais, onde o crime foi registrado.

Francisca deixou o relato do crime no roteiro e priorizou, neste diário, as relações desta senhora com a Polícia e a Promotoria de Justiça, primeiro e único relatório do universo de documentos deste estudo, com estas demarcações.

Considerando a complexidade deste homicídio e o fato de ter sido objetivada a articulação entre as respostas colhidas na entrevista e as do processo, se faz pertinente sua apresentação. Aumenta a compreensão sobre o crime, a violência e suas repercussões no cotidiano da entrevistada. A contribuição de cada fonte de coleta toma forma nesse contexto investigativo.

O registro da fala, da Sra. Filomena, sobre o conhecimento da morte de seu filho, é destacado a seguir:

Temos a empresa de motoboys, trabalhamos com transporte leve, na época que ele morreu nós estávamos conseguindo a autorização para carros de turismo. Neste entusiasmo, ele comprou uma Van, e deu para o assassino trabalhar, esse rapaz sumia 15 dias com o veículo e ficaram as dívidas para pagar que dava R\$ 2.200,00 por mês. As prestações eram pagas em cartório e isso criou uma desavença entre eles. Um rapaz que se fazia de amigo do Pedro Paulo, começou a fazer fofoca entre o Ricardão e o Pedro Paulo. [...] Deu 15 tiros na perua. Neste dia, ele não conseguiu acertar meu filho. Fomos fazer ocorrência e o delegado falou que não podia fazer nada. Como a vítima tinha dívidas, ele pegou a perua do Vespesiano emprestada e foi trabalhar. O Pedro Paulo e Ricardão se encontraram na rua XXXXXX, o Ricardão desceu só que o Pedro Paulo não viu a arma e o Ricardão atirou nele dentro do carro que acertou na mão, Pedro Paulo desceu pelo lado do passageiro. Já do lado de fora o Ricardão disparou ainda vários tiros nas costas e na nuca e ainda deu dois tiros na testa e no rosto do rapaz já caído. Quando eu cheguei no local ele ainda estava lá morto foi as três da tarde, o carro de cadáver só chegou 9:00 horas da noite. O Filipiano quebrou o pé de tanto chutar a perua, revoltado. Havia carros da rota para todos os lados, pois tinham medo que houvesse vingança por parte da família do morto.

No processo, esta senhora declarou, além do que a entrevistadora registrou, o confronto entre o filho e o companheiro de trabalho e com armas de ambas as partes.

[...] Disse da vítima ter financiado a van para Ricardão, o qual ela diz ter conhecido através de um amigo da vítima, Benjamim. Ambos os três (Benjamim, Pedro Paulo e Ricardão), o [...] trabalhavam com lotação, mas o único com nome limpo "na praça" era Pedro Paulo e por insistência de Ricardão, o mesmo comprou por financiamento uma van Hiunday. Ricardão nunca pagou nada do veículo, a não ser quando os cheques de Pedro Paulo eram protestados, e a muito custo. Certo dia, tiveram uma discussão e como Pedro Paulo era vigia de escola também, portava uma arma, no que então, Ricardão e Pedro Paulo trocaram tiros, deixando a perua de Pedro Paulo cheio de furos de bala, tendo o mesmo esquecido o celular dentro da perua, fato este que fez com que Ricardão ligasse para a depoente aqui referido, em tom ameaçador.

A ex-esposa de Pedro Paulo acrescentou ter conhecimento sobre Ricardão estar envolvido com traficantes de drogas e declarou:

[...] (Confirmou Ricardão ser conhecido de Pedro Paulo, pois populares diziam ter sido ele Ricardão) o assassino. Disse que Ricardão teria dito "como ia ficar minha moral entre amigos?", justificando seu ato, além do fato que Ricardão pensava ficar com a van, pois com Pedro Paulo morto, a dívida ficaria extinta. Disse que Ricardão [...], é muito temido pelo bairro, e que é traficante de entorpecentes, fato que o fez ser mais temido ainda (além do que tem muitos comparsas).

Outra testemunha, a namorada, parece apontar outros elementos para auxiliar na compreensão da violência contida naquele homicídio. Além da justificativa de que a dívida estaria extinta, com a morte das vítimas, parece que a disputa de poder entre os dois homens prevaleceu, na medida em que o terceiro companheiro do trio de motoristas de lotação indica outro valor moral para a dívida financeira e o confronto anterior. Numa situação em que uma das partes foi ludibriada, enganada, abusada da confiança pessoal, tendo por base a exploração do transporte público, reconhecido como necessidade fundamental para locomoção, o ganho político da conquista desse espaço, num território onde o governo estava ausente e enfraquecido, uma das partes, nesta disputa, deveria se sobressair. O fato de o crime ter ocorrido em via pública e com a presença de testemunhas parecia não contar, o investimento no negócio era maior.

[...] Disse ter se encontrado com a vítima momentos antes do mesmo ser morto, pois foram juntos tomar lanche em uma padaria. Disse que logo após, [...] Uma serie de disparos foram ouvidos e que, em 5 minutos, Benjamim, [...], apareceu para ir buscar Vespasiano, pai da vítima (Pedro Paulo), pois Ricardão havia matado este. Disse que em razão da dívida, Ricardão e Pedro Paulo teriam brigado e que naquela região "quem tira outro de otário, alguém tem que se sobressair". Disse que Ricardão é extra.

Diante desta complexidade, o serviço de proteção às testemunhas foi reconhecido como importante para proteger a entrevistada e sua família, nesta condição, e não como vítima indireta, no andamento do processo, conforme a fala abaixo:

Investigados os envolvidos; o assassino foi preso e confessou o crime alegando legítima defesa que segundo o laudo policial do cadáver afirma que não pode ser. O DHPP ofereceu serviço de proteção a testemunhas, mas a família optou por correr os riscos porque eles não têm mais saúde nem idade para recomeçar em outro lugar, e os únicos parentes que eles têm é em BBB - Interior de São Paulo e o assassino sabe também onde estão. Desta forma o jeito encontrado foi permanecer, mas a Dra. MMM, frequenta a casa todos os domingos para almoçar com Francisca o que já resultou em burburinhos informando que por ambas terem o mesmo sobrenome "[...]" são parentes.

Há diferenças importantes entre vítimas indiretas e vítimas ameaçadas e testemunhas. Testemunhas estão presentes e declaradas nos processos criminais. Este documento é de acesso comum, às partes envolvidas, às vítimas e aos suspeitos. O direito de defesa prevalece para estas partes, mas considerando que o respeito aos direitos e leis não é integral e nem expresso na sua totalidade, os conflitos são resolvidos entre os cidadãos, sem que haja o reconhecimento do Estado para intermediar essa negociação. Estado, em crise permanente, que não responde a esses direitos. Mesmo assim, esse Estado, na sua contraditoriedade, entre não garantir a proteção e a segurança para todos, na prevenção da violência e dos crimes fatais, tem um programa especial de proteção às testemunhas dos processos criminais, considerando a importância de sua participação na elucidação do crime e da autoria. Essa proteção perdura durante o tempo de andamento do processo.

Pelo relato da entrevistada e seus familiares, percebe-se que não acataram a providência, considerando o alto nível de conhecimento do acusado sobre sua família, visto que trabalhava junto com a vítima, num mesmo negócio, frequentava a empresa da entrevistada, menos as casas de ambos. Relatou uma estratégia da Polícia para manter contato com a Sra. Filomena, como uma alternativa de proteção, considerando a proximidade do julgamento.

Além de que o DHPP durante mais de seis meses tem visitado não só a casa como o escritório que era da vítima com o irmão para de alguma maneira intimidar possíveis vingadores. O medo ainda é grande e Filomena está tranquila porque justiça está sendo feita. O julgamento será agora em [...] 2002 ela espera que ele pegue muitos anos e não saia com um terço da pena cumprida.

Na condição de vítima indireta, sinalizou sentir-se melhor podendo falar com um terceiro (a entrevistada), sobre o crime e os sentimentos desdobrados diante do impacto da violência fatal em sua vida. Houve um tempo maior de entrevista e, neste ponto, parece que o controle inicial desejado foi diluído. Novamente, a violência, no cotidiano, captura a cena entre o entrevistador e entrevistado.

Esta entrevista durou umas 3 horas e foi a primeira vez que ela fala dos sentimentos da morte com alguém que não é da família e se sentiu tão bem com a conversa que além de me dar uma "receita" [...] me pediu para ligar e batermos um papo.

Em relação às consequências da morte, que não são poucas, prioriza o que poderia ser um "trauma" vivido no dia morte e do enterro.

Filomena disse que consequência da morte do filho é que não consegue se deixar tocar, pois, quando aconteceu o episódio as pessoas a tocavam no sentido de consolar e dizer que ela fosse forte. Pelo fato do filho estar em descontrole e tendo quebrado o pé de tanto chutar a perua de lotação tendo até que o tenente ou cabo da rota chamar-lhe a atenção e até o acalmou; ela resolveu conter o choro e emoção até por medo de passar mal e a pressão arterial subir e ela não poder enterrar o filho.

Passada a comoção inicial da morte, o isolamento político e afetivo vai se demarcando na vida diária desta senhora, na condição de mãe, de empresária local, do fato de conviver com a exploração criminosa do transporte público. Tudo se articula e o contato com o outro parece ficar impedido. Está mais para a ameaça do que para a solidariedade.

Após o enterro pessoas, os amigos e amigas se afastaram dela, com medo de falar no assunto e trazer toda a dor de volta, ninguém ligava mais para ela para perguntar nem se ela queria falar de outras coisas que não fossem a morte do Pedro Paulo. Ela ficou muito triste e amargurada, apesar de entender o comportamento das pessoas não consegue mais se reaproximar nem deixar as pessoas lhe darem carinho, bem como não consegue dar carinho.

No roteiro, Francisca registrou a fala do esposo da entrevistada sobre as consequências, logo depois da morte do filho:

[...] eu teria que matar alguém ou morrer, pois os envolvidos moravam na favela. No DHPP nos aconselharam a tirar as duas peruas que nós tínhamos da lotação, pois o assassino também era da linha. Nós tínhamos comprado as peruas que tinham três meses. Ficamos com as peruas encostadas 2 anos sem conseguir vender ou trabalhar com elas. E sem trabalhar, vem... Eu nem lembro mais. Neste momento o marido entra na conversa e fala. Não pode mais trabalhar mais com a perua de lotação por causa dos maloqueiros da favela, pois a dificuldade de pagar, nós passamos maus pedaços. Agora tudo está bem.

A fala da entrevistada está mais direcionada para a busca de justiça, individual, para reparar a perda de seu filho. O esposo enfatiza os desdobramentos econômicos e políticos com relação a dar continuidade na exploração do transporte público, e a Polícia o orientou a se retirar. A garantia de segurança, nesse trabalho, não estaria efetivada. Mesmo depois da morte de Pedro Paulo, segundo o entrevistado, Ricardão permaneceu com poder para si ou para o grupo a que estava aliado, exercendo autoridade no local. Pai

e mãe da vítima, na condição de pequenos empresários, se sentiram intimidados nessa disputa.

Esse diário revela o único crime desta amostra onde ficam mais claras as tensões em que as vítimas indiretas vivem entre as ameaças potenciais ou efetivas, depois do homicídio e as derivadas pelos organismos do sistema de segurança e justiça, pela não prevenção dos crimes, pela assistência lenta e frágil diante da complexidade das relações violentas e da criminalidade. O sofrimento provocado por esse conjunto de problemas e o não cuidado com este também transparece. O acesso à justiça parece ser o alvo principal, mas não suficiente. A violência prevalece contínua.

O diário de pesquisa relata a densidade do conteúdo da entrevista sobre a exposição das vítimas indiretas, principalmente, com o fato de o autor ser conhecido, fazer parte do convívio cotidiano, ser identificado e ter comparecido aos depoimentos iniciais. Essa senhora, ainda acompanha o andamento do processo criminal. A presença do Estado, via Polícia e Justiça, parece responder, parcialmente, aos anseios da entrevistada. Ela busca o promotor de justiça, inclusive para falar de sua desconfiança no andamento do processo, na Delegacia da região e, somente depois disso, o processo é encaminhado para o DHPP. Nesse sentido, será que somente a entrevistada aventava a possibilidade de conluio entre a criminalidade local, a exploração dos transportes públicos na região e agentes policiais?

Outro diário relativo às mães refere-se a Sra. Maria, cuja entrevista foi feita, parcialmente, em sua moradia, e depois reagendada na sede do CRAVI. Apesar de o autor ter sido declarado conhecido na pesquisa, e o nome de um suspeito constar no relatório sobre o processo criminal, pela indicação dos policiais militares que atenderam inicialmente o fato, não houve depoimentos no processo e este foi arquivado.

Esse diário é o mais extenso dessa amostra, relata o primeiro contato com esta senhora em sua casa e outro sobre a entrevista. A violência em suas diferentes expressões percorre a história de vida desta senhora. Há aspectos

metodológicos referentes às relações entre entrevistador e entrevistado, local da entrevista.

Situando onde a entrevistada mora, o diário concatena a descrição e a insegurança sentida pela entrevistadora e, provavelmente, pela entrevistada, pela demora no atendimento desta em relação a estranhos na sua porta.

O endereço [...] fica numa região muito carente e é completamente composto de favelas. Há muita movimentação de pessoas, principalmente homens. Não há nenhum tipo de vegetação, com exceção a um contraste gritante entre a favela e uma grande mata existente atrás dela.

Ao entrarmos na rua XXXX, os moradores nos observavam atentamente. Encontramos o número YY e batemos palmas, ficamos uns dez minutos chamando por alguém. [...], percebemos que estava sendo reformada. No alto da casa, que parecia ser um sobrado, havia uma placa indicando ser um salão de cabeleireiros de nome "Maria". Chamamos por este nome, mas foi em vão. Quando nos demos por vencidas e já estávamos indo embora, apareceu uma senhora que disse ser a mãe da vítima.

Percebemos que estava arrumada para sair e nos confirmou quando disse que estava indo cortar o cabelo de uma cliente em sua residência.

Na apresentação dos pesquisadores, a "catarse" da Sra. Maria ocupa a relação entrevistador - entrevistado:

Apresentamo-nos e explicamos sobre a pesquisa. Maria nos convidou a entrar e logo nos disse que sua casa havia pegado fogo no ano passado, queimando totalmente. [...] foi [...] um curto circuito no poste da rua e, [...] curto circuito na casa. [...], sua filha, que morava num dos cômodos da casa, foi buscar a filha na creche e deixou uma outra filha, de dois meses, dormindo em casa. Como logo voltava, deixou o aparelho de som ligado, quando ocorreu o curto circuito. Ao chegar na rua, próxima a casa, viu a mesma pegando fogo e os vizinhos assistindo a tudo sem fazer nada. A neta de Dona Maria, que estava na casa, morreu carbonizada (este caso teve uma ampla cobertura jornalística naquela época).

Logo depois, já adianta sobre a morte da vítima:

[...] seu filho Miguel foi morto por traficantes da região, porque outro filho seu Sebastião, teria sido "convidado" a entrar para o tráfico de drogas, mas, o mesmo não aceitou. Então os traficantes disseram que Miguel teria que aceitar, caso contrário, iriam matar tanto Miguel quanto Sebastião, e nossa família seria expulsa do bairro. Dona Maria fala do caso com muita emoção e reforça suas condições de vida hoje em decorrência da morte de seu filho. Ainda é ameaçada de morte e teme por sua família.

E, segundo as entrevistadoras, a Sra. Maria solicita ajuda de uma moradia, justificando uma saída para a violência vivida com o marido.

Perguntou-nos se sabíamos de algum lugar para ela morar, pois, não se dá bem com o companheiro e foi ameaçada pelo mesmo caso se separasse. Ele disse que preferia matá-la se tivesse que dividir alguma coisa com ela.

Reconhece sua fragilidade e a expõe "[...] após a morte de sua neta e de seu filho, sua filha, mãe da criança que morreu carbonizada, está muito debilitada/abalada".

Essa senhora tem dificuldades em nomear as violências presentes em sua história de vida, identifica-as como "abalo", "debilidade". São sintomas das inserções que possui nas relações violentas, seja pela omissão do Estado, seja nas relações interpessoais.

Neste diário, é possível reconhecer e reforçar a importância desta fonte, na medida em que, mesmo sem ter a formalização da entrevista sobre as repercussões do homicídio em sua vida, a necessidade de escuta desta senhora é evidente. Aparenta ser uma "queixosa". Só revela fatos violentos e de como foi sendo vitimada e ocupando este lugar de vítima.

Entretanto, a transparência do registro feito pela entrevistadora é sinalizadora das complexidades de um sujeito, viver de forma isolada e solitária a violência. Assemelha-se à noção de vítima, como objeto, definida por Chauí (1985, 1998). Parece não existir saída, só o aprisionamento moral, psíquico e o

adoecimento. As possibilidades estão definidas, deverão ser de "fora para dentro", do reconhecimento de outros parentes, amigos, terceiros, agentes institucionais realizarem essa leitura crítica e oferecer as condições necessárias e fundamentais para essas demandas, pelo menos, no que se refere aos seus cuidados, proteção e segurança pessoal e familiar.

Considerando as análises, que o início deste relato proporcionou, vale a continuidade deste investimento para identificar outros elementos relativos ao poder de contaminação das relações violentas e como isto pode interferir numa entrevista, esta de pesquisa.

Na sequência do diário, Vitória relata a cena de um menino passando de um lugar para outro em volta do carro de Yolanda, a outra entrevistadora que a acompanhava, demonstrando preocupação com a segurança.

[...] observei que um menino [...] passava ao lado do carro de Yolanda e olhava para dentro para ver o que tinha. Dois minutos depois, este menino voltou e passou para o outro lado do carro [...]. Isto me chamou a atenção e logo, D. Maria nos disse que aquela era uma região muito perigosa, cheia de assaltantes e traficantes.

Diante da vulnerabilidade:

Perguntamos se não gostaria de participar da pesquisa, respondendo o questionário, mas dona Maria estava de saída. Entregamos então um folheto do CRAVI, e a orientamos sobre o atendimento [...] que D. Maria poderia usufruir, já que toda sua família está jurada de morte. Dona Maria nos disse que ligaria no outro dia, terça-feira, para marcar um horário. Tivemos então a ideia de realizar a pesquisa no CRAVI, já que as condições do bairro não nos permitia ficar lá por muito tempo e Dona Maria estava com indisponibilidade de tempo e lá teria uma disponibilidade maior. [...] ligamos e confirmamos a entrevista, porém, a Yolanda não poderia [...].

Havia a disponibilidade ou necessidade de esta senhora se expor, nessa interlocução com estranhos, pesquisadores. Primeiro ocorria a desconfiança, a

insegurança, depois de ser informada sobre os objetivos da pesquisa, que ocupa o espaço de entrevistada, mais do que interessada, fazendo dessa oportunidade, quase única, de ser ouvida, de ter uma escuta a respeito do que pensa e sente em viver vitimada. Seu limite de suportabilidade a essa exposição nas relações violentas estava implodindo-a.

As situações de pesquisa, através da coleta de dados, são reconhecidas como uma das interlocuções de grande confiança por parte dos entrevistados. Nestas, em especial nos locais em que os pesquisadores foram, ou seja, na casa dos familiares, anos depois da morte violenta, foi uma escolha sensível para estarem numa sintonia mais afinada com os familiares, as vítimas indiretas e secundárias dos crimes de homicídios de seus parentes. Desse modo, puderam ser reconhecidos como sujeitos, saírem do anonimato social e do terreno da invisibilidade política.

Quanto à flexibilidade no uso das estratégias metodológicas, a entrevistadora iniciou, mais tarde, as explicações sobre a participação desta senhora na coleta de dados. Configurou-se mais numa entrevista livre, não dirigida, a entrevistada foi narrando sobre a presença da violência na sua trajetória de vida. Entre o relato pesado desta senhora, a insegurança sentida pela entrevistadora, tanto pela presença do menino, rodeando o carro, como pelos indicativos da entrevistada sobre a periculosidade no local, optou por marcar a entrevista, mesma, no CRAVI.

Na segunda parte do diário, existe a informação de que a Sra. Maria e seu filho Sebastião foram atendidos pelos profissionais do CRAVI, saíram emocionados e depois foram acomodados num recinto para a entrevista. Há um conjunto enorme de informes sobre o histórico de vida desta senhora, onde foi possível reconhecer as precaríssimas condições objetivas de vida, em que sobreviveu; outras mortes na sua família: uma filha morta por bala perdida, aos seis anos de vida, no Estado da Bahia, há 22 anos e o falecimento do primeiro marido.

Nesse momento, fica mais clara a compreensão sobre a filha morta, citada no início do diário. Essa se refere à menina morta quando criança. Outra filha, mãe da neta falecida no incêndio da casa, permanece morando com a entrevistada.

Com relação ao homicídio da vítima, objetivo da entrevista, citou os desdobramentos sobre as vítimas indiretas de sua família: as ameaças e o fato de se sentir perseguida e a precariedade financeira.

Entre a ameaça e a noção de perseguição, declarou:

Por conta da ameaça de morte que o filho Sebastião sofre, foi obrigado a se mudar para a casa de parentes em XXXXX. Essa mudança foi em vão, pois, descobriram o paradeiro de Sebastião e lhe deram uma surra, a qual ainda existem marcas. Sebastião tem certeza de que foram “amigos” dos traficantes que o ameaçaram, pois estes mantêm uma comunicação muito grande com outros traficantes de outras regiões.

No entanto, entre o início e final do relatório, a entrevistadora relata duas situações, em que, novamente, a perseguição é exposta e ela própria fica temerosa.

Logo no início de nossa conversa, Dona Maria disse que foram seguidos do seu bairro até a Barra Funda por três homens, sendo um, cheio de tatuagens, outro bem grande que encarou seu filho e o terceiro acompanhando de mais longe. Ao descerem na Barra Funda, os três encostaram em uma mureta, cruzaram os braços e acompanhavam com o olhar a direção para que iam D. Maria e Sebastião. Perguntei se tinham certeza de que não foram seguidos até o CRAVI e confirmaram que não.

No segundo momento, depois de encerrada a entrevista,

Concluí a entrevista às 19:00hs. Confesso que estava com medo porque quem me garantia que mãe e filho não tinham realmente sido seguidos?
Sugeri que tomassem outro caminho, indo até [...]. Sebastião disse que conhecia o caminho e que iria acatar minha opinião.
[...]

Saí do CRAVI uns dez minutos depois de Dona Maria, em direção ao metrô [...]. Estava com um medo que não cabia em mim, afinal, já era noite e, nesta hora, quase não há movimento de pedestres entre o CRAVI e a [...].

Próximo a [...], existem várias barraquinhas que vendem lanches. De repente me deparei com Sebastião e D. Maria comendo um lanche, fiquei sem reação. Imaginei que, pelo relato deles, estariam preocupados e com medo de encontrarem os três rapazes que os seguiram na [...].

Este caso me chamou muito a atenção pelo risco que esta família corre e pela dificuldade financeira com a qual a família vem passando.

Pelo exposto, provavelmente, a convivência com a violência, e sem nenhuma forma de acolhimento, orientação, assistência integral, cuidados e estabelecimento de ações que visem a ruptura com os mecanismos de reprodução das relações violentas e o adoecimento, permanece em um horizonte muito próximo. Essas vítimas têm sido incorporadas no sistema de saúde, nos cuidados dos Programas de Desordem do Stress Pós-Traumático. A Sra. Maria, provavelmente, seria incorporada nesses programas, considerando como o amedrontamento e impotência, provocados pelas violências vividas e a severa exclusão social em que foi submetida a direcionou mais para o adoecimento do que para mobilização social e política.

Com relação às dificuldades financeiras:

[...] Seu filho mais velho, que mora com ela, apesar de fazer seus bicos, gasta tudo em bebida. O dinheiro que consegue com seu trabalho como cabeleireira, quase não dá para nada, mas mesmo assim, prefere dar a suas netas, filhas de Miguel, pois, vivem em condições de subsistência.

Na entrevista:

Situação financeira piorou. Perdeu muitos clientes pelo motivo de estarem sendo ameaçados. As contas de água, luz, telefone e farmácia estão atrasadas. Tenta alugar dois cômodos que tem junto à sua casa, mas não consegue também por causa das ameaças dos criminosos. Um dos filhos da entrevistada tem insônia. Quando consegue dormir, tem pesadelos. O marido também tem pesadelos. A entrevistada passou a ter problemas circulatórios e insônia, tem também crises nervosas.

Esse segundo diário, relativo às entrevistas das mães, relata uma senhora completamente fragilizada e, com certeza, adoecida, que vive a violência, pelo menos no percurso de sua vida adulta. Perdeu dois filhos e uma neta por mortes violentas e a última foi por incêndio. Sente-se ameaçada pelo marido. Perdeu a segurança de "ir e vir", ao seu local de moradia. Ninguém da família ou testemunhas compareceu ao Fórum, sendo que os policiais militares apresentaram os nomes dos suspeitos. A morte da vítima foi em setembro de 1999, e o processo teve seu último procedimento, no ano de 2000, e foi arquivado em março de 2002, mês em que foi feita a entrevista e o diário da pesquisa.

Os relatórios das mães são fortes e representativos das mulheres no exercício da maternidade, quando na condição de vítimas indiretas dos crimes de homicídios. Ambas eram mães de adultos jovens, casados e com filhos. São casadas, mas uma refere-se à ameaça de morte pelo marido. Uma pequena empresária, de transportes rápidos, outra cabeleireira. As duas vivem em terrenos perigosos, onde a violência tem livre acesso e passagem. Nos processos criminais das duas, há a identificação dos autores, sendo que ambas vivem sob ameaças. Para uma, o medo, a impotência, tomaram forma e contornos densos. Aparenta ser traumatizada pela sucessão de eventos violentos nesse processo de vitimação a que tinha sido exposta. A violência direta que citou de seu esposo contra ela parece ter ficado subestimada. Seu corpo, como mulher, esposa e mãe, pode ser afetado, os dos filhos, não. Parece que foi educada e criada, do ponto de vista do gênero, onde se prioriza e privilegia a identidade feminina pela reprodução humana e, não como sujeito de direitos. Para uma delas, o processo está em andamento, mas as duas referem-se a adoecimentos. Ambas não aludiram na busca de serviços para esse conjunto de demandas.

Quando esposas/companheiras...

Entre as mulheres, há esposas que foram selecionadas, nomeadas como Marialva e Mariana. A entrevista e o diário da primeira foram realizados pela entrevistadora Alda, e os da segunda, por Yolanda.

Ambas as esposas/companheiras não compareceram aos depoimentos nas Varas Criminais, Marialva desconhece a autoria do crime, apesar de a vítima ter sido morta em público, numa padaria. Mariana presenciou o homicídio junto com familiares, em sua casa. Era um vizinho. A primeira não conseguiu acessar a Justiça com relação aos direitos trabalhistas do esposo/companheiro e tampouco os previdenciários para o filho do casal. Mudou de casa, retornou à casa dos pais e começou a trabalhar para sustentar a família, ela e o filho.

O diário relativo à entrevista com Marialva tem um estilo mais afinado às anotações de campo do que a redação textual e contínua. Há a descrição do local:

Fui no bar onde ela trabalha com o pai, aliás ela está morando com eles, depois da morte do marido. Nesta rua tem bastante comércio, supermercado, bar, padaria, loja de roupas, calçados e nesta rua tem um córrego que enche em dia de chuva que, segundo a Marialva, já consta na prefeitura como canalizado.

Vale informar, que Alda iniciou o diário considerando as anotações de entrevistadoras, Débora e Vilma, que a antecederam, duas semanas antes, na visita, quando localizaram o endereço, mas os familiares haviam se mudado. Ambas obtiveram as indicações do novo endereço, mas não realizaram a entrevista. Descreveram as estratégias utilizadas para as atividades realizadas:

Esta foi a segunda visita que fizemos no dia. Chegamos ao local sem grandes dificuldades, descemos do ônibus e andamos até a rua. Lá existem casas construídas de forma bastante precária, alguns barracos de madeira, vários bares, rua asfaltada e muitas pessoas conversando nos portões. Fica próxima a uma avenida muito movimentada, com várias linhas de ônibus, supermercado, farmácia, padaria, um pequeno centro comercial. Localizamos o endereço, havia 2 homens arrumando os quadros de luz, perguntamos e eles disseram que não sabiam, mas que podíamos descer o corredor. Batemos na última casa do corredor, eram 4, porque era a única que parecia ter alguém; chamamos e uma senhora chamada A Maria nos atendeu. Apresentamos-nos e ela disse que não conhecia a pessoa que estávamos procurando. Ela mora no local há 2 anos, comprou a casa de D. Marialva que é viúva e mudou-se após a morte do

marido. Imaginamos que Dona Marialva seja da família da vítima, pedimos seu telefone e conseguimos a informação de que ela possui um bar e uma casa no bairro do [...], seus telefones: [...] e [...]. Agradecemos muito a simpatia e boa vontade de Dona Izabel, tomamos água e fomos embora tranquilas.

Partindo dessas considerações, Alda localizou o endereço, era um bar e, logo em seguida, registra o desenvolvimento da entrevista. Tem uma redação mais enxuta, mas sem prejuízo das informações. Ficou ausente a opinião da entrevistadora sobre a entrevista. Marcou elementos importantes de como os homicídios estão acompanhados de violações de direitos, entre eles os trabalhistas e os previdenciários. Demonstrou que a entrevista foi feita no local de trabalho de Marialva. Seguramente, não seria o melhor e nem o mais adequado, mas foi o possível. Essa realidade é factível.

Ela tem dificuldade para conseguir a pensão para o filho, pois a vítima trabalhava no supermercado, há 6 anos e não era registrado. Começou a trabalhar neste supermercado porque era amigo do dono, viajavam juntos, saíam juntos, mas quando ele morreu, tudo morreu. O dono do supermercado não quis pagar o que devia, até emprestou o advogado dele para “ajudar”, mas foi em vão. Porque o advogado diz que ela não tem direito a nada, por não ser legalmente casada com a vítima. Marialva demorou uns dez minutos para conversar, pois o bar estava cheio. Ela é uma pessoa tranqüila, ficou um pouco com lágrimas nos olhos, mas conversamos com muita clareza.

Com relação ao conhecimento da entrevistada sobre a morte de seu esposo, o registro foi feito no relatório da entrevista:

O que eu sei, foi o que me contaram, que o supermercado foi assaltado e ele conseguiu dar um tiro nas costas de um dos assaltantes, quando eles estavam saindo com a moto. Aí dias depois, pela manhã, ele estava tomando café na padaria e chegou dois rapazes na moto de capacete, um ficou na moto e o outro chegou próximo dele e já deu um tiro na cabeça e vários no corpo. O cara que estava com ele nada sofreu, os caras vieram buscar ele, todos acham que foi para vingar o cara que ele deu um tiro pelas costas.

Nesta resposta, constam as circunstâncias e possíveis motivações, e no diário, foi anotado que Marialva se sentia ameaçada: "Diz ter medo de mexer no caso e eles serem presos e alguém vir vingar suas prisões." "Eles" quem? O medo imobilizador foi instalado. No processo criminal, a entrevistada não compareceu. A morte foi em outubro de 1998, a coleta de dados, na casa, foi em dezembro de 2001, o processo foi lido pelos pesquisadores, em junho de 2002 e constava com dilatação de prazo, desde abril daquele ano.

No processo em que esposo de Marialva consta como vítima, não há nenhuma informação sobre o relatado na entrevista. Nem ela, nem o empresário, para quem a vítima trabalhava, constavam em algum registro, sendo que ela, na entrevista, assinalou que as informações obtidas foram no local de trabalho do marido/companheiro. Os depoentes foram dois: a irmã da vítima e um funcionário da padaria onde ocorreu o crime.

Quanto às repercussões do homicídio, os registros são os da entrevista, sendo que com relação às dificuldades, foram citadas as financeiras: "Financeiro. Somente ele trabalhava, a sorte é que eu tinha minha família aqui, que me deu essa força. Hoje moro aqui e trabalho no bar para o meu pai, que está doente" Com relação aos sentimentos e necessidades depois da morte, respondeu: "Sozinha, desprotegida. Sem saber qual o caminho. Pois ele era meu pé e mão, fazia tudo, pois eu não trabalhava".

Na articulação entre as três fontes, a entrevistada transparece uma ação de busca por seus direitos, procurando negociar, exatamente, com o ex-empregador de seu marido morto, que não o havia registrado como segurança. Não há nenhuma informação referente ao porte da arma da vítima, se a esposa entrevistada sabia se ele era legalizado ou não. Esse seria um requisito para trabalhar como segurança armado no Supermercado.

O não registro trabalhista, acrescido destes pontos, sobre a legalização do porte de arma, pode ter contribuído para que não houvesse testemunhas de

seu convívio e do trabalho no processo, assim como pode estar impedindo o acesso dessa esposa aos direitos de pensão por morte para ela e para o filho.

O fato de haver uma identidade de gênero, vinculada à dependência da figura masculina, a de seu marido, segurança, e o fato de o crime ter ocorrido, num local público, com testemunhas e a autoria do crime permanecer desconhecida, contribuem para sua imobilidade.

Mudar do local de moradia, buscar apoio junto aos pais, parece ter sido a única alternativa para essa esposa, depositando confiança, numa educação religiosa para a geração de seu filho: "Pretende colocar o filho numa escola adventista por acreditar que as crianças precisam de orientação religiosa para conseguir vencer neste lugar de tanta violência".

Sobrou um ônus complexo, posto que a morte do companheiro, em união estável, reflete um absurdo em termos de omissão Estatal para delinear, no mínimo, os autores do crime. Ocorreu em público, houve outras testemunhas, o empregador e colegas de trabalho não foram convocados a prestar esclarecimentos, pelo menos até 2002, quase 4 anos depois do crime. O fato de ele portar arma, enquanto segurança particular de um Supermercado, e haver proximidade com o dono, já que viajavam juntos, eram considerados como amigo não foi levado em consideração nem pela Polícia, nem pela Promotoria de Justiça, e tampouco pelo Judiciário. Mesmo que ela não tenha comparecido aos depoimentos, há, aí, um dever do Estado que não foi cumprido. Ela, por sua vez, foi submetida e submeteu-se. No poder de decisão individual e solitário, que detinha, priorizou preservar a sua vida e a de seu filho.

No diário da segunda esposa, a descrição da entrevista foi feita por Yolanda:

Ao chegarmos, a filha da vítima nos atendeu, e informou que sua mãe havia saído. Felizmente, ela chegou enquanto conversávamos com sua filha, possibilitando assim a realização da entrevistada. Conversamos com Mariana, esposa da vítima, e em alguns momentos a mãe dela participou, principalmente contando como foi, pois ela presenciou também o homicídio.

Sobre o desenvolvimento da entrevista, Yolanda desenvolve uma redação dividida, internamente. Primeiro emerge a descrição do local, da aproximação com o entrevistado e, logo em seguida, relata as observações sobre a entrevista, citando as motivações do crime. Assemelha-se a um diário de pesquisa e escreve:

A entrevista foi muito emocionante, pois além de nos relatar seus sentimentos ela presenciou o crime, juntamente com os filhos, a mãe, enfim, os familiares, já que o ocorrido se deu na rua, por causa de uma briguinha entre a filha deles e uma outra garota do bairro. Por ter presenciado, a emoção de nos relatar o que houve foi ainda maior. (Grifo nosso)

Insere suas emoções, diante da morte violenta: "Me lembro, escrevendo agora, do semblante da entrevistada ao contar, e novamente me emociono. Assim como as emoções da mãe da entrevistada, presente na entrevista:

Nesse momento, a mãe dela estava junto, e também manifestou sua dor pela perda do genro, contando que ainda agarrou a blusa do autor do crime, num ato desesperado, quando viu o genro caído no chão.

Esse conhecimento sobre o crime revela a briga entre a filha da vítima e uma garota do bairro, que era sobrinha do homicida, como consta nos depoimentos no processo. O conflito não foi resolvido com palavras, pelo diálogo ou negociações, encaminhou-se direto para a violência fatal. A mãe do autor estava presente nos depoimentos judiciais e confirmou a versão dada pelos familiares da vítima. A entrevistada, sujeito desta amostra, Mariana, não esteve presente nestes depoimentos. O processo estava em andamento, a morte ocorreu em 1998 e, em 2001 foi suspenso. Os suspeitos não compareceram às audiências. A data da entrevista da pesquisa não foi anotada, sendo que a leitura do processo foi feita, quase 4 anos depois da morte, em junho de 2002.

No processo havia mais detalhes, sobre o crime:

Os familiares da vítima declararam que a adolescente XXXX, filha da vítima, teve um desentendimento com a sobrinha do autor do crime. Informaram que estavam na frente de casa quando o acusado conhecido como "AAAA" aproximou-se proferindo injúrias contra a esposa da vítima, neste momento a vítima repreendeu "AAAA" para que não falasse daquela maneira e disse que não deviam discutir em razão da briga entre as menores. Ato contínuo, "AAAA" desferiu dois socos na vítima que curvou-se de dor. Neste instante, "AAAA" segurou (vítima) pela camisa e disparou dois tiros a queima-roupa. Os policiais militares, em diligência, identificaram "AAAA" como [...]. A mãe do acusado informou que estava viajando na data dos fatos, mas confirmou a versão dos familiares da vítima, pois soube dos fatos através de moradores do local. Informa que seu filho está foragido. Consta dos autos que [...], irmão de AAAA concorreu para a prática do crime, pois ajudou a segurar a vítima no momento dos disparos, facilitando a ação de AAAA.

Quanto ao impacto do homicídio na entrevistada e nos familiares, Mariana sentia dificuldades jurídicas e, no diário Yolanda, relatou um pouco mais, o adoecimento, o sentir-se perdida:

Logo no início da entrevista, a entrevistada nos contou que recebeu muita ajuda do CRAVI, inclusive frisou isso, dizendo que após o ocorrido, sentiu-se perdida, entrou em depressão, e a ajuda psicológica que recebeu no CRAVI foi fundamental para sua recuperação. Relatou-nos também sobre as dificuldades financeiras pelas quais ainda passa, pois o marido não tinha carteira assinada na época do ocorrido, e até hoje ela não recebe pensão para os filhos. Apesar da grande carga emocional, a entrevistada foi tranquila, [...].

Marialva (esposa) e Maria (mãe) situam-se nessa condição de subalternidade social e política e fragilidade pessoal. Seu conhecimento sobre o lugar de vítimas desse cotidiano faz com que suspeitem, tenham elementos sobre os autores dos crimes de seus familiares, mas também percebiam o lugar completamente desigual em que se encontram, ou seja, nestas relações violentas a que estão expostas, sistematicamente, e que foram sucumbidas.

Quando irmãs...

Em relação aos diários registrados, a partir das entrevistas com as irmãs das vítimas, foi possível identificar que se tratava do mesmo homicídio coletivo, "chacinas" e, por esta razão, foram escolhidos para esta análise. No local, cinco pessoas estavam dormindo, três eram da mesma família e mais dois moradores. Destes, três foram mortos e dois sobreviveram. Entre os mortos, estavam as duas vítimas, pelas quais se entrevistaram os familiares e mais um jovem. A mãe e o irmão da vítima do sexo masculino, deste estudo, estavam no local para pernoitar e foram alvo dessa execução. Essa senhora saiu com ferimentos e o filho, fisicamente, nada sofreu.

Entre as irmãs entrevistadas, referente às duas vítimas, informaram que a jovem deixou um filho que a avó materna cuida. Ambos os processos foram arquivados, os depoimentos são idênticos, centrados nas declarações dos sobreviventes.

Um diferencial importante foi notado, no primeiro relatório, a "chacina" não foi relatada. Esta só foi anotada no início do segundo diário. As entrevistadoras são as mesmas, Yolanda e Sabrina. Os diários são de pesquisa, com ênfase nas repercussões dessas mortes nos familiares, oferecendo elementos de diferenciação e individualidade do mesmo.

Em relação ao primeiro diário, que se refere à vítima do sexo masculino, a irmã, Josefa, foi entrevistada por Sabrina e Yolanda, sendo que a primeira assina o diário. Nesta amostra, relatórios em que a entrevistadora Yolanda participa, configuram-se como o terceiro.

Quanto à localização do endereço, as observações sobre as imediações, a casa e os primeiros contatos com a entrevistada, revela-se:

[...] não tivemos dificuldade, no [...] transporte, pois descemos em uma rua que era paralela a rua que procurávamos. Apesar da numeração irregular, encontramos rapidamente a residência

dos familiares, isto porque a rua era curta; a rua é asfaltada contém casas simples, autoconstruídas e o único comércio que existe são dois bares na rua. A rua é calma, não havia crianças brincando nem mesmo carros passando.

Ao chegar à residência, fomos recebidas pela irmã da vítima, que aparentava uns 16 anos. Após explicarmos o objetivo da visita, a garota disse que chamaria sua irmã mais velha [...] que nos cedeu a entrevista. No terreno há duas casas sendo uma delas da irmã mais velha da vítima e a outra dos seus pais; as casas eram bastante simples, inclusive a casa desta irmã era um barraco de madeira de apenas um cômodo, que servia de quarto.

Durante a entrevista com Josefa, Yolanda, a entrevistadora, relata a dinâmica da entrevista domiciliar, indicando a participação de mais familiares das vítimas. Nesta situação, o importante denota-se através do pai da vítima, que começou a participar das respostas e foi se posicionando ao contrário da entrevistada. É interessante e importante notar a diferenciação do impacto dessas mortes nos sujeitos individuais, integrantes do grupo familiar. Enquanto a irmã tem certo distanciamento afetivo, informando os problemas de relacionamento familiar entre a vítima e os demais, o uso das drogas e o fato de acreditar que a vítima praticava roubos, o pai, por sua vez, fala da dor da perda, da indignação da morte violenta através da execução de seu filho.

[...] a irmã da vítima se portou de uma forma bastante tranquila relatando os fatos, em nenhum momento se emocionou nem alterou o tom de voz; quando estávamos no meio da entrevista, o pai da vítima, que mora na outra casa, acordou e veio participar da mesma. Ele se contrapôs a alguns depoimentos da irmã da vítima, disse que filho não roubava e a irmã disse que ele roubava. disse ainda que o filho foi enterrado vivo e que ele retornou várias vezes ao cemitério, solicitando que desenterrassem o seu filho, pois ele ainda estava vivo.

Enquanto o pai relatava os fatos, sua filha nos fez um sinal de que seu pai não estava conformado com a morte do filho e ficou meio abalado com o ocorrido. Realmente percebemos que ele não acreditava na morte do filho e não enxergava quem realmente era seu filho, pois ele dizia que o filho não roubava, às vezes usava droga, já sua filha nos relatou que seu irmão roubava e usava drogas (álcool, maconha e cocaína); inclusive já havia sido preso por problemas com a Justiça; como da metade para o final da entrevista o pai participou da entrevista, acho que vale a pena registrar essa visão do pai acerca do ocorrido.

O rebatimento na subjetividade das vítimas indiretas desses crimes é individual, diferenciado. A entrevistadora Sabrina reforça:

[...] irmã da vítima, quando o XXXX morreu, não residia mais com a família, devido ao seu estado de constante alteração pelo uso de drogas e álcool e também por sua reincidência em atos violentos contra os pais, sobrinhos e irmãos. A entrevistada afirmou que com exceção do pai que queria que ele voltasse para casa e da mãe que vez por outra levava comida e roupas para ele, ninguém mais queria ter contato com ele ou envolver-se em seus problemas. No entanto, todos queriam que os assassinos fossem punidos, mesmo com a vítima tendo cometido erros.

Acredito que a ausência no velório foi responsável pelo estado perturbado do pai; já que ele afirmava seu filho foi morto dormindo e depois rapidamente enterrado, por isso ele acredita que tenha sido enterrado vivo.

A irmã da vítima nos explicou que não houve velório porque o tiro dado [...], deformando quase todo o rosto, informação que foi negada pelo pai, que afirma que o tiro pegou apenas de raspão. Percebemos que o único abalado com a morte, aparentemente, é o pai, as irmãs e irmãos falavam com tranquilidade do caso, insatisfeitas com as ações do falecido em casa antes da sua morte.

O primeiro elemento importante refere-se ao fato de que ambas as entrevistadoras não sinalizaram qualquer problema em relação à disponibilidade desse pai em adentrar ao recinto e iniciar a demonstração de sua posição, indicativa da dor, do sofrimento, muito próximo do diário anterior, quando outro pai foi diretamente entrevistado. As circunstâncias dessa morte foram cruéis. Execução dentro da própria moradia e impossibilidade de cumprir todos os rituais de velar o corpo, de poder realizar uma despedida definitiva.

A negação deste pai, 29 meses²⁷ depois da morte de seu filho, é acintosa, escapa pelos poros, reveladora da "barbárie" em que sobrevivem. Como homem, o fracasso e impotência diante desta morte afloram. A naturalização desse sofrimento como um "abalo" ou "trauma", depois do crime, tende a reforçar o fracasso e a impotência que ele sente por não ter conseguido educar o filho, para se prevenir e se defender das relações sociais

²⁷ Essa entrevista ocorreu em março de 2002.

na periferia da metrópole. Vive um sentimento de culpa e impotência, que não lhe cabe.

Recorrendo ao relatório da pesquisa sobre esse processo criminal, feito em maio de 2002, confirmou-se que a morte ocorreu em 1999. Foi observado o depoimento da mãe, sobrevivente, o do dono da casa onde ocorreram os crimes, amigos, e o pai da vítima. Há ainda a anotação de que pelo disque denúncia, foi dada a informação dos suspeitos, com nomes e apelidos e, que estariam presos por porte ilegal de armas. O pai nada falou e informou. A última ação do processo foi em fevereiro de 2001, quando foi arquivado.

Diante de tantas violações de direitos não só de acesso à Justiça, mas de sua efetivação, no mínimo, essa família, agora caracterizada pelos sobreviventes, merecia acompanhamento, assistência para minimizar esse sentimento de indignação e injustiça. Independente de a vítima estar vinculada ou não ao uso e dependência de drogas, da prática de furtos e roubos. Essa possibilidade de morte não poderia e nem deveria estar no horizonte da vida em sociedade.

Complementando e esclarecendo com relação ao crime, a irmã respondeu na entrevista: "Na época saiu no Cidade Alerta, mas eu só sei o que a minha mãe me contou."

No processo, a mãe da vítima era sobrevivente e testemunha presencial:

[...] (Testemunha presencial e também vítima de tentativa de homicídio): no meio da madrugada 5 indivíduos, dos quais 1 estava encapuzado, adentraram o barraco de cômodo único, e o de capuz iniciou uma série de inúmeros disparos nas vítimas ainda dormentes, dos quais 3 saíram mortos, 1 ferido e uma sobreviveu intacta, por estar completamente coberta na cama, após ter alvejado todas as vítimas visíveis, os assassinos deixaram o local, no que, logo após, fugiu o menino [...] (escondido debaixo dos cobertores) e no que, horas depois sua mãe [...], muito ferida nos braços e na cabeça, saiu do barraco a procura de socorro. Enquanto atirava, o homem de capuz preto dizia "mão na cabeça", justamente aonde a grande maioria dos disparos foi direcionada nas vítimas.

Neste diário, a transparência do relato possibilita inúmeras reflexões sobre esse fragmento da vida real, indo desde a liberdade para matar, presente no território urbano, sem guerra, até o sofrimento individual de cada vítima indireta desta morte. Demonstra a necessidade de esse pai preservar a memória do filho morto, inclusive, diante da filha e das pesquisadoras. Memória que pode ser desprezada, visto que há uma naturalização de que nas condições em que a vítima tinha "escolhido" viver, essa morte naturalmente ocorreria.

Estranha-se o fato de que, nesse diário, não exista informação sobre a "chacina". A irmã, moradora no mesmo endereço dos pais, em casas diferentes, preferiu atender às pesquisadoras, apesar de não ter participado dos depoimentos, mas provavelmente, para proteger pai e mãe. As entrevistadoras, por sua vez, poderiam ter tomado a iniciativa de ponderar junto aos presentes e, principalmente, ao pai e à mãe, vítima e testemunha presencial, se aceitariam participar dessa coleta. O esforço teria sido valioso.

O peso e o desgaste, por parte das famílias, com relação ao uso e dependência química das drogas, totalmente articulada com a rede do crime organizado, vão cada vez mais responsabilizando, equivocadamente, esses familiares por cuidar, assistir e tratar essas situações, de forma isolada e ineficaz. A morte parece uma solução factível, aceitável, diante da impotência para driblar o jogo das relações violentas impostas nestas situações. São forçados a se direcionar para o conformismo e, possivelmente, existe indiferença diante da fragmentação e fragilidade das respostas estatais. O pai, nesta cena, parece resistir a essa realidade, insiste na sua indignação, não tolera a ideia de a execução ser possível.

Com relação ao diário da outra irmã, logo no início, Sabrina, a entrevistadora, informa sobre a ligação deste crime com o anterior, feito pela entrevistada:

Esta entrevista foi realizada após a visita (XXX), que residia em uma rua paralela à desta vítima. Estou iniciando o relatório com esta informação porque a vítima em questão faz parte da mesma chacina do caso (XXX), o que nos causou um certo espanto por perceber a ligação durante a entrevista.

Sobre o crime, com relação à vítima e às repercussões na família, a entrevistadora resumiu:

A família apesar de bastante abalada, buscava conformação na religião para minimizar o ocorrido e permanecer no local, onde diversas outras mortes ocorreram, inclusive a do vizinho, que os familiares da vítima desconfiam ter sido o autor do crime.

Entre o relato de mortes no bairro, a entrevistada nomeia a chacina, que sua irmã, a vítima, foi executada:

Ao relatar, algumas mortes, já ocorridas no local, a entrevistada nos perguntou se havíamos visitado a família da vítima da rua anterior, que teve o filho (dono da casa onde ocorreu o fato), morto na chacina.

Entre o contato mais próximo e íntimo entre familiares e a vítima, a entrevistadora anotou sobre a necessidade de se preservar a imagem da vítima e dos desconhecimentos do cotidiano da vida de uma jovem adulta, e a liberdade de "poder escolher" com quem e onde andar.

A família, segundo os depoimentos e intervenções, não tinha conhecimento das reais atitudes e passos da vítima, no entanto, afirmavam que apesar das companhias, de quem ela já havia se afastado, refugiando-se na casa da avó, ela tinha cuidado e jamais se envolveu em confusões sérias. Segundo a família, a vítima era uma garota calma e responsável, mas que estava passando por uma fase de rebeldia e libertação.

Yolanda, a segunda entrevistadora, registrou:

Complementando, [...] o local é bastante isolado, o que facilita o movimento dos bandidos; há um matagal, margeando as casas e não percebi se havia escolas e posto de saúde. Reparei alguns

bares nos arredores. A irmã da vítima, [...] relatava estar muito triste com a forma que a irmã morreu, segundo ela, sua irmã não tinha nada a ver com a história, apenas estava na hora errada no lugar errado. Informou que de todas as irmãs, apenas a vítima já havia se relacionado com drogas e más companhias, mas quando faleceu já estava se distanciando das más companhias e não usava mais drogas.

Entre uma irmã e outra existe uma diferença em proteger a imagem da vítima. Enquanto a primeira denuncia os problemas do irmão e parece se aproximar de uma naturalização do fato, a segunda reconhece e justifica a irmã. Por questões de gênero, em termos morais, seria mais passível de compreensão e aceitação social que um homem estivesse envolvido com o uso de drogas do que mulheres. Nesse redemoinho de violência e exclusão social, matar e morrer configura-se como uma prática, sem que haja alguma forma de interdição e interrupção. Estar no lugar e hora errado, passou a ser uma afirmativa que escamoteia as reais determinações sociais, políticas e econômicas dessa matança. As famílias não são responsáveis por essas investigações e elucidações e o Estado teria essa responsabilidade, além da defesa da vida de forma integral e total.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vítimas indiretas ou ocultas de homicídios são sujeitos que sofrem consequências por pertencer aos círculos sociais das vítimas de crimes. Os familiares nucleares, os da família ampla, os amigos, colegas de trabalho, os vizinhos, a rua, o quarteirão, o bairro, o distrito, a cidade, o país. As repercussões são efetivadas em ondas, impactando cada um desses círculos e, principalmente, os sujeitos, de forma diferenciada.

Neste estudo, priorizaram-se os familiares, tendo em vista a base secundária de documentos, registrados sobre eles, em três diferentes fontes de informação, recolhidas da pesquisa FAPESP/PUCSP/CRAVI, entre 1998 e 2003.

A reorganização deste material possibilitou identificar a concentração de dados relativos a 8 mulheres para cada dez entrevistados no campo, aproximadamente. Demonstrou que a presença das mulheres, nas entrevistas domiciliares, também prevalecia, quantitativamente, nos depoimentos nos processos judiciais nas Varas Criminais. A exposição contínua à violência, por onde foram engendrados os crimes de seus parentes, atuou como determinante importante no delineamento do comportamento delas diante da vida. Resistem e procuram sobreviver no isolamento social e político a que foram submetidas junto com seus familiares.

Em geral, o Estado brasileiro efetiva as políticas sociais, destinando-as às famílias, concebendo-as como grupos em diferentes arranjos internos, o tradicional, burguês de pai, mãe, filhos; mães e filhos, pais e filhos, tios e sobrinhos, avós, filhos e netos. Acata essas diversidades em que se constituem os grupos familiares, mas, não necessariamente, reconhece o fato, de que na vida real, sujeitos sexuados, homens e mulheres ocupem lugares, poderes e papéis diferenciados nas famílias.

Esta análise se permite à delimitação da divisão sexual e a de gênero, entre masculino e feminino, predominante, por entender que é neste campo

que se realizam as relações entre organismos estatais do sistema de segurança e justiça e estes familiares. Partilha-se das demais concepções do avanço e profundidade das reflexões de gênero extensivas às multiplicidades de masculinidades e feminilidades, mas pela delimitação deste estudo não serão priorizadas.

Na perspectiva das desigualdades de gênero, adotada pelo Estado e, acatada pela sociedade ou numa relação articulada e estreita, entre ambas, predomina a concepção binária onde o espaço da casa, as relações e dinâmica familiar, cultural e, historicamente, são de responsabilidade das mulheres, é uma atribuição do feminino. O espaço público caberia aos homens, a vida política, o poder de decisão, o exercício da autoridade e, conseqüentemente, a via pública, a rua.

Em relação aos homicídios, os homens são mortos por desconhecidos, não totalmente e, concentradamente, nas ruas. As mulheres são mortas por conhecidos, inclusive os da intimidade e nas suas casas. Neste estudo, foi possível demonstrar, por fragmentos que sejam da realidade, que homens e mulheres são afetados pelos homicídios de seus familiares.

Para essas análises, as determinações de gênero e imersão das mulheres na vida em família, na vida privada se demonstraram úteis para o conhecimento do cotidiano violento contido na violência fatal, na ponta do "iceberg" das mortes violentas. A articulação desses elementos ao espaço geopolítico, na metrópole, onde se situa a moradia e as relações sociais do segmento social de pertencimento destes sujeitos, foi percebida pelas entrevistas e os diários de pesquisa, a exposição das mulheres em diferentes expressões de violência, social, de classe, de cor, de gênero, institucional.

Talvez isso não seja novidade, no entanto, os dados coletados apresentam características da lógica da violência e suas expressões, com vistas a contribuir na visibilidade política das mulheres, enquanto vítimas indiretas dos crimes fatais praticados contra seus familiares.

Vitimação indireta, do ponto de vista jurídico, nas práticas de crimes, mas, articulada na produção e reprodução dos mecanismos de violência que os gestam e os fertilizam. Manter a invisibilidade das vítimas indiretas e secundárias é fomentar uma leitura parcial e fragmentada sobre as determinações da violência que gerou os homicídios.

Estas não são detentoras da verdade ou da objetivação necessária à elucidação dos crimes, até porque nem teriam essa responsabilidade. Seus conhecimentos sobre os meandros donde passam e se entrelaçam os fios da violência, entre o individual e o social, entre as famílias e a criminalidade local e os organismos de Estado, são merecedores de escuta. Escuta crítica, qualificada, mais do que assistência, que é um direito, é a produção de conhecimento sobre essa complexidade, que articulada às demais, caso se pretenda planejar processos de ruptura das relações violentas e se fomentar o resgate da autoridade individual e coletiva na busca de superação dessa mortandade.

Entre os elementos detectados nesta análise, em relação aos conteúdos das violências, retratadas pelos entrevistadores de campo, nem sempre foram identificadas e nomeadas como tal pelos entrevistados e as políticas públicas com portas abertas a essa população. Há mais o sentimento de indignação, injustiça e o sofrimento psíquico e físico, individualizados, na pessoa de cada entrevistado. Seguramente, esse tipo de repercussão se constitui noutra expressão de violência devolvida pelo Estado de direitos ao cidadão.

Entre as conclusões, podem-se destacar as mulheres nas entrevistas domiciliares e nos depoimentos nas Varas Criminais. Nestas últimas, as parentas mais próximas, como mães, irmãs e esposas estavam presentes. Em relação aos homens, a concentração ficou entre os terceiros e os pais, em segundo lugar, mesmo que tenham se duplicado na quantidade em que os entrevistamos nas casas.

As mulheres estão em todos os arranjos familiares, os homens, somente na conjugalidade e com filhos. Também estão em todas as faixas etárias dentre os familiares das vítimas, entre 18 e mais de 70 anos.

Considerando o êxodo de famílias, existentes naquele período, em função da violência fatal estar disseminada, entre dois e três anos depois das mortes das vítimas, as mulheres permaneciam nestas famílias e nos locais violentos onde houve o homicídio. As mulheres entrevistadas estavam lá, *antes, durante e depois* dessas mortes, sendo assim, essa presença tem significado social e político, que vale o conhecimento e reconhecimento.

Uma das características mais importantes era o fato de as mortes ocorrerem com proximidade à moradia das vítimas e ter presença no cotidiano dos entrevistados. Elas demonstraram mais conhecimento sobre as suspeitas de autoria do crime.

Nas relações violentas, o único poder da vítima está restrito ao conhecimento de quem conhece a trama da rede da violência em que foi aprisionado. Nesse sentido, quem vive nesses territórios, dominados pelo uso arbitrário do poder e da força de grupos sociais, articulados com o narcotráfico e tráfico de armas, mesmo estando no lugar desigual dessa balança, tem algo a dizer. São sujeitos dessa realidade e, deste lugar: 32,50% dos familiares relataram que o autor do crime convivia com a vítima e 17,50% negaram.

Dentre as análises dos 8 entrevistados, quando se articularam os diários, os processos e as entrevistas, nas falas mais livres, 3 entrevistados citaram a convivência entre a vítima e o homicida; uma mãe, vítima e homicida trabalhavam juntos, uma esposa, o algoz e a vítima se conheciam e estavam numa festividade, o marido, apontou o vizinho, usuário de drogas e homicida de mais 8 vítimas. O primeiro estava preso, o segundo foragido e o terceiro foi morto.

Quanto aos outros 5, que desconheciam somente um pai, não deram nenhuma informação que pudesse falar dos sujeitos em si, os demais narraram as circunstâncias, pessoas envolvidas nas relações das vítimas e, até mesmo,

as suspeitas relativas aos integrantes do crime organizado naquele território. Ou seja, num processo investigativo de natureza acadêmica, esses resultados foram expressos como de natureza dos serviços de inteligência da polícia, que também seria possível e, mais do que isso, um dever estatal.

Não precisava existir motivação e, nem importava qual fosse, ou seja, retirar a vida do outro era uma possibilidade permitida social e historicamente, em contexto de "não guerra" (MOURA, 2007). O conflito passível de negociação estava ausente dessas relações. Aparentemente, no território do comércio ilegal das drogas e armas e com algum tipo de permissividade institucional dos poderes dominantes, parecia não haver necessidade de conter o impulso agressivo de destruir o outro. Nem é mais um ato individual, é social. Matar e morrer, apesar de todas as conquistas dos últimos séculos em termos de direitos humanos, não impediu a banalização e descartabilidade de vidas, principalmente dos segmentos mais explorados e dominados da sociedade.

Para o total dos homicídios desse estudo, aproximadamente 1/4 das famílias foram procuradas pela Polícia depois das mortes, destas, segundo os entrevistados, 61,3% informaram que alguém de sua família tinha acompanhado a constituição do Inquérito Policial, dentre estes, 53,8% foram mulheres declarantes e 7,5%, homens.

Na articulação das três fontes, essa informação fica enriquecida, primeiro porque só houve um processo em andamento e acompanhado pelos familiares, ainda, naquela época, sob a ameaça do crime organizado local, onde estava vinculado o homicida. Única entrevistada, reconhecida como vítima indireta e testemunha ameaçada sob proteção policial, a mãe, Sra. Filomena. Todos os demais se sentiram ameaçados, direta ou indiretamente. O marido e uma esposa evadiram-se do local do crime, sendo que o Sr. Manoel retornou após a morte do homicida e, Marialva, mora nas proximidades.

O não comparecimento ao Judiciário, por parte das esposas, uma mãe, Sra. Maria, e as irmãs entrevistadas, pode ser interpretado pela conjugação das três fontes deste estudo, como um ato solitário de defesa da própria vida.

Defesa decidida no isolamento político e na solidão em que as vítimas indiretas estão subordinadas e submetidas.

A Sra. Maria, traumatizada, a ponto de se sentir perseguida, em todos os locais, por onde anda, se aproxima mais do enlouquecimento do que da realidade. Realidade que a feriu, profundamente, um filho, ex-usuário de drogas, foi executado porque a imposição de que seu irmão fosse trabalhar para os traficantes locais não foi obedecida. Policiais informam os nomes dos suspeitos e o processo é arquivado, por falta de provas.

Com ou sem a presença dela isto teria ocorrido. Se os agentes da lei não foram legitimados no seu trabalho e as investigações não foram realizadas, por que ela deveria assumir essa responsabilidade? Esses informes estão registrados em documentos oficiais nas Varas Criminais. Isso é um fato, não uma denúncia. O Conselho Nacional do Ministério Público, nos últimos anos, vem sistematizando as estatísticas e qualificando os processos criminais de homicídios dolosos no país, da década passada, concluindo que mais de 80% destes foram arquivados. Resolução oficial, legalmente efetivada, e socialmente houve a devolutiva da violência e da impunidade sobre as famílias das vítimas fatais e todos os demais da sociedade.

Do ponto de vista ético, essa mãe, talvez, tenha se sentido no dever, de comparecer ao Judiciário, mas foi sucumbida entre o exercício do poder de força da criminalidade local e a omissão do Estado. Restou a implosão da injustiça, na sua totalidade, para a sua vida. Um adoecimento, uma "loucura" produzida socialmente.

Esses familiares, a rede de vizinhança dessas ruas e quarteirões, os amigos, colegas das vítimas fatais, desenvolvem a sensação de insegurança plena, do medo imobilizador de ações de enfrentamento coletivo. Esperavam uma ação estatal para prevenir, coibir esses assassinatos e protegê-los em segurança. As mulheres, nesse cotidiano violento, refugiam-se. Pretendem a proteção dos seus diante do abandono e, de uma possível permissividade estatal e dos demais segmentos sociais.

Entre os que não sabiam e os que responderam "não sei", sobre a abertura do processo judicial, somaram-se 66,30%. Isso se desdobra sobre o acompanhamento do processo onde esse percentual sobe para 82,5%.

Confrontando esses dados das entrevistas com os que foram retirados dos processos consultados nas Varas Criminais sobre essas vítimas, parece independe a declaração de conhecimento ou não dos entrevistados sobre a autoria do crime, assim como em relação ao acompanhamento da constituição do Inquérito Policial, em 67,6% dos casos houve o arquivamento judicial.

Mesmo havendo esse arquivamento processual maciço, em termos de presença nos depoimentos nas Varas Criminais, esses familiares compareceram no local. Para a soma de 80 entrevistados, nas casas, foi identificado nos processos judiciais, que entre as testemunhas, na(s) audiência(s), a soma foi de 188 pessoas. Na pesquisa, as mulheres somavam 69 (86,25%) e, os homens, 11 (13,75%). Nas Varas Criminais, elas somaram 113 (60%) das que prestaram depoimentos e, eles, 75 (40%).

Entre a fragilidade dessas respostas do sistema de segurança e justiça e beirando a omissão institucional, sobra impunidade e abandono para as vítimas indiretas. Estas se percebem sozinhas e não reconhecidas como sujeitos de direitos. Sentimentos como o medo e a impotência ganham espaço quando, nas relações violentas, não se vislumbram as possibilidades de ruptura. Entre silenciar, emudecer, cedem para garantir sua integridade e a dos seus. Anseiam por respostas estatais e sociais, e fazem a tentativa de busca de ajuda visando saídas. Esses elementos possibilitam a inferência de que esses familiares se movimentaram em relação à Polícia e às Varas Criminais, expuseram-se e disponibilizaram o conhecimento que detinham sobre o suposto autor.

Nessas circunstâncias, se esse tipo de atitude e comportamento não é reconhecido como legítimo e de direito, as vítimas perdem confiança em permanecer neste "lugar" de participante, colaborador junto ao Estado. Esses sujeitos esperavam, pelo menos, que investigações necessárias fossem feitas para identificar o suposto autor e se reunissem provas para o julgamento de

direito. Na lógica do engendramento da violência, que culminou na morte de seu familiar, não cabe essa exposição sem proteção, segurança pessoal e políticas especiais de contenção, de resgate do estabelecimento das regras e leis que suspendam a permissividade conquistada para matar.

É desse "lugar" do cotidiano, atravessado por todos os nós do tecido social da metrópole, incluindo os processos de alienação e dominação de classe, gênero e raça/etnia, que homens e mulheres participaram da pesquisa. Contribuíram com conteúdo relativo aos desdobramentos fecundos que os homicídios provocaram em suas vidas, na capacidade de serem sujeitos e no exercício da cidadania. Foram e estão sendo subestimados pelo poder público e pela sociedade. Fazer o reconhecimento político desses sujeitos, não porque estejam por trás dos crimes, mas porque testemunham a violência diária que os gera e os fortalece.

Mulheres, nesse cotidiano, vivem a condição desigual do gênero feminino, são familiares, estão na condição de vítimas indiretas e são testemunhas cotidianas de todas as expressões de violência articuladas com a morte fatal. Elas vivem uma exposição diária a um conteúdo multifacetado das relações violentas, sejam estas estruturais, sociais ou as locais e familiares. Sejam ainda as provocadas pelo Estado, pela criminalidade permissiva como integrante de sua rede de vizinhança.

Diferentemente das cariocas, que procuraram se organizar e receber apoio da sociedade civil, desde os anos de 1990, com as execuções realizadas por agentes estatais, as paulistanas não conseguiram esse feito. As organizações de natureza política referem-se às passeatas feitas desde 1996, na zona sul de São Paulo, promovida pela Igreja Católica do Jardim Ângela, nos dias de finados. Os familiares e todos que apoiam essa iniciativa saíam de quatro pontos diferentes, dirigindo-se ao Cemitério São Luiz, o que mais tem pessoas enterradas por homicídios.

A Associação das Mães de Maio é composta por familiares das vítimas das execuções de, aproximadamente, 500 pessoas, entre 12 e 18 de maio de 2006, na cidade de São Paulo - os crimes de maio.

Esses elementos parecem indicar que a organização política passa por reunir forças pessoais e políticas contra um inimigo definido, os agentes estatais. Na situação analisada, neste estudo, a matança é entre iguais. O inimigo, aparentemente, é difuso. As mortes são provocadas dentro de um mesmo segmento social, mas os homicidas, de alguma maneira, têm vínculos com o crime organizado, ou têm acesso suficiente a seus integrantes, para obter uma arma, para encomendar uma morte ou mesmo, poder agir nesse terreno "incerto" para a identificação dos envolvidos. O único identificado é a vítima fatal.

Nos trabalhos analisados por Caritá (2009), em equipe interdisciplinar no CRAVI, demonstraram-se possibilidades de intervenção social, de natureza reflexiva, possibilitando às mulheres dos grupos participarem mais ativamente sobre o caminho percorrido. Ampliaram o conhecimento dos direitos, fizeram articulações junto ao sistema de segurança e justiça e minimizaram o sofrimento, a ponto de se evitar a cristalização da dor inicial num trauma que as imobilizasse diante da vida. São iniciativas importantes, parciais, mas que demonstram potencialidades na sua ampliação, aprofundamento e transformação numa iniciativa de política pública de defesa de direitos das vítimas indiretas dos homicídios.

As políticas, serviços e programas sociais, na relação direta com os usuários, teriam a responsabilidade de conhecer e entender a lógica da violência, nestes meandros, para trabalhar propostas de maior proximidade do real, sem que sua fragmentação possa ser imperiosa e a ação seja reduzida ao mínimo da sobrevivência humana.

Metodologicamente, os diários selecionados são exemplares, enquanto diários de pesquisa, na medida em que se procurou apresentar diferentes estilos de redação como as anotações, as descrições mais alinhadas com a geografia local, o espaço físico, os primeiros contatos dos entrevistadores com

os entrevistados. Também aquelas relacionadas ao conteúdo e à dinâmica das entrevistas, com a leitura mais ou menos acentuada do pesquisador, opinando sobre o observado, inserindo-se na cena. Inserção explícita, ora com maior análise do conteúdo, ora se expondo através da forma como foi mobilizado pelas emoções diante dos relatos. Houve o mais extenso e o sintético.

Diários de pesquisa, nos processos investigativos sobre relações violentas, *in loco*, são uma fonte importante de coleta de dados, complementares, usados nesta análise, mas que foram potencializados pelos registros qualificados dos pesquisadores de campo, onde foram inseridos como sujeitos participantes das observações realizadas. Inserção acatada por eles, que contribuiu com o aumento das possibilidades de articulação com os relatórios das entrevistas e dos processos criminais.

Pela triangulação das fontes de coleta, pode-se observar uma articulação importante, tanto do ponto de vista metodológico, quanto pela abrangência e profundidade que cada uma permite avançar diante de sua natureza e aplicação. O pesquisador de campo tem papel, mais de participante, de quem foi treinado e capacitado para entender o objeto de estudo, assim como do significado e importância de sua participação na coleta, propriamente dito.

Nas entrevistas semiestruturadas, o recolhimento dos dados quantificados e quantificáveis possibilitou uma leitura sobre a amostra deste estudo, tratando das dimensões gerais do perfil dos entrevistados, das dificuldades no período pós-morte e, principalmente nas relações com a Polícia e o Judiciário.

Na articulação entre as três fontes e, procurando aprofundar as análises, os registros dos entrevistadores fizeram diferença, porque também foi possível, perceber outra leitura sobre o local, a violência e a dinâmica das entrevistas. O poder de contaminação da violência perpassou entre eles, ora pela captura do afetivo-emocional, ora pela crítica elaborada, diretamente, sem cumprir os devidos quesitos de descrição e reflexão. A leitura dos processos foi definitiva para corroborar os sentimentos de impotência, de injustiça e de desalento por

parte dos entrevistados, na medida em que estava registrada a omissão do Estado com relação ao seu dever de proteger e dar segurança a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE-PUCSP, 2003.

ALMEIDA, Suely Souza de. **Femicídio – Algemas (in)visíveis do públicoprivado**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

_____. **Violência urbana e constituição de novos sujeitos políticos: um desafio à intervenção social**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro /Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ Escola de Serviço Social, 1998. Disponível em: <www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-057>. Acesso em: 20 dez. 2014.

ALMEIDA, Suely S.; SILVEIRA, Maria L.S. da Olímpio, Victória. L. G. **Violência estatal: experimentos de resistência na vida social brasileira**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.

_____. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

AUGE, M. **Não-lugares: introdução a uma Antropologia da Supermodernidade**. São Paulo: Papirus,

BARBOSA, Rogério. **95% dos inquéritos de homicídio abertos em 2008 no Brasil continuam sem solução**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/01/07/95-dos-inqueritos-de-homicidio-abertos-em-2008-no-brasil-continuam-sem-solucao.htm>>. Acesso em: nov. 2014

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia: Editora 34, 2008.

BODGAN, R.C.; BIKLEN,S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto, Portugal: Porto Editora, 2010.

BRAZZABENI, Micol; PUSSETTI, Chiara. **Sofrimento social: idiomas de exclusão e políticas do assistencialismo**.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Edusp, 2000.

CARITÁ, Karina Pierrobon. **Do luto à luta: Notícias do Serviço Social sobre uma guerra particular**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo, 2010.

CARDIA, Nancy. A violência Urbana e os Jovens. In: **São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

CARLOTO, Cássia Maria e Mariano; APARECIDO, Silvana. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 451-471, maio-agosto/2010.

CARVALHO, João Eduardo Coin de. Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. **Saúde Social**, v. 7, n.3, p. 9-18, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. **Revista Perspectivas Antropológicas da Mulher**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 25-62, 1985.

_____. Ética e violência. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, n. 39, p. 32-41 out/nov/dez., 1998.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 9-41, jul-dez.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. **Gênero e Violência nas Práticas de Saúde: contribuição ao estudo da atenção integral à saúde da mulher**. 1996. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva) - Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 1996.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**./Uwe Flick. Tradução Roberto Cataldo Costa. Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa/ coordenada por Uwe Flick.)

GEERTZ, C. **O saber Local: novos ensaios em Antropologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

KAMIMURA, Akemi. **A efetivação dos direitos humanos: o desafio do direito no atendimento interdisciplinar a vítimas de violência**. 2009. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-02122009-091813/>>. Acesso em: 01 out. 2015.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima. (Orgs.). **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial** - PESTRAF: Relatório Nacional - Brasil / Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, organizadoras. — Brasília: CECRIA, 2002. Disponível em: <http://www.cecria.org.br/pub/livro_pestraf_portugues.pdf>. Acesso em: out. 2014

LORAU, Nicole. **Maneiras Trágicas de Matar uma Mulher**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

MARSIGLIA, Regina M. G. (Coord.). **Consolidação da política de atendimento às vítimas da violência urbana, baseada na demanda real e na ação articulada entre os diversos setores do Governo do Estado de São Paulo** (Segurança, Justiça e Cidadania, Saúde e Assistência Social Processo: 98/13982-4).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

_____. Seis características das mortes violentas no Brasil. In: **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 135-140, jan./jun. 2009.

_____. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

_____. A violência dramatiza as causas. In: _____. (Org.). **Violência sob o olhar da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

MOURA, Tatiana. **Rostos invisíveis da violência armada**: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

NJAINE, Kathie (Org.). **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

OLIVEIRA, Silvia Marques Dantas de. **Gênero, questão social e serviço social**: um olhar feminista. Recife: O Autor, 2009.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e a crise. In: **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

Violência de gênero no Brasil atual. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, N.E., p. 443-461, out, 1994.

REY, Fernando González (Org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

RIOS, Marcela Lagarde y de los. **Los cautiverios de las mujeres**. Madresposas, monjas, putas, presas y locas.. Madrid: Editorial Horas y Horas, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil atual. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, N.E., p. 443-461, out, 1994.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **“Justiceiros” e violência urbana**. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

SKOLINCK, Jerome H. **Pto Comunitário**: questões e práticas através do mundo. São Paulo: Edusp, 2002.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

STREY, Marlene Neves (Org.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. (Org.). **Família e gênero**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: POLIS, s/d.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Orgs). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**: como vivem e o que pensam as brasileiras no início do século XXI. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

WASELFISSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência**. Os jovens do Brasil. Julio Jacobo Waiselfisz. Rio de Janeiro: FLACSO BRASIL, 2014, p.15.

_____. **Mapa da Violência 2012**. Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil. 1. ed. São Paulo, 2011.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou Por que censurar seu diário de campo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo soc. [online]**, v. 9, n.1, p. 5-41, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20701997000100002>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Ed. Revan: Ed UFRJ, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE - 1

Principais resultados da Pesquisa FAPESP/PUCSP/CRAVI (1998-2003)

Para que pudéssemos buscar as demandas e expectativas dos familiares das vítimas de homicídios, procuramos, junto a estes, informes que nos possibilitaram conhecer a visão que possuíam sobre os crimes fatais. Traçamos os perfis daquelas vítimas e dos homicídios e confirmamos os dados estatísticos anteriores de que mata-se mais homens do que mulheres; para os primeiros obtivemos 90,8% e 9,2% respectivamente. A faixa etária estava entre 18 e 33 anos de vida, mais da metade foram declarados negros e pardos, 94% dos homens e 100% das mulheres sabiam ler e escrever. Seis, em cada 10 vítimas, nasceram na capital; 66,5% das vítimas moravam no bairro há mais de 10 anos e 15,9% sempre moraram no bairro onde morreram, dados significativos para o reconhecimento de serem paulistanos e manterem vínculos no território. Sete, em cada 10, tinham uma profissão; 51% sobreviviam do próprio trabalho; 89,2% das vítimas foram criadas pelas famílias; mais da metade das vítimas tinha filhos 55,7% e vivia com eles em 72,4% dos casos.

Sobre as mortes: 87,7% caracterizaram-se como homicídios; no total destas famílias, 10,9% sofreram mais de um homicídio, além daquele que fomos conhecer e 1,53% sofreram mais dois. Um dos dados estarrecedores e que se tomará como referência nas articulações a serem desenvolvidas, neste estudo, é o fato de 39,6% dos entrevistados apresentarem algum grau de conhecimento sobre o possível suspeito da morte das vítimas, e afirmarem que o crime tem autoria conhecida; em 20,6% desses casos, o autor foi o vizinho. Em 43,7% desses casos, o assassino mais do que conhecido, convivia com a vítima; 48% dos homicídios ocorreram na rua nas proximidades das residências das vítimas; 20% das vítimas morreram ao dar entrada no Hospital. Sobre as respostas do sistema de segurança e justiça, frente às investigações e procedimentos policiais e judiciais, entre os familiares entrevistados obtivemos: 59,3% que não se mostraram satisfeitas com a solução dada ao

processo, especialmente, porque os assassinos não foram identificados e/ou localizados, os processos foram arquivados por falta de provas, os suspeitos foram assassinados antes do julgamento. Para o Judiciário, os arquivamentos significam casos resolvidos, uma vez que a Lei foi cumprida; para as famílias, seria necessário buscar e punir os assassinos. Para 47,3% dos casos de homicídios, ainda não foi instaurado processo judicial, apenas 16,1% das famílias foram procuradas pela polícia após a morte de seu membro.

Com relação às demandas e expectativas, aquelas famílias apontaram as dificuldades vividas após a morte, assim distribuídas: de ordem jurídica 20,7%, de ordem psicológica 73,1% e de ordem financeira 34,7%.

Esses dados representaram fragmentos dessa realidade que *per si* foram reveladores cruéis das expressões de violência da vida nesta metrópole e no país. Realidade intensa e amplamente transformada em objeto de investigação científica e acadêmica, produzindo estatísticas e conhecimentos ativadores de uma melhor compreensão sobre os determinantes sociais, busca de explicações e possíveis estratégias de superação dessa perda de vidas.

APÊNDICE - 2

Tabelas

TABELA 1

Quantidade e Percentual de Entrevistados segundo Sexo e Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta

Sexo	Relação de Parentesco	Total	%
Feminino	Esposa	18	22,5
	% Feminino	26,1	-
	Irmã	17	21,3
	% Feminino	24,6	-
	Mãe	24	30,0
	% Feminino	34,8	-
	Outros Parentes	10	12,5
	% Feminino	14,5	-
Feminino Total		69	86,3
% Feminino		100,0	-
Masculino	Outros Parentes	4	5,0
	% Masculino	36,4	-
	Pai	5	6,3
	% Masculino	45,5	-
	Irmão	1	1,3
	% Masculino	9,1	-
	Marido	1	1,3
	% Masculino	9,1	-
Masculino Total		11	13,8
% Masculino		100,0	-
Total Geral		80	100,0

TABELA 2

Percentual de Entrevistados segundo Sexo, Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta e Faixa Etária do Entrevistado

Sexo	Relação de Parentesco	Faixa Etária do Entrevistado	Total (%)
Masculino	Irmão	31 a 40	1,3
	Irmão Total		1,3
	Marido	51 a 60	1,3
	Marido Total		1,3
	Outros Parentes	31 a 40	1,3
		41 a 50	1,3
		51 a 60	1,3
		mais de 70	1,3
	Outros Parentes Total		5,0
	Pai	41 a 50	1,3
		51 a 60	1,3
		61 a 70	3,8
	Pai Total		6,3
Masculino Total		13,8	
Feminino	Esposa	21 a 30	7,5
		31 a 40	10,0
		41 a 50	3,8
		51 a 60	1,3
	Esposa Total		22,5
	Irmã	18 a 20	3,8
		21 a 30	7,5
		31 a 40	7,5
		41 a 50	2,5
	Irmã Total		21,3
	Mãe	31 a 40	1,3
		41 a 50	12,5
		51 a 60	10,0
		61 a 70	2,5
		mais de 70	3,8
	Mãe Total		30,0
Outros Parentes	21 a 30	3,8	
	41 a 50	3,8	
	51 a 60	3,8	
	mais de 70	1,3	
Outros Parentes Total		12,5	
Feminino Total		86,3	
Total Geral		100,0	

TABELA 3

Quantidade de Entrevistados segundo Sexo, Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta e Faixa Etária do Entrevistado por Sexo e Faixa Etária da Vítima

Sexo	Relação de Parentesco	Faixa Etária do Entrevistado	Faixa Etária da Vítima								Total geral	
			Feminino				Masculino					
			< 18	18 - 25	26 - 34	35 - 51	< 18	18 - 25	26 - 34	35 - 51		
Masculino	Irmão	31 a 40								1	1	
	Marido	51 a 60				1					1	
	Outros Parentes	31 a 40						1				1
		41 a 50						1				1
		51 a 60							1			1
	Pai	mais de 70							1			1
		41 a 50						1				1
		51 a 60						1				1
	61 a 70						1	2			3	
Masculino Total						1		5	4	1	11	
Feminino	Esposa	21 a 30						2	4			6
		31 a 40							4	4		8
		41 a 50						1			2	3
		51 a 60									1	1
	Irmã	18 a 20						3				3
		21 a 30	1	1			1	2	1			6
		31 a 40			1	1				3	1	6
		41 a 50			1						1	2
	Mãe	31 a 40						1				1
		41 a 50	1				1	6	2			10
		51 a 60			1			5	2			8
		61 a 70						2				2
		mais de 70									3	3
	Outros Parentes	21 a 30						1	1	1		3
41 a 50						1	2				3	
51 a 60							2	1			3	
mais de 70							1				1	
Feminino Total			2	1	3	1	3	28	18	13	69	
Total geral			2	1	3	2	3	33	22	14	80	

TABELA 4

Quantidade de Entrevistados segundo Sexo, Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta e Faixa Etária do Entrevistado por Sexo e Faixa Etária da Vítima

Sexo	Relação de Parentesco	Faixa Etária do Entrevistado	Faixa Etária da Vítima								Total geral
			Feminino				Masculino				
			< 18	18 - 25	26 - 34	35 - 51	< 18	18- 25	26- 34	35- 51	
Masculino	Irmão	31 a 40	-	-	-	-	-	-	-	1,3	1,3
	Marido	51 a 60	-	-	-	1,3	-	-	-	-	1,3
	Outros Parentes	31 a 40	-	-	-	-	-	1,3	-	-	1,3
		41 a 50	-	-	-	-	-	1,3	-	-	1,3
		51 a 60	-	-	-	-	-	-	1,3	-	1,3
		mais de 70	-	-	-	-	-	-	1,3	-	1,3
	Pai	41 a 50	-	-	-	-	-	1,3	-	-	1,3
		51 a 60	-	-	-	-	-	1,3	-	-	1,3
		61 a 70	-	-	-	-	-	1,3	2,5	-	3,8
Masculino Total			-	-	-	1,3	-	6,3	5,0	1,3	13,8
Feminino	Esposa	21 a 30	-	-	-	-	-	2,5	5,0	-	7,5
		31 a 40	-	-	-	-	-	-	5,0	5,0	10,0
		41 a 50	-	-	-	-	-	1,3	-	2,5	3,8
		51 a 60	-	-	-	-	-	-	-	1,3	1,3
	Irmã	18 a 20	-	-	-	-	-	3,8	-	-	3,8
		21 a 30	1,3	1,3	-	-	1,3	2,5	1,3	-	7,5
		31 a 40	-	-	1,3	1,3	-	-	3,8	1,3	7,5
		41 a 50	-	-	1,3	-	-	-	-	1,3	2,5
	Mãe	31 a 40	-	-	-	-	-	1,3	-	-	1,3
		41 a 50	1,3	-	-	-	1,3	7,5	2,5	-	12,5
		51 a 60	-	-	1,3	-	-	6,3	2,5	-	10,0
		61 a 70	-	-	-	-	-	2,5	-	-	2,5
		mais de 70	-	-	-	-	-	-	-	3,8	3,8
	Outros Parentes	21 a 30	-	-	-	-	-	1,3	1,3	1,3	3,8
		41 a 50	-	-	-	-	1,3	2,5	-	-	3,8
		51 a 60	-	-	-	-	-	2,5	1,3	-	3,8
		mais de 70	-	-	-	-	-	1,3	-	-	1,3
Feminino Total			2,5	1,3	3,8	1,3	3,8	35,0	22,5	16,3	86,3

Total Geral	2, 5	1, 3	3, 8	2, 5	3, 8	41, 3	27, 5	17, 5	100, 0
--------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	------------------------	------------------------	------------------------	-------------------------

TABELA 5

Quantidade e Percentual de Entrevistados segundo Sexo e Cor Autodeclarada do Entrevistado

Sexo	Cor Autodeclarada do Entrevistado	Total	%
Feminino	branco	23	28,8
	% Feminino	33,3	-
	indígena	1	1,3
	% Feminino	1,4	-
	pardo	34	42,5
	% Feminino	49,3	-
	preto	11	13,8
Feminino Total		69	86,3
% Feminino		100,0	-
Masculino	branco	2	2,5
	% Masculino	18,2	-
	pardo	8	10,0
	% Masculino	72,7	-
	preto	1	1,3
	% Masculino	9,1	-
Masculino Total		11	13,8
% Masculino		100,0	-
Total Geral		80	100,0

TABELA 6

Quantidade e Percentual de Entrevistados segundo Sexo e Escolaridade do Entrevistado com as Vítimas de Morte Violenta

Sexo	Escolaridade do Entrevistado	Total	%
Feminino	5ª a 8ª	22	27,5
	% Feminino	31,9	-
	Até 4ª	25	31,3
	% Feminino	36,2	-
	Médio	12	15,0
	% Feminino	17,4	-
	Não se aplica	8	10,0
	% Feminino	11,6	-
	Técnico	2	2,5
	% Feminino	2,9	-
Feminino Total		69	86,3
% Feminino		100,0	125,0
Masculino	5ª a 8ª	4	5,0
	% Masculino	36,4	-
	Até 4ª	2	2,5
	% Masculino	18,2	-
	Não se aplica	5	6,3
	% Masculino	45,5	-
Masculino Total		11	13,8
% Masculino		100,0	-
Total Geral		80	100,0

TABELA 7

Quantidade e Percentual de Entrevistados segundo Sexo e Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta por Estado Civil do Entrevistado

Sexo	Relação de Parentesco	Estado Civil						Total Geral	%
		Casado(a)	Concubinato	Desquitado/ Separação Legal	Divorciado(a)	Solteiro(a)	Viúvo(a)		
Feminino	Esposa	1	2	1		3	11	18	22,5
	% Feminino	1,4	2,9	1,4		4,3	15,9	26,1	-
	Irmã	6	2			9		17	21,3
	% Feminino	8,7	2,9			13,0		24,6	-
	Mãe	10		1	2	4	7	24	30,0
	% Feminino	14,5		1,4	2,9	5,8	10,1	34,8	-
	Outros Parentes	5	1		1	1	2	10	12,5
	% Feminino	7,2	1,4		1,4	1,4	2,9	14,5	-
Feminino Total		22	5	2	3	17	20	69	86,3
% Feminino		31,9	7,2	2,9	4,3	24,6	29,0	100,0	-
Masculino	Outros Parentes	3				1		4	5,0
	% Masculino	27,3				9,1		36,4	-
	Pai	5						5	6,3
	% Masculino	45,5						45,5	-
	Irmão		1					1	1,3
	% Masculino		9,1					9,1	-
	Marido					1		1	1,3
% Masculino					9,1		9,1	-	
Masculino Total		8	1			2		11	13,8
% Masculino		72,7	9,1			18,2		100,0	-
Total Geral		30	6	2	3	19	20	80	100,0
%		37,5	7,5	2,5	3,8	23,8	25,0	100,0	-

TABELA 8

Quantidade de Entrevistados segundo Sexo e Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta e Estado Civil do Entrevistado, por Estado Afetivo do Entrevistado

Sexo	Relação de Parentesco	Estado Civil	Estado Afetivo					Total Geral
			Outras alternativas	Vive com o companheiro(a) e filhos	Vive só com o companheiro	Vive só com os filhos	Vive sozinho	
Feminino	Esposa	Casado(a)				1		1
		Concubinato		1	1			2
		Desquitado/ Separação legal				1		1
		Solteiro		1		2		3
		Viúvo			1	9	1	11
	Esposa Total			2	2	13	1	18
	Irmã	Casado(a)	1	3	1	1		6
		Concubinato		2				2
		Solteiro	1	2		3	3	9
	Irmã Total		2	7	1	4	3	17
	Mãe	Casado(a)		7		3		10
		Desquitado/ Separação legal		1				1
		Divorciado		1		1		2
		Solteiro		2		2		4
		Viúvo				6	1	7
	Mãe Total			11		12	1	24
	Outros Parentes	Casado(a)	1	3	1			5
		Concubinato		1				1
		Divorciado		1				1
		Solteiro				1		1
Viúvo					2		2	
Outros Parentes Total		1	5	1	3		10	
Feminino Total			3	25	4	32	5	69
Masculino	Irmão	Concubinato		1				1
	Irmão Total			1				1
	Marido	Solteiro				1		1
	Marido Total					1		1
	Outros Parentes	Casado(a)	1	2				3
		Solteiro					1	1
	Outros Parentes Total		1	2			1	4
Pai	Casado(a)		5				5	
Pai Total			5				5	

Masculino Total	1	8		1	1	11
Total Geral	4	33	4	33	6	80

TABELA 9

Percentual de Entrevistados segundo Sexo e Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta e Estado Civil do Entrevistado, por Estado Afetivo do Entrevistado

Sexo	Relação de Parentesco	Estado Civil	Estado Afetivo				Total Geral	
			Outras alternativas	Vive com o companheiro(a) e filhos	Vive só com o companheiro	Vive só com os filhos		Vive sozinho
Feminino	Esposa	Casado(a)	-	-	-	1,25	-	1,25
		Concubinato	-	1,25	1,25	-	-	2,50
		Desquitado/ Separação legal	-	-	-	1,25	-	1,25
		Solteiro	-	1,25	-	2,50	-	3,75
		Viúvo	-	-	1,25	11,25	1,25	13,75
	Esposa Total		-	2,50	2,50	16,25	1,25	22,50
	Irmã	Casado(a)	1,25	3,75	1,25	1,25	-	7,50
		Concubinato	-	2,50	-	-	-	2,50
		Solteiro	1,25	2,50	-	3,75	3,75	11,25
	Irmã Total		2,50	8,75	1,25	5,00	3,75	21,25
	Mãe	Casado(a)	-	8,75	-	3,75	-	12,50
		Desquitado/ Separação legal	-	1,25	-	-	-	1,25
		Divorciado	-	1,25	-	1,25	-	2,50
		Solteiro	-	2,50	-	2,50	-	5,00
		Viúvo	-	-	-	7,50	1,25	8,75
	Mãe Total		-	13,75	-	15,00	1,25	30,00
	Outros Parentes	Casado(a)	1,25	3,75	1,25	-	-	6,25
		Concubinato	-	1,25	-	-	-	1,25
		Divorciado	-	1,25	-	-	-	1,25
		Solteiro	-	-	-	1,25	-	1,25
Viúvo		-	-	-	2,50	-	2,50	
Outros Parentes Total		1,25	6,25	1,25	3,75	-	12,50	
Feminino Total			3,75	31,25	5,00	40,00	6,25	86,25
Masculino	Irmão	Concubinato	-	1,25	-	-	-	1,25
	Irmão Total		-	1,25	-	-	-	1,25

Marido	Solteiro	-	-	-	1,25	-	1,25
Marido Total		-	-	-	1,25	-	1,25
Outros Parentes	Casado(a)	1,25	2,50	-	-	-	3,75
	Solteiro	-	-	-	-	1,25	1,25
Outros Parentes Total		1,25	2,50	-	-	1,25	5,00
Pai	Casado(a)	-	6,25	-	-	-	6,25
Pai Total		-	6,25	-	-	-	6,25
Masculino Total		1,25	10,00	-	1,25	1,25	13,75
Total Geral		5,00	41,25	5,00	41,25	7,50	100,00

Tabela 10

Quantidade e Percentual de Entrevistados segundo Seccional e Autoria da Morte Violenta por Sexo e Relação de Parentesco com as Vítimas de Morte Violenta

Delegacia Seccional	Autoria da Morte Violenta	Feminino							Feminino Total	%	Masculino					Masculino Total	%	Total Geral	%				
		Esposa	%	Irmã	%	Mãe	%	Outros Parentes			%	Outros Parentes	%	Pai	%					Irmão	%	Marido	%
3ª	Conhecida	2	11,1	-	-	1	4,2	-	3	4,3	-	-	-	-	-	-	-	3	3,8				
	Desconhecida	2	11,1	1	5,9	2	8,3	-	5	7,2	1	25,0	-	-	-	-	1	9,1	6	7,5			
3ª Total		4	22,2	1	5,9	3	12,5	-	8	11,6	1	25,0	-	-	-	-	1	9,1	9	11,3			
%		44,4		11,1		33,3		-	88,9		11,1		-		-		11,1		100,0				
4ª	Conhecida	3	16,7	3	17,6	2	8,3	2	20,0	1	14,5	1	25,0	1	20,0	1	100,0	-	3	27,3	13	16,3	
	Desconhecida	4	22,2	-	-	3	12,5	3	30,0	1	14,5	-	-	-	1	100,0	1	100,0	1	9,1	11	13,8	
4ª Total		7	38,9	3	17,6	5	20,8	5	50,0	2	29,0	1	25,0	1	20,0	1	100,0	1	100,0	4	36,4	24	30,0
%		29,2		12,5		20,8		20,8		83,3		4,2		4,2		4,2		4,2		16,7		100,0	
6ª	Conhecida	1	5,6	3	17,6	1	41,7	4	40,0	1	26,1	1	25,0	-	-	-	-	1	9,1	19	23,8		
	Desconhecida	6	33,3	1	58,8	6	25,0	1	10,0	2	33,3	1	25,0	4	80,0	-	-	5	45,5	28	35,0		
6ª Total		7	38,9	4	76,5	7	66,7	5	50,0	3	59,4	2	50,0	4	80,0	-	-	6	54,5	47	58,8		

%	14,9		27,7		34,0		10,6		87,2		4,3		8,5		-		-		12,8		100,0	
Total Geral	18	100,0	17	100,0	24	100,0	10	100,0	69	100,0	4	100,0	5	100,0	1	100,0	1	100,0	11	100,0	80	100,0
%	22,5		21,3		30,0		12,5		86,3		5,0		6,3		1,3		1,3		13,8		100,0	